



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**ENTRE ARENAS: O FUTEBOL NA DITADURA EMPRESARIAL-
MILITAR E A CONSTRUÇÃO DOS ESTÁDIOS DA PARAÍBA NA
DÉCADA DE 1970**

Gabriel Luar Calado Bandeira

JOÃO PESSOA – PB

Fevereiro de 2026

**ENTRE ARENAS: O FUTEBOL NA DITADURA EMPRESARIAL-
MILITAR E A CONSTRUÇÃO DOS ESTÁDIOS DA PARAÍBA NA
DÉCADA DE 1970**

Gabriel Luar Calado Bandeira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB) como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em História.

Área de concentração: História e Cultura
Histórica

Linha de Pesquisa: História e Regionalidades

Orientadora: Profa. Dra. Ana Beatriz Ribeiro
Barros Silva

JOÃO PESSOA – PB

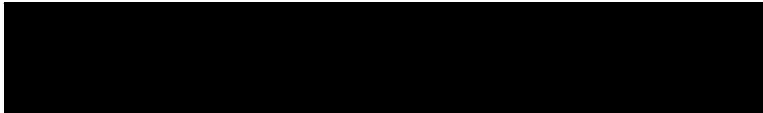
Fevereiro de 2026

ENTRE ARENAS: O FUTEBOL NA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR E A CONSTRUÇÃO DOS ESTÁDIOS DA PARAÍBA NA DÉCADA DE 1970

Gabriel Luar Calado Bandeira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Defendida e aprovada em 25 de fevereiro de 2026.

BANCA EXAMINADORA


Profa. Dra. Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva
(PPGH-UFPB – Orientadora)



Documento assinado digitalmente
GERSON WASEN FRAGA
Data: 26/02/2026 14:38:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Gérson Wasen Fraga
(PPGICH-UFFS; PPGH-UFFS – Examinador Externo)


Prof. Dr. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva
(PPGCPRI-UFPB – Examinador Externo)


Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes
(PPGH-UFPB – Examinador Interno)

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

B214e Bandeira, Gabriel Luar Calado.
Entre arenas : o futebol na ditadura
empresarial-militar e a construção dos estádios da
Paraíba na década de 1970 / Gabriel Luar Calado
Bandeira. - João Pessoa, 2026.
165 f. : il.

Orientação: Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Futebol e ditadura militar. 2. Ditadura
empresarial-militar. 3. Estádios. 4. Memória. 5.
Paraíba - história. I. Silva, Ana Beatriz Ribeiro
Barros. II. Título.

UFPB/BC

CDU 796.332+321.64(043)

AGRADECIMENTOS

Amar os outros é a única salvação individual que conheço: ninguém estará perdido se der amor e às vezes receber amor em troca.

(Clarice Lispector, 11 de maio de 1968, em "As três experiências").

Este trabalho, embora assinado por mim, é um tecido feito de muitas mãos, vozes, escritos, carinhos e afetos que me acolheram ao longo de diversas caminhadas percorridas em minha vida e em suas mais diferentes fases. Esta dissertação existe porque houve gente. Muita gente. O afeto nos salva nos dias de incerteza e me impulsiona nos dias de descoberta. Mesmo com mais de 100 páginas escritas e pesquisadas, encontro agora, nesta parte da escrita, a maior dificuldade: a de expressar o que sinto.

A quem me gerou, criou e educou, sendo raiz principal do que sou hoje: minha mãe, Luciana Eleonora, espelho de vida, de amor, de intelectualidade, de confiança, de persistência, de alegria, folia e de carnaval – ou tudo que mais importa no mundo. Ao meu pai, Antonio Aécio, de quem herdei a ideia dos cabelos longos, o humor, as piadas (que eu aperfeiçoei), os "macetes" e até o time de futebol. Obrigado por terem me ensinado, antes de qualquer livro, a importância do cuidado, da solidariedade, da autoestima, da persistência, dos estudos e o amor pelo coletivo, pelos nossos e por nós mesmos. Se hoje estudo a História, é porque vocês me deram o presente de ter um futuro.

Ao meu amor, minha companheira de vida, Larissa Ramos. Obrigado por todo o apoio neste processo, em especial no último ano, no qual começamos a morar juntos e a construir, pedaço a pedaço, nossa história em conjunto. Obrigado por compreender, entender e acolher estes momentos. O seu amor foi o refúgio onde recarreguei minhas energias. Te amo cada dia mais, de carnaval a carnaval.

Às minhas irmãs, as "duas graças", Heloíse Calado Bandeira e Eleonora Calado Deplagne, irmãs-amigas que compartilharam e compartilham toda a vida comigo, com alegrias, conversas e aperreios, e que me inspiram e me divertem todos os dias. Também a Betânia Bandeira, Odara Bandeira e Leona Bandeira, que, mesmo à distância, seguem ocupando os melhores espaços de minha memória.

Aos demais familiares próximos, com quem compartilhei as experiências de vida recente: meus avós maternos, o "camarada" Alder Júlio e vovó Elena Calado, combativos, revolucionários e resilientes cada qual à sua maneira, e que de tão diferentes se tornam tão parecidos. À minha tia, Eliana Calado, primeira referência que tive no curso de

História, antes mesmo de entrar na universidade e de querer ser historiador, e ao meu padrasto, François Deplagne, que de seu jeito *Bleu Blanc Rouge* também diverte a casa.

Aos amigos de jornada, que não foram poucos, de dentro e de fora da academia. Em especial a Amanda Batista, amiga de tantos e tantos anos desde a graduação, com a qual também segui compartilhando momentos juntos no mestrado. A Lucas Dantas, Jade Rodrigues, Yris Campos, Maria Luiza, Cláudio Kuievinny, Kamylla Gouveia, Raiana Martins, Mikael Freitas, Arilson Filho, Vinicius Castro, Renata Gomes e tantos outros que posso ter cometido a injustiça de não mencionar, e que há muitos anos estão comigo; assim como os amigos de quem me aproximei mais nestes dois anos de PPGH, como Aluizio Firmino, Vera Bernal, Ana Beatriz, Rayane Brasil e Maria Emyllen. A todos, obrigado pelas trocas, viagens e também pelas cervejas que ajudaram a descomprimir a tensão das obrigações acadêmicas.

À minha orientadora, Profa. Dra. Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva. Obrigado pela leitura atenta, pela condução acadêmica, e principalmente pela humanidade no trato. Sua orientação foi fundamental nesse processo e serei sempre muito grato.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPB, aos professores que contribuíram para minha formação nas disciplinas e aos funcionários que mantêm essa engrenagem girando e funcionando da melhor forma. Agradeço em especial a Guilherme Queiroz, que me salvou diversas vezes com os prazos do programa. Agradeço também à CAPES pelo apoio financeiro indispensável das bolsas.

Agradeço à banca: Rodrigo Freire, com quem tanto compartilhei conversas ao longo de anos de PIBIC; Paulo Giovani, que sempre se dispôs a participar de todos os eventos e bancas para os quais o chamei; e a Gerson Wasen, que, com nome de craque, também acolheu meus convites, mesmo distante. A todos que pacientemente acolheram o tema e tanto contribuíram para o desenvolvimento da minha pesquisa.

Agradeço ainda aos que, mesmo longe, também seguiram comigo. Tia Adriana, meu primo Guilherme Bleu e toda minha família materna, assim como minha família paterna, que sempre que estou "*back to Piauí*", me acolhe com carinho.

In memoriam Firmina Leonor

Agradeço à minha antiga psicóloga, Isadora Grego, que, mesmo não estando mais com suas consultas, me ajudou a entender e lidar comigo mesmo e com a vida desde 2020.

Agradeço à minha Paraíba, em especial à minha cidade, João Pessoa. À cultura paraibana que é tão rica, e também ao povo paraibano. Estudar História é, acima de tudo,

um exercício de gostar de gente, e "da gente" – gente que sonha, que constrói, que não esquece e que resiste. Afinal, como amar os outros se não nos amamos?

E, exatamente por isso, que agradeço também a mim mesmo, é claro. Afinal, também preciso deixar a modéstia de lado em alguns momentos, ainda mais nestes de conquistas que não foram fáceis. Sigo, inspirado em Milton Nascimento e nas "Marias" da minha vida, tendo essa "estranha mania de ter fé na vida".

A todos vocês, que são parte e cimento da minha própria construção e obra, o meu muito obrigado por tudo. Sou eternamente grato.

RESUMO

Esta dissertação analisa a relação entre o futebol e a Ditadura Empresarial-Militar brasileira na década de 1970, com foco específico na construção simultânea dos estádios "Almeidão", em João Pessoa, e "Amigão", em Campina Grande, inaugurados em 1975. A pesquisa investiga como o esporte foi instrumentalizado pelo regime como ferramenta de propaganda, legitimação política e integração nacional, culminando na criação do Campeonato Nacional em 1971 e na consequente demanda por estádios de proporções monumentais. O estudo examina a atuação do governador Ernani Sátiro e as disputas locais entre a capital e o interior, demonstrando que as obras atenderam a uma lógica de "engrenagens do consentimento", servindo tanto aos interesses das empreiteiras e do projeto desenvolvimentista federal quanto às oligarquias regionais da ARENA. Metodologicamente, o trabalho baseia-se na análise crítica e triangulação de fontes da imprensa oficial, esportiva e alternativa, além de documentos governamentais, para compreender as narrativas de modernidade e os silenciamentos impostos pela censura. Por fim, discute-se o legado dessas edificações e a memória histórica, problematizando as homenagens a figuras do período ditatorial presentes na toponímia urbana paraibana.

Palavras-chave: Ditadura Empresarial-Militar; Futebol; Paraíba; Estádios; Memória.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the relationship between football and the Brazilian Business-Military Dictatorship in the 1970s, specifically focusing on the simultaneous construction of the "Almeidão" stadium in João Pessoa and the "Amigão" stadium in Campina Grande, both inaugurated in 1975. The research investigates how the sport was instrumentalized by the regime as a tool for propaganda, political legitimization, and national integration, culminating in the creation of the National Championship in 1971 and the subsequent demand for monumental arenas. The study examines the role of Governor Ernani Sátiro and the local disputes between the capital and the interior, demonstrating that these construction projects functioned as "gears of consent," serving the interests of construction companies and the federal developmentalist project, as well as the regional oligarchies of the ARENA party. Methodologically, the work relies on a critical analysis and triangulation of sources from the official, sports, and alternative press, as well as government documents, to understand the narratives of modernity and the silences imposed by censorship. Finally, the dissertation discusses the legacy of these buildings and historical memory, problematizing the tributes to figures of the dictatorial period present in Paraíba's urban toponymy.

Keywords: Business-Military Dictatorship; Football; Paraíba; Stadiums; Memory.

Sumário

INTRODUÇÃO	8
1. CAPÍTULO 1 – DITADURA, SOCIEDADE E FUTEBOL: BASES HISTÓRICAS E TEÓRICAS.....	15
1.1 O Campo Acadêmico: o futebol como objeto de estudo.....	15
1.2 O Futebol como Campo de Disputa: Fundamentos Teóricos para a Análise	20
1.3 Da <i>high-society</i> às massas: as raízes históricas do futebol no Brasil e na Paraíba	26
1.4 Ditadura Empresarial–Militar e a conjuntura do Golpe de 1964: da Crise Reformista à “Contrarrevolução Preventiva”	35
CAPÍTULO 2 – O PLANO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL VIA FUTEBOL	41
2.1 Antes do tri e depois do tri: trajetória do uso político da Copa de 1970 e o início do Campeonato Nacional de 1971	41
2.2 Taça Independência de 1972: “Mini-Copa” e Grandes estádios	58
2.3 Os torneios de Médici: o homem e os clubes do “povo”	71
2.4 A corrida pelo concreto: o cenário dos estádios no Nordeste.	75
CAPÍTULO 3 – OS ESTÁDIOS ALMEIDÃO E AMIGÃO: DA REALIZAÇÃO AO LEGADO	80
3.1 Ernani Sátiro entre a ARENA política e a Arena esportiva: a gênese oligárquica e o projeto Arenista	82
3.2 Dois estádios? A rivalidade entre João Pessoa e Campina Grande	91
3.3 “Tornando o progresso da Paraíba um fato concreto”: a saga das empreiteiras presentes na construção dos estádios “Sátyrão” e “Amigão”	111
3.4 “Roma não se fez em um dia”: Inauguração e Tumulto	123
3.5 Participação no Campeonato Nacional e os legados deixados pelos estádios “gêmeos”	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
REFERÊNCIAS	153

INTRODUÇÃO

A construção, inauguração, escolha do nome e o uso social e popular de estádios durante o período ditatorial abarcam diversos fatores além da oferta de lazer. Estão ligados à reconfiguração do papel e da escala das empreiteiras no país e no exterior, em termos econômicos e políticos. Relacionam-se ao discurso e à percepção dos estádios como exemplos “concretos” e “gigantescos” das realizações da ditadura. São engrenagens do consentimento. (Malaia; Fortes, 2020, p.1980).

Em 1975, sob a égide da ditadura empresarial-militar, a paisagem urbana da Paraíba foi irreversivelmente alterada por toneladas de concreto armado. O estado inaugurou, num mesmo fôlego político, o que hoje conhecemos como os estádios “Almeidão” em João Pessoa e, a 127 km dali, o “Amigão” em Campina Grande. Estas edificações materializavam a presença física do regime no cotidiano pessoense e campinense. A construção, a inauguração e o batismo desses gigantes abarcam fatores que ultrapassam a oferta de lazer e entretenimento, ligando-se à reconfiguração econômica das empreiteiras, busca por modernização urbanística, integração nacional e à necessidade do regime de se fazer visível em um projeto grandiloquente e autoritário que buscava a legitimação popular por meio de obras faraônicas. Ou, como definem Malaia e Fortes, “engrenagens do consentimento” (2020, p.1980).

Conforme trataremos no presente trabalho, essa instrumentalização, embora evidente em todo o território nacional, ganha contornos específicos na Paraíba, onde a construção dos estádios Almeidão e Amigão se insere nesse mesmo projeto de “integração nacional” e modernização estatal. Como então entender esta correlação entre ditadura e futebol no Brasil da década de 1970, e mais especificamente, a partir da conjuntura da Paraíba? Qual a relação de seus governantes com a Confederação Brasileira de Desportos (CBD)? De que maneira a construção de dois grandes estádios no estado se concretizou, e como esses projetos impactaram e são reveladores, direta e indiretamente, da conjuntura política e social do estado e do país? Tais questionamentos guiarão as reflexões desenvolvidas nos capítulos subsequentes.

No auge de sua popularidade, impulsionado pelo tricampeonato mundial conquistado pela seleção brasileira em 1970, o futebol transformou-se em palco de disputas político-ideológicas, sendo instrumentalizado como parte do projeto de

legitimação do regime e de sua narrativa de progresso, desenvolvimento e integração nacional. Para compreender melhor a trajetória desta relação entre futebol e política na ditadura militar, analisaremos a relação da CBD (Confederação Brasileira de Desportos) e militares até a Copa do Mundo de 1970, e posteriormente, a criação do Campeonato Nacional. O Brasil de Didi, Garrincha e Pelé, que conquistou o mundo duas vezes antes do golpe, em 1958 e 1962, viu o tricampeonato ser usado como propaganda ufanista pelos militares, como diversas vezes ocorreu ao longo da história. Conforme será discutido, seja na Argentina de Videla (Cabo; Truppel, 2018), no Uruguai de Méndez (Maneiro, 2013), no Chile de Pinochet (Brum, 2017), na Itália de Mussolini, na Alemanha de Hitler, na Espanha de Franco ou no Portugal de Salazar, os esportes – e mais precisamente o futebol masculino, no caso aqui examinado – foram transformados em instrumento de propaganda política nacional, uma forma de utilizar da popularidade do esporte para os interesses de ditadores.

Nesse sentido, a criação do Campeonato Brasileiro, em 1971, tornou-se um marco na articulação entre futebol e política durante o período. Mais do que uma reconfiguração da estrutura competitiva, sua implementação respondeu a interesses políticos e econômicos que se alinhavam ao discurso de modernização do regime. Ao deslocar o eixo das competições nacionais para além de Rio de Janeiro e São Paulo, e ao incluir novos estados e clubes no cenário esportivo, o regime buscava reforçar a ideia de um Brasil uno, integrado e em desenvolvimento, e essa expansão não seria conseguida sem custos. A exigência de estádios monumentais para a inclusão no Campeonato Nacional gerou uma onda de construções grandiosas, financiadas com recursos públicos, que reconfiguraram paisagens urbanas e se tornaram símbolos materiais do autoritarismo.

No Nordeste, região historicamente marginalizada nas dinâmicas do futebol nacional, este “desenvolvimento” futebolístico era visto como mais do que necessário, mesmo que já possuindo elencos campeões brasileiros anteriormente, como foi o caso do Bahia na edição de 1959. Neste contexto, somado o útil ao agradável, a Taça da Independência de 1972 – outra competição de suma importância para compreender os desenrolares dos anos seguintes – funcionou como um grande catalisador, acelerando a construção de novos estádios. Enquanto estados como Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe foram contemplados com novos estádios, simbolizando uma tentativa de inclusão regional, outros, como o Maranhão, enfrentaram dificuldades estruturais e financeiras que comprometeram sua participação plena na competição.

A Paraíba, foco deste estudo, tornou-se um exemplo emblemático desse movimento. A construção do Estádio Almeidão, em João Pessoa, e do Amigão, em Campina Grande, atendeu não apenas a demandas esportivas, como também a interesses políticos locais, articulados com o governo federal e a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), sendo assim o único estado onde dois estádios foram construídos simultaneamente e com projeto idêntico, um deles em uma cidade que não era a capital.

No estado “onde o sol nasce primeiro”, restou, então, o papel de última federação do Nordeste a participar do Campeonato Brasileiro. Em 1975, em uma competição com mais de 42 clubes, a CBD acrescenta finalmente o representante paraibano: o Campinense, campeão estadual que agora contava com a inauguração do Estádio Governador Ernani Sátyro, mais conhecido como “Amigão”, construído ainda naquele ano. E é com a pretensão de explicar a conjuntura futebolística e política estadual e municipal das duas maiores cidades paraibanas, que inicia-se o terceiro capítulo. O governador, que estava prestes a terminar o seu mandato, decidiu que não escolheria entre João Pessoa e Campina Grande, prometendo assim estádios para as duas cidades que contavam com quatro principais representantes do futebol paraibano – Autoesporte, Botafogo-PB, Campinense e Treze –, com maior ênfase aos três últimos citados que estavam em melhor momento esportivo, econômico e político naquele momento.

O projeto inicial era de que ambos os estádios levariam seu nome, sendo um “Estádio Ministro Ernani Sátyro” (“Sátyrão”) e o outro “Estádio Governador Ernani Sátyro” (“Amigão”). Contudo, já sob a gestão de seu sucessor, Ivan Bichara, uma articulação política na capital, liderada pelo deputado Edvaldo Mota, resultou na alteração do nome do estádio pessoense. Este passou a se chamar “Estádio José Américo de Almeida Filho” – e popularmente “Almeidão” –, em uma homenagem ao ex-presidente e ex-desportista do Botafogo-PB, que havia falecido em um trágico acidente automobilístico na cidade de Feira de Santana-BA. Almeida Filho era filho do célebre político, escritor e ex-governador José Américo de Almeida.

O “Almeidão”, assim como ocorreu em vários outros estádios do país – a exemplo do “Albertão”, em Teresina –, sofreu com problemas na sua inauguração. Devido ao tumulto causado por obras inacabadas e uma possível bomba explodida no local, o evento quase terminou em morte. Justamente pelo momento que vivenciava o país, de censura e repressão, muito do que ocorreu no dia da inauguração, e mesmo durante o período de construção, foi abafado, restando informações mais escassas de detalhes, apesar de existirem jornais alternativos locais nesta época.

Esta dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro, "Ditadura, sociedade e futebol: bases históricas e teóricas", serve como alicerce analítico, investigando a conjuntura do golpe empresarial–militar de 1964, o arcabouço conceitual utilizado para a análise do futebol como campo de disputa, as raízes históricas do esporte no Brasil e na Paraíba, e a sua consolidação como objeto de estudo acadêmico. O segundo capítulo, "O Plano de Integração Nacional via Futebol", debruça-se sobre o projeto nacional da ditadura, analisando o uso político–propagandístico da Copa de 1970, a planejada criação do Campeonato Brasileiro em 1971, a Taça Independência de 1972 como “evento cívico” catalisador da construção de estádios e a corrida pelo concreto no Nordeste. Por fim, o terceiro capítulo, "Os Estádios Almeidão e Amigão: Da Realização ao Legado", mergulha em todo o estudo de caso paraibano, dissecando a ascensão política de Ernani Sátiro, a rivalidade entre João Pessoa e Campina Grande, a saga das empreiteiras, as dramáticas inaugurações e o legado deixado pelos estádios "gêmeos".

A pesquisa fundamenta-se metodologicamente em uma análise crítica e cruzada de revistas e jornais políticos e esportivos como fontes primárias centrais, somada a referências acadêmicas e literárias. A leitura dessas fontes não pode ser feita sem uma perspectiva crítica, principalmente quando o recorte temporal estudado se dá em um período cercado de censura à imprensa. Esta escolha, longe de ser meramente instrumental, assenta-se na compreensão do papel ativo da imprensa na tessitura do real histórico. Conforme teorizado por Carlos Henrique Ferreira Leite (2015), os jornais não são repositórios passivos de informações, mas atores dinâmicos e artefatos de poder. Essa perspectiva é ecoada por Gerson Wasen Fraga, que adverte contra o "senso comum que atribui à palavra escrita o status de verdade incontestável". Fraga, dialogando com Marialva Barbosa e Marilena Chauí, alerta que o texto jornalístico é sempre uma perspectiva que, ao ser reproduzida, "pode ser assumida pelo coletivo como retrato fiel da verdade" (2014, p. 54–55).

A escolha de perfis jornalísticos antagônicos – abrangendo jornais de representação governamental como *A União* (PB), *Diário da Borborema* (PB) e *Diário de Pernambuco* (PE), mas também jornal pertencente à chamada imprensa alternativa, como é o caso do *O Momento* (PB), além, claro, de periódicos esportivos nacionais e internacionais como *Placar*, *Jornal dos Sports*, *France Football*, *World Soccer Magazine*, entre outros – responde à exigência metodológica de triangulação crítica.

Adota-se, assim, a premissa fundamental de que os jornais produzem realidade social tanto quanto a registram. As narrativas sobre os estádios "Almeidão" em João Pessoa e "Amigão" em Campina Grande – desde a exaltação retórica da "modernidade" até as críticas ao custo social oculto – não eram reflexos passivos da realidade, mas atos performativos que moldavam percepções, construíam consensos (ou dissensos) e definiam os próprios termos do debate público. Ao filtrarmos e analisarmos cada reportagem, será inevitavelmente necessário considerar variáveis decisivas como linhas editoriais explícitas ou implícitas, fontes de financiamento, graus de censura (diretiva ou internalizada) e possíveis vínculos político-partidários-organizativos. Afinal, os jornais, revistas e periódicos são "documentos atravessados por silêncios e omissões" (Leite, p.14).

A análise da imprensa será tecida ao longo de todos os capítulos, contrastando as narrativas dos diversos veículos com os eventos discutidos. Partindo dessa compreensão metodológica fundamental, torna-se imperioso situar tal produção jornalística e suas intrínsecas disputas narrativas dentro do lócus histórico concreto que as engendrou e lhes conferiu sentido: o da ditadura empresarial-militar. A análise crítica das fontes só alcança plena potência explicativa quando se compreende a densidade da conjuntura que as produziu. E é nessa realidade material que cercava e construía o futebol e os demais campos culturais. Portanto, posto a conjuntura político-econômica e ideológica que o mundo, no auge da Guerra Fria, se encontrava, e inserido em um contexto de dominação empresarial-militar, é justamente a partir dessa compreensão da realidade, das motivações e das atuações realizadas por tais grupos citados, que podemos construir maiores análises, inclusive a futebolística, já que o futebol ou qualquer outro esporte, assim como demais entretenimentos, artes e derivados, não estão desconectados da realidade material que os cercam e os constroem.

As várias citações de fontes de jornais e revistas ao longo desta dissertação foram encontradas tanto no campo digital, pesquisadas *online* no Sistema de Informação do Arquivo Nacional (Sian)¹, na Hemeroteca Nacional² – principalmente para pesquisar jornais de outros estados – e no Brasil Nunca Mais Digital³, quanto em arquivos e bibliotecas de forma presencial. Na pesquisa presencial, foram realizadas visitas à

¹ Disponível em: <https://sian.an.gov.br/>

² Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

³ Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/>

Fundação Casa de José Américo, localizada em Cabo Branco; ao Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, no Centro; ao Arquivo Histórico do Estado da Paraíba, na Fundação Espaço Cultural José Lins do Rego, em Tambauzinho; assim como nos arquivos universitários, tanto da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), quanto nas de Campina Grande – Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Por fim, faz-se ainda extremamente necessário entrar no debate em relação à memória histórica. Assassinatos, desaparecimentos, torturas, censura e repressão são algumas das características mais marcantes dos longos e sombrios anos em que os militares estiveram no poder, mas a herança deixada pela ditadura militar vai muito além do que conseguimos imaginar. Na Paraíba, não bastasse o Estádio Governador Ernani Sátyro, em Campina Grande, há ainda, em João Pessoa, um bairro com o seu nome – fora as ruas e fundações em sua homenagem, que assim permanecem até a atualidade. Se hoje as arenas modernas têm nomes de empresas multimilionárias, há quase meio século, a ARENA (sigla do partido Aliança Renovadora Nacional) projetava os estádios para terem o nome de seus governadores e presidentes. Por isso, baseando-se nas Comissões Nacional, Estadual e Municipal da Verdade, é pretendido debater possíveis ações a fim de conseguir preservar a história e memória daqueles que sofreram com a brutalidade da ditadura, buscando exemplos positivos já presentes e em curso na atualidade, e seguindo linhas de recomendações tais quais a do Capítulo 9 da Comissão Municipal de João Pessoa (p.275-283, 2021), em que são dadas sugestões de alterações de nomes de vários espaços públicos que remetem a membros que atuaram em um projeto de violação de direitos humanos.

Ao longo de minha trajetória até chegar nesta temática, tive a oportunidade de ser bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) durante a graduação, mais precisamente entre os anos de 2020–2023, sendo orientado pelo Prof. Dr. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva. Nestes anos, foram analisadas as trajetórias do PCB na Paraíba nas décadas de 1970 e 1950, assim como a atuação da ADUFPB–JP durante o período da redemocratização. Em todas as pesquisas, foram realizadas as análises de jornais, atas e revistas – tradicionais e alternativos –, sendo este um dos pontos fundamentais para o desenvolvimento do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o qual defendi em 2023, intitulado “Desafiando as linhas da repressão: a Imprensa Alternativa e seus impactos na Paraíba durante o período da Ditadura Militar (1964–

1985)”. A bagagem adquirida durante a graduação com tais PIBICs somadas ao já longínquo interesse em estudar a História dos Esportes – e mais precisamente do Futebol –, fez com que fosse possível explorar maiores possibilidades para o mestrado, chegando até tal tema.

Ao fim desta introdução, espero que os resultados aqui expostos possam, de alguma forma, contribuir para futuras pesquisas sobre o tema. Apesar do clichê, é importante mostrar que sim, futebol e política se misturam, e muito.

1. BASES HISTÓRICAS E TEÓRICAS: DITADURA, SOCIEDADE E FUTEBOL

1.1. O Campo Acadêmico: o futebol como objeto de estudo

O futebol consolidou-se nas últimas décadas como um poderoso objeto de investigação para as Ciências Humanas, um campo privilegiado para a compreensão da realidade e suas tensões e contradições sociais e geopolíticas. Antes de mergulhar na análise específica da construção dos estádios na Paraíba durante a ditadura, torna-se, portanto, um passo metodológico fundamental mapear o terreno acadêmico no qual esta pesquisa se insere. Situar este trabalho frente à produção nacional e, principalmente, estadual, permite para além de justificar sua relevância, também identificar as lacunas que ele busca preencher e o diálogo que pretende estabelecer com a historiografia consolidada.

É possível compreender então como essa consolidação do futebol enquanto objeto cerne de investigação nas ciências humanas está ligada diretamente em como esse esporte se manteve e se mantém tão vivo no cotidiano político e social de vários cidadãos mundo afora. Se por um lado, existe o reconhecimento de sua capacidade de reprodução de hierarquias sociais, por outro, há também a possibilidade do apreço pelos modos de resistência social e cultural que se manifestam dentro e fora dos estádios. Nesta perspectiva, compreende-se que o campo futebolístico configura-se simultaneamente como palco de disputas simbólicas e laboratório de práticas políticas. É sob esse prisma analítico que emergem, nas últimas décadas, diversos núcleos e grupos dedicados à sistematização crítica das relações entre esporte, sociedade e poder, que destacaremos a seguir.

No Brasil, o estudo acadêmico do futebol tem se consolidado como objeto principal de análise, conquistando espaços crescentes como objeto de investigação científica. Analisando esta configuração da pesquisa acadêmica brasileira sobre futebol, a partir de um ótimo mapeamento elaborado por Cruz et al. (2022), em uma pesquisa cujo foco maior consiste em analisar detalhadamente os grupos de pesquisa (GP) cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq (DGP), foram coligidos dados acerca das produções científicas produzidas até o ano de 2022, evidenciando sua evolução histórica, distribuição geográfica, características institucionais e padrões de produtividade científica. Nela, é possível entender melhor a trajetória do futebol no meio acadêmico e

sua evolução quantitativa, mesmo que em uma “institucionalização tardia”, trajetória essa que nos traz aos dados atuais de 46 grupos que dedicam de forma direta ou indireta ao estudo e à pesquisa do esporte Futebol.

O primeiro grupo de pesquisa com interface temática data de 1984 ('Psicologia Transcultural', da UFAM). O marco da pesquisa especificamente sobre futebol, porém, ocorre apenas em 2006, com a criação do Grupo de Estudos sobre Futebol e Torcidas (GEFuT/UFMG), ano da Copa do Mundo na Alemanha.

O crescimento posterior foi acentuado: o número de grupos dedicados ao futebol passou de 23, em 2012, para 46, em 2022 — um aumento que coincide com os anos de Copas do Mundo (2010, com 8 novos grupos; 2014 e 2018, com fluxo contínuo) (Cruz et al., 2022, p. 8).

A distribuição geográfica é desigual. O Sudeste concentra 47,8% dos grupos, seguido pelo Nordeste, com 21,7%. Sul (13%), Norte e Centro-Oeste (ambos com 2,2%) vêm a seguir. Minas Gerais lidera entre os estados (19,6%), à frente de São Paulo (15,2%), Paraná (13%) e Rio de Janeiro (10,9%). A sub-representação das regiões Norte e Centro-Oeste contrasta com a presença de clubes de grande apelo popular, como a dupla paraense (Paysandu e Remo) e o trio goiano (Goiás, Vila Nova e Atlético Goianiense).

Institucionalmente, 87% dos grupos vinculam-se a universidades públicas, com destaque para UFMG (6 grupos), UFPR e UFRJ (3 cada). Quanto ao perfil, 39,1% dos grupos dedicam-se exclusivamente ao futebol; os demais (60,9%) abordam o esporte de forma secundária. Há predominância de grupos nas áreas de Ciências da Saúde/Educação Física, mas também diversificação: Antropologia (NAVI/UFSC), Comunicação (GECEF/UNESP), Direito (UNIVALI), Robótica (UFS) e Humanidades (NEPESS/UFF, GEHF/PUC-MG, OSF/UERJ, GTCS).

Os temas investigados incluem violência no esporte, torcidas organizadas, políticas públicas, impacto da mídia, mercado, raça, gênero e regionalidade. Em relação ao perfil dos pesquisadores, 84,8% são homens, num universo de 1.029 pesquisadores, dos quais 53,2% são estudantes. A sobrerrepresentação masculina decorre da histórica associação do futebol à sociabilidade masculina e das proibições legais à profissionalização do futebol feminino. Ainda assim, observa-se crescimento dos estudos sobre gênero e sexualidade, principalmente nas Ciências Humanas.

A produção total dos líderes dos grupos soma 1.324 trabalhos, dos quais 409 (30,9%) abordam o futebol. Cruz et al. (2022) apontam desafios persistentes: dispersão geográfica, sub-representação feminina nas lideranças, e a necessidade de mapear a participação por raça/etnia e a contribuição do debate racial nas pesquisas.

No âmbito paraibano, o levantamento autoral realizado para esta pesquisa identificou uma vasta produção acadêmica e literária – mas, infelizmente, inconcluso – revelando um campo intelectual que, embora tardio, encontra-se em franca ebulição. Se até o início do século XXI a historiografia do futebol paraibano resumia-se a esforços isolados, e de cerca forma mais focados no âmbito memorialista – com destaque para a obra pioneira de Walfredo Lins Marques, em 1975, com “A História do Futebol Paraibano” –, a partir dos anos 2010 observa-se uma ruptura.

O interesse acadêmico deixa de ser diletantismo para tornar-se objeto sistemático, especialmente nos cursos de História da UFPB e UFCG, que concentram a maior parte da produção.

Essa nova safra de pesquisadores investiga temas como as tensões de gênero, as dinâmicas de torcidas e a instrumentalização política dos clubes locais. Contudo, o

mapeamento também expõe alguns espaços mais esvaziados, como a escassez de estudos nas áreas de Economia e Políticas Públicas.

Em síntese, apresento dois gráficos com os resultados, focando em apenas 52 obras escolhidas – devido ao tempo curto de mapeamento:



Figura 1: Gráficos detalhados sobre as especificidades da pesquisa

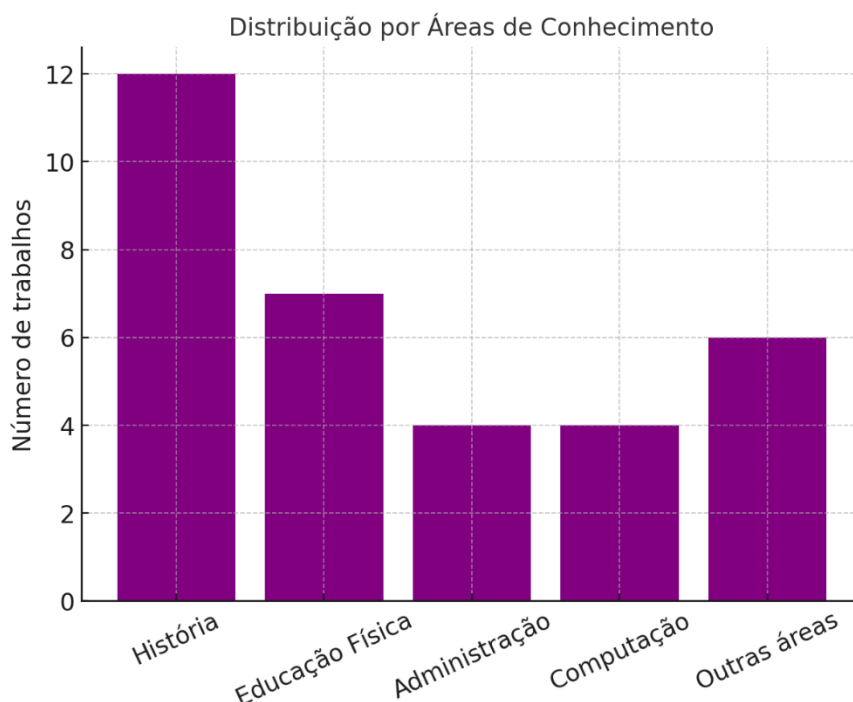


Figura 2: Gráfico da distribuição por áreas de conhecimento

Este mapeamento, mesmo não contemplando todos os trabalhos⁴, já permite traçar um retrato nítido e multifacetado da produção acadêmica sobre o futebol na Paraíba. Espero que, com a coleta e elaboração detalhada destes dados, que oferece uma síntese sobre o que se pesquisa sobre futebol na Paraíba, seja também, em algum momento, um convite para que novos pesquisadores, das mais diversas áreas, se debrucem sobre as temáticas com ou sem lacunas aqui apontadas, aprofundando o conhecimento sobre um dos mais relevantes e esquecidos fenômenos culturais do nosso estado.

É partindo desse diálogo com a historiografia existente, portanto, que passaremos, no subcapítulo seguinte, a apresentar e articular os conceitos-chave que nos permitirão decifrar as complexas relações entre futebol, sociedade e poder no contexto da ditadura empresarial-militar.

⁴ Dentro do próprio curso de História da UFPB, por exemplo, menciono o Trabalho de Conclusão de Curso de Brenno Machado sobre o estádio Leonardo da Silveira, ao qual pelo tempo, não foi possível incluir entre as obras analisadas e mapeadas. Assim como outros que tomei conhecimento tempos depois.

1.2. O Futebol como Campo de Disputa: Fundamentos Teóricos para a Análise

A história do futebol brasileiro se mistura com a história política do século XX no país. O dito “futebol, política e religião não se discutem” reflete o medo e receio generalizado em abordar temas que mobilizam paixões e também valores, mas o contraditório é que a própria omissão também constitui uma forma de posicionamento. É impensável que, em meio a tantos clubes com nomes sacros – ou literalmente “Santos” –, assim como de estádios batizados em homenagem a governadores ou figuras carimbadas da ditadura empresarial–militar, esses três universos não seriam passíveis de discussão, nem que estivessem de alguma maneira entrelaçados. O espaço futebolístico (e não o Futebol em si, em seu aspecto unicamente como prática esportiva) atuou como um inevitável nó integrado aos circuitos do capital global desde meados do século XX. Logo, imaginar o futebol “apolítico” pode parecer ingênuo, principalmente se vindas por meio de declarações de dirigentes de clubes, pois, “fazer política” vai além da política partidária – apesar dela também estar sempre presente. Essa constatação mostra como o futebol nunca esteve desvinculado das estruturas que o cercam, de uma ideologia dominante e de sua superestrutura atuante no Brasil. Essa relação vai além da superfície das práticas esportivas e alcança dimensões mais profundas da construção de hegemonia cultural, do controle social e das disputas simbólicas em torno da identidade nacional.

O futebol já se fazia presente no cotidiano brasileiro desde as primeiras décadas do século XX, mas foi sob Getúlio Vargas que alcançou proporções inéditas como instrumento político–ideológico. A Seleção neste momento passou a exercer a função de símbolo unificador da nação, transformando craques em heróis – ou vilões. A busca por uma identidade nacional, por mostrar uma “democracia racial” ao mundo, trazem consigo diversos debates que vão para além das quatro linhas (Silvia, Carvalho, 2016). Estudar o futebol e suas conexões políticas, e nesta dissertação mais especificamente a conexão entre o futebol e a política da ditadura empresarial–militar na Paraíba, exige, portanto, compreender o legado autoritário herdado por aquele período e o sistemático processo de despolitização empreendido pela ditadura. Ao observarmos os estádios no Brasil e ao redor do mundo, tão logo percebemos que tais espaços viram palcos que acolhem e recebem manifestações múltiplas para além da realização do esporte em si – neste espaço há contestação, apoio, reivindicação, resistência ou conformismo.

Em momentos históricos específicos, como os anos de chumbo da ditadura empresarial–militar brasileira, o futebol foi instrumentalizado para consolidar a imagem e exibição de um país "moderno" – dotado de construções monumentais, “faraônicas”, em ascensão econômica “milagrosa”, ao mesmo tempo em que servia como espaço político de manifestação e protestos simbólicos de resistência. Se o futebol passa por essas intersecções entre história, política e cultura, passa também a ser mais um dos possíveis objetos de estudo para compreender o Brasil. Estudar o futebol como fenômeno histórico e social permite descortinar processos de construção de identidade e legitimação política.

Os estudos do esporte nas ciências humanas caminham por um forte crescente nas últimas décadas, não só entre grupos de estudos como apresentado anteriormente, mas também, nos múltiplos conceitos possíveis de se utilizar em uma análise sócio–histórica do mesmo. E legitimando–se pela natureza intrinsecamente política do futebol, é possível construir maiores elaborações com auxílio de vários conceitos, seja com Pierre Bourdieu e o *habitus*, seja com Eric Hobsbawm, ao trabalhar o conceito de *tradição*, seja por meio de Antonio Gramsci com *hegemonia*, e tantos outros autores de relevo para a análise social, podem nos fornecer não só melhores compreensões sobre o papel do futebol na sociedade brasileira, mas compreensões sobre esta sociedade em si.

O conceito de *hegemonia*, por exemplo, desenvolvido pelo marxista italiano Gramsci, é um dos conceitos mais fundamentais para compreender não só a relação do futebol com a política, mas toda a complexidade que as relações se estabelecem dentro de uma sociedade capitalista por fora das 4 linhas. A hegemonia neste caso, vai também além da manifestação do poder; do acordo cultural e ideológico. A instrumentalização do futebol como meio de propaganda e o uso desta para manipulação de opinião feita pelos militares na Copa de 1970 é um clássico exemplo de como uma classe política e social específica detém grande poder de influência na definição de valores, crenças e normas, em suma, tal domínio se apresenta de forma ideológica e esta hegemonia é alcançada não apenas por meio da coerção direta, como de imediato lembramos, mas também pela construção de “contratos” que vinculam o sucesso da seleção à legitimidade da ditadura empresarial–militar. Interessante é que, como já mencionado nos parágrafos anteriores, a política, seja ela partidária ou não, está presente em todas as formas no mundo do futebol, mesmo que os sujeitos percebam como parte dela, Gramsci em seus escritos mencionava que “não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*” (Gramsci, 2006b, p. 52–53). É possível classificar

esportistas, dirigentes, torcedores como parte ativa das atividades políticas, mesmo que estes não possuam uma rotina “intelectual–acadêmica” ou militante partidária (Duarte, 2012). Além de que, por analisar de maneira não generalista, põe a "circularidade da cultura" como adento fundamental, visto que, a depender do momento/conjuntura histórica, práticas – inclusive as esportivas – que “pertenciam” a uma determinada classe pode ser apropriada ou ressignificada pela outra classe, de forma antagônica, como resistência ou afirmação. (Duarte, 2012). A hegemonia cultural pode também dialogar com o conceito de *Habitus* de Bourdieu, como ele mesmo escreve na sua obra “Como é possível ser esportivo”:

“O campo das práticas esportivas é o lugar de lutas que, entre outras coisas, disputam o monopólio de imposição da definição legítima da prática esportiva e da função legítima da atividade esportiva, amadorismo contra profissionalismo, esporte–prática contra esporte–espetáculo, esporte distintivo – de elite – e esporte popular – de massa – etc; (Bourdieu, 1983b, p.143).

Habitus se refere ao contexto estabelecido que orienta o comportamento e a compreensão individual, criado pelo círculo social e cultural no qual um indivíduo está localizado. Quando o utilizamos no contexto dos esportes e mais precisamente do futebol, ainda mais durante o período da ditadura militar, muitos jogos da Seleção eram organizados para promover a ordem, a disciplina e o patriotismo que os militares promoviam. Portanto, o futebol se torna um campo fértil de agentes ativos de todos os lados, mas claro, sob uma pressão material muito mais intensa a favor da classe dominante e de sua ideologia.

Se pensarmos que a estratégia da ditadura não se limitou à repressão física e houve um esforço deliberado para fraturar a produção intelectual crítica e impor uma nova pedagogia cívica, entendemos que o regime buscava ocupar também o imaginário popular, substituindo o debate político pela euforia ufanista. A perseguição a intelectuais, a censura e a vigilância nas universidades visavam neutralizar discursos críticos que pudessem articular saberes de forma multidisciplinar e, assim, oferecer resistência ao projeto autoritário. E é nesse ponto que entra a *Cultura Política*, debatida por Rodrigo Patto Sá Motta e Luis Fernando Cerri (em discussões diferentes, mesmo que complementares). Ela aparece nas relações em que a população de um território, de uma cidade, estado ou até mesmo de um país, estabelece com a dinâmica política do local, ou as dinâmicas do poder. Ou, de modo mais direto, como Rodrigo Motta diz: “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa/constrói identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado,

assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.” (Motta, 2018. p. 118).

Sendo assim, a efeito de comparação, a própria forma em que nosso país se tornou independente diferencia-se da forma em que os vizinhos da América Hispânica conquistaram sua independência, e também diferencia da forma em que a população do Haiti conquistou em sua revolução. O imaginário político anticomunista, por exemplo, que é um dos principais elementos da cultura política brasileira e preexistente a 1964, foi amplamente disseminada pela imprensa tradicional brasileira, e mais especificamente também pela paraibana. Essa cultura se materializa na Cultura Histórica, que se faz presente diretamente nestes momentos, assim como a Cultura Historiográfica – que busca dar conta de compreender tais processos. Para Le Goff, Cultura Histórica serve para caracterizar “a relação que uma sociedade mantém com seu passado”.

E na busca de interligar os conceitos, Angela de Castro Gomes nos rememora todo a idealização do Estado Novo em seu processo de resgate de identidade como política de Estado, de se afastar da república velha e de valorizar personagens “adormecidos” pelo grande público, afim de romantizá-los.

A construção de uma “cultura histórica”, como a que este artigo se propõe delimitar, vincula-se fortemente a políticas públicas de regimes que investem em sua legitimidade, mobilizando com destaque valores culturais da sociedade, neles inclusos os que se referem a uma herança. (Gomes, 1998, p.137)

A imagem de uma democracia racial, de um país unido e integrado, com valores nacionais maiores que os regionais e que estava na constante busca pelo desenvolvimento, foi característica marcante da Era Vargas, período este analisando pela autora, mas fez parte também das características da ditadura militar de 1964–1985. A cultura política anticomunista, existente desde a Era Vargas, perdurou por muito tempo, a ponto de que o discurso se repetia inúmeras vezes antes mesmo do golpe de 1º de abril de 1964. E na Paraíba não foi diferente. De maneira perceptível os próprios órgãos da imprensa tradicional como o jornal “A União”, “Diário da Borborema” e o católico “A Imprensa” tiveram papel fundamental na reprodução e perpetuação desta cultura política anticomunista.

O contexto futebolístico vivenciado na década de 1970 – período delimitado como foco da pesquisa – esteve no auge de sua popularidade no Brasil. Mais do que uma soma de forças de grupos e classes dominantes que controlavam o Estado e as federações, o

cenário esportivo em alta que vivia a seleção canarinha, recheada de craques que são considerados até hoje alguns dos maiores da história do esporte, contribuiu e muito com o contraditório “casamento” sacramentado pela instrumentalização política do esporte pelos militares. Essa simbiose contribuiu diretamente para o fortalecimento de valores como o nacionalismo, integração, ordem etc.

É sempre importante ressaltar, todavia, que tais conceitos não pretendem dar conta de todas as explicações possíveis, e de todas as análises aqui realizadas, nem pode ser entendida como algo totalizador ou mágico, mas sim, suportes fundamentais que servem como um pontapé inicial, afinal, é a partir também destas várias experiências que vão surgindo novos conceitos, muitas vezes direcionados especificamente ao mundo dos esportes. Um destes casos é o termo “Sportswashing”, palavra recente, porém já bastante presente nas análises de governos no século XXI, a exemplo da última Copa do Mundo, realizada no Qatar, em 2022. “Limpar” a imagem de um governo por meio de grandes eventos esportivos extremamente midiáticos é uma tática já bem comum. Segundo Jules Boykoff:

O sportswashing pode surgir em espaços políticos autoritários e democráticos. É uma relação social que envolve vários públicos, tanto internacionais quanto domésticos; O sportswashing pode ter como alvo a população interna de um país tanto quanto um público externo e global. Ao mesmo tempo em que facilita uma "correção espacial" (Harvey, 2001, p. 24), o sportswashing pode sutilmente massagear o reparo da reputação na consciência pública através da porta lateral esportiva e cultural. Como tal, o sportswashing reflete o passado e molda o futuro. (Boykoff, 2022)

O autor complementa: “o esporte desempenha um papel cada vez mais central nas questões políticas e sociais, bem como nos processos de acumulação de capital e absorção de capital excedente. O esporte estabiliza e justifica a ordem capitalista, em parte ao preparar os trabalhadores–atletas para seu papel no sistema de trabalho e ao reforçar o espetáculo mais amplo da mercadoria” (Brohm, 1978; Perelman, 2012; APUD in: Boykoff, 2022). O espetáculo como mercadoria se fez presente diversas vezes no espaço–tempo delimitado no artigo. Seja no palco do espetáculo, construindo estádios que demonstrem grandeza e poder, seja na utilização da imagem de um jogador como produto.

Em suma, a mobilização desse arcabouço e dos debates mencionados são de suma importância e necessária para dissecar o objeto desta pesquisa. Nenhuma medida política,

ainda mais as institucionais são neutras (nem mesmo a presente produção acadêmica realizada nesse momento); são partes de uma cristalização material que podem ser percebidas no meio desses conceitos, e estar munido dessas categorias faz com que o capítulo seguinte, em estado mais investigativo, consiga ser melhor compreendida. A seguir, é possível analisar como esse projeto nacional de integração via futebol aterrissou, na prática, no solo paraibano.

1.3. Da *high-society* às massas: as raízes históricas do futebol no Brasil e na Paraíba

As nuances de uma ideologia de classe e dos conflitos e contradições presentes em um esporte dentro do capitalismo acompanham-no desde seu início. Ao voltarmos ao período do futebol “importação”, o famoso “esporte-bretão” de Charles Miller e o início da prática do esporte na maior parte do país, é visível a predominância dos grupos elitizados e como isso se manteve por várias décadas. Porém, segundo Hilário Franco Júnior, só Charles Miller não dá conta de explicar o surgimento do futebol no país, muito menos de mostrar como os clubes não eram homogêneos, já que nem todos faziam parte da “*high-society*”. A prática por parte de operários era comum não só devido a idealização de disciplina estabelecida como meta pelos patrões, mas também sob uma ótica de identificação e organização da classe trabalhadora.

Estabelecer paternidades quase heroicas e datas oficiais não esclarece as relações entre o futebol e a sociedade brasileira. Pelo contrário, suas significações mais profundas residem no processo de apropriação pelos diversos setores sociais que o transformaram num fenômeno de massas. A proliferação de clubes e times de futebol pelo país – sobretudo nas populosas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro – obedeceu basicamente a duas grandes tendências. [...] A primeira, a formação de equipes no interior dos grupos dominantes, orientada pelos valores do cavalheirismo, do fair-play e do amadorismo. [...] Isso não impediu, contudo, o desenvolvimento de uma segunda tendência: que o pretenso Éden do amadorismo fosse conspurcado pelo interesse das camadas médias e subalternas. As fronteiras sociais do futebol começaram a ser transpostas desde cedo com a formação de times improvisados pelos setores populares. (Júnior, 2007; p. 62–63)

Antes mesmo da popularização massiva do futebol, a exclusão e o racismo já eram traços inerentes à sua prática no Brasil, espelhando as hierarquias sociais da época. No início do século XX, o esporte era majoritariamente branco, restrito às elites. O auge dessa discriminação na Seleção Brasileira ocorreu em 1921, protagonizado por ninguém menos que o então presidente da República, Epitácio Pessoa, paraibano de Umbuzeiro, que governou o país de julho de 1919 a novembro de 1922. Epitácio reuniu-se com os diretores da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) – equivalente à atual CBF – e recomendou que apenas jogadores brancos representassem o Brasil. A justificativa era “preservar a reputação do País no exterior”, um reflexo do projeto de branqueamento da

nação levado a cabo pelas elites brasileiras, que incluía o incentivo à imigração europeia e a proibição da entrada de imigrantes negros norte-americanos (Santos, 2019, p. 19).

Essa "recomendação" nunca se tornou um decreto oficial, e o próprio Eptácio jamais admitiu a interferência. O jornal *Correio da Manhã*, em 17 de setembro de 1921, porém, anunciava explicitamente: "O presidente da República não quer 'homens de cor' no nosso scratch" (apud Santos, 2019, p. 17). O contexto para essa medida estava enraizado em eventos anteriores. Em 1919, o Brasil havia conquistado seu primeiro título importante, o Campeonato Sul-Americano, com um gol do jogador Arthur Friedenreich, o "Fried" – maior jogador brasileiro da época e ídolo que inspirou Pixinguinha a compor "Um a Zero". No entanto, em 1920, a Seleção passou por um humilhante 6 a 0 contra o Uruguai no Sul-Americano no Chile. Em um amistoso posterior na Argentina, a delegação brasileira foi alvo de agressivos ataques racistas no jornal *La Crítica*, que retratou os jogadores como macacos, zombando da miscigenação brasileira: "São elementos de cor que se vestem como nós e pretendem se misturar à raça americana, gloriosa por seu passado e tradições" (*La Crítica* apud Blog do Acervo – O Globo). Essa ofensa gerou revolta e até a recusa de atletas em jogar, no que Carvalho considera o "primeiro grito contra o racismo vindo de atletas".

Meses depois, com a proximidade de um novo Sul-Americano na Argentina em 1921, a resposta da cúpula nacional não foi de condenação ao racismo sofrido, mas sim de reforço da exclusão. O veto de Eptácio Pessoa à convocação de jogadores negros escancarava uma lógica eugênica e higienista ainda muito viva que permeou as elites brasileiras pós-abolição, preocupadas em construir uma imagem "europeia" do país, livre de "vestígios ligados à escravidão e à miscigenação" (Filho, 2003, p. 228).

Durante o mandato de Eptácio Pessoa, já no ano de 1922, ocorreu o Centenário da Independência do Brasil. Foi um período de intensas disputas em diversos setores da sociedade, moldando a concepção do que o país era e do que deveria vir a ser. Como destaca Marly Motta (2021), é nesse contexto de efervescência política e de redefinição da identidade nacional que o futebol, já um fenômeno em ascensão, se encaixaria como um poderoso instrumento de celebração e legitimação, como veremos a seguir no contexto nacional e principalmente paraibano.

Compreender em que espaços se formaram e em que momento ocuparam o posto de paixão popular e símbolo nacional são fundamentais. Espaços estes que são regionais,

culturais, políticos, religiosos e sociais. Ao generalizarmos e fazermos análises deterministas acabamos por simplificar as particularidades e contradições presentes nessa formação. Essa complexa tessitura entre futebol, classe e poder não se limitava ao eixo Rio–São Paulo, e justamente por isso, que quando a análise caminha até o contexto paraibano, é preciso compreender os eventos e caminhos percorridos até que a consolidação do esporte no estado fosse perceptível.

É dentro dessas visíveis dinâmicas de classe existentes na Primeira República que o historiador Diogo Pimenta Pereira Leite (2017), ao analisar a relação do futebol paraibano e suas elites em João Pessoa (então Parahyba) na sua dissertação “Quem Manda no Futebol da Paraíba? Elites políticas e Estado Novo (1941-1947)”, apresenta as particularidades de uma nascente cultura juvenil das elites locais, ansiosa por (re)afirmar seu posto numa sociedade que em certa medida passava por transformações. E isso passa, inexoravelmente, pela explicação que o processo de consolidação do futebol e seu início dentro do contexto social paraibano passava de forma indissociável também pela “disciplina” e codificação de práticas sociais, de forma que alinhava-se a um projeto mais amplo de civilidade, projeto este que emergia em quase todo o país, e que marcou o período pós-abolição e a consolidação republicana.

A atuação higienista e classista das elites locais e seus representantes nas esferas médicas, arquitetônicas, políticas e principalmente da imprensa, catalisou um processo de modernização segregador, frequentemente legitimado sob o pretexto sanitário. Nesse contexto de busca por uma estética importada, permeada de tons modernizantes, demolições ocorriam junto a uma perseguição higienista sistemática – tal como observado nas cidades “espelhos” de Recife, Rio de Janeiro e São Paulo (Chagas, 2015) –, e operavam sob a lógica do combate à “indolência”, “moleza” e “sujeira” (Júnior, 2015). Almejava-se, assim, traçar fronteiras entre o aceitável e o marginalizado nos espaços urbanos. Naturalmente, esse imaginário modernizador transcendeu o domínio arquitetônico, irradiando-se para outras esferas sociais. No campo esportivo, era visível o tamanho déficit organizacional do futebol paraibano em comparação aos grandes polos como Recife: enquanto a capital pernambucana já assimilava práticas de “amadorismo marrom” (Leite, 2017), e importação de talentos cariocas e paulistas por volta de 1918, sinalizando uma dinâmica competitiva mais complexa e mercantilizada, a Parahyba apenas constituiria sua primeira liga minimamente estruturada um ano depois, em 1919.

Nesse cenário, a prática esportiva – notadamente o futebol – se converteu em um modelo de performance elitista, ou, nas palavras de Victor de Melo:

Na verdade, o principal mesmo era o potencial de constituir um espaço de visibilidade, um teatro público relacionado à valorização de certos princípios em vigor e/ou construção, causa e consequência da gestação de uma sociedade civil mais ativa. As instalações esportivas eram locais ideais para ver e ser visto, marcando inclusive diferenças sociais (Melo, 2010, p. 55 apud Leite, 2017, p. 40)

A institucionalização do futebol paraibano logo se materializou por meio de projetos “civilizatórios” para a elite do estado. A fundação da Liga Sportiva Parahybana (1914) sob a liderança de João da Matta Correa Lima – e posteriormente a Liga Desportiva Paraibana (1919) liderada por Nelson Cabral, Antenor Navarro e Mário Pedrosa – se fez presente como consequência e resposta à crescente de clubes presentes nos demais estados do país, visando controlar o nascente campo esportivo (Leite, 2017). Embora estruturalmente frágeis (Souza, 2014 apud Leite, 2017), essas entidades operacionalizaram o discurso amador como instrumento de exclusão social, mascarando sob a retórica do “amor ao esporte” inúmeras problemáticas no que se refere às desigualdades e opressões econômicas e raciais – evidenciadas na exigência de quitação de mensalidades e na estigmatização de clubes como o Pytaguares, associado a “parrudos crioulos” (Ponzi apud Leal, 1995).

Um contraste interessante de se observar é que o futebol como esporte em seu estado bruto, praticado livremente por lazer nas ruas, era malvisto pelas autoridades, muito pela influência ainda de uma repressão da “vadiagem”. A bola jogada pela “garotagem” já era vista pelas autoridades como um caso de polícia e desordem. Em 1922, o jornal *O Norte* noticiava a repressão ao “Football clandestino” praticado nas proximidades do Prado, em João Pessoa. A matéria descrevia os jogadores como “sportmen modern-styles” que promoviam “constantes disturbios” e denunciava o grande número de “criados que alli afflue diariamente, deixando assim de cumprir com seus deveres”. A resposta do poder público, segundo o jornal, foi o envio de uma patrulha policial para “dispersar uma turma de garotos”, com o chefe de polícia no “firme propósito de não mais consentir que esses jogos clandestinos alli se realizem” (*O Norte*, 10 mar. 1922, p. 2). O contraste da prática popular do futebol, menos performática e mais espontânea, logo foi enquadrada numa lógica de controle social, associada à vadiagem e à perturbação da ordem.

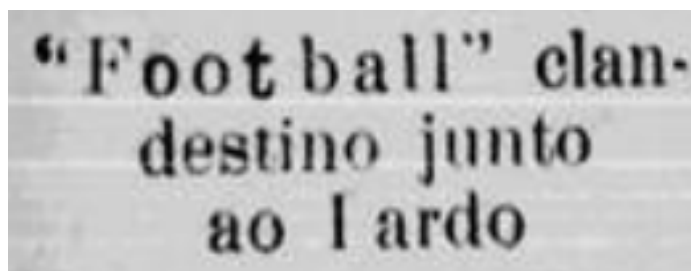


Figura 3: Manchete de "Foot-ball clandestino" no jornal pessoense (*O Norte*, 10 mar. 1922, p. 2)

Segundo George Henrique de Vasconcelos Gomes (2016), a influência de estudantes vindos do Rio de Janeiro e de ingleses já estabelecidos com suas fábricas no estado seguem sendo a tese mais aceita do surgimento do futebol em territórios paraibanos. Dentre os eventos históricos que contribuíram para a consolidação da popularidade e aprovação do futebol na Paraíba, podemos destacar a comemoração dos 100 anos da Independência:

A Parahyba vibrou nesses dias consagrados à rememoração do grande feito de 1822 entusiasta e cheio de civismo. Foram sete dias surpreendentes de comunicatividade entre os nossos homens públicos e o povo, que numa eclusão de jubilo apoteósava a excelsa Pátria, em surtos de patriotismo, a passagem da grande data (ERA NOVA, 1923; apud Gomes, 2016)

A celebração do Centenário da Independência em 1922, – descrita pela revista *Era Nova* como sete dias de "comunicatividade entre homens públicos e o povo" num "júbilo apoteótico" (apud Gomes, 2016) – levou para o público uma partida entre Cabo Branco (PB) e ABC de Natal (RN), como parte também de um “ritual cívico”, ou em outras palavras, parte de uma instrumentalização política. Tal modelo simultaneamente inclusivo na retórica e excludente na prática serve como um “interlúdio” do que ainda viria a acontecer em maiores escalas na complexa relação entre Estado e esporte na Era Vargas, quando o regime getulista elevou o futebol à categoria de símbolo nacional. Isso não seria uma invenção inaugurada pelo mesmo, mas sem dúvidas era a introdução de um mecanismo novo sobre estruturas pré-existentes, agora já bem mais aperfeiçoadas a nível propagandístico. A prática esportiva – e não só o futebol –, passava pelas elites paraibanas. A reforma do estádio do Hipódromo Paraibano seria mais um ponto que marca a chegada do esporte como programa de integração....

E aqui retomamos ao ponto iniciado parágrafos antes acerca da política propagandística escalada em maiores proporções durante a Era Vargas, onde o esporte assume parte fundamental na construção de uma identidade nacional. A "democracia

racial" freyriana, por exemplo, encontraria no futebol o seu laboratório perfeito: um espaço onde a mistura aparente de classes e raças poderia ser celebrada como mito unificador. Na temática da busca da profissionalização, verificamos como a idealização Freyreana de expor um país que possui uma “democracia racial” e a captação de um esporte cada vez mais popular como “produto” de incentivo estatal e potencial produtor de novos ídolos nacionais era perfeito para compor sua propaganda. Em passagem de Renato Coutinho e reafirmada por Hevilla Fernandes, “o futebol conseguiu realizar aquilo que parecia distante ainda na Primeira República: unificar os símbolos nacionais e padronizar os rituais de exaltação cívica em associação com o Estado Nacional” (Coutinho, 2013, p. 22).

A consolidação do futebol como fenômeno cultural no Brasil, logo, não deve ser compreendida apenas pela sua trajetória de massificação, mas também, de maneira interligada, pela sua capacidade de projetar e reproduzir, ao longo de boa parte do século XX, elementos de uma política da memória e da experiência coletiva que ultrapassam a política estritamente partidária. O esporte, e mais especificamente o futebol, tornou-se um representante importante também dos projetos ideológicos do Estado, especialmente nos momentos em que o poder político buscou formas de legitimação que fossem além dos aparatos repressivos e coercitivos mais diretos.

Essa busca por adesão popular via sensibilização do imaginário – como a paixão pelo esporte, pelo clube, pela seleção ou pelos ídolos esportivos, reflete a materialização de uma ideologia que transforma figuras individuais, clubes esportivos, seleções ou comitês em mediadores coletivos, capazes de sintetizar valores como mérito, identidade e pertencimento.

A criação de ídolos, por exemplo, passa por uma lógica de fetichização (no sentido marxista)⁵, onde a figura do jogador transcende sua condição humana para se tornar mercadoria simbólica, portadora de valores como o de “heroísmo”, e essa fetichização,

⁵ No sentido marxista, o fetichismo não é apenas uma ilusão, mas a forma real como as relações sociais se manifestam no capitalismo: como relações entre coisas. O trabalho social dos produtores fica oculto e seu valor parece ser uma propriedade natural da mercadoria. Aplicado ao futebol, o ídolo se torna o fetiche por excelência, pois nele a distinção entre a aparência objetiva e a essência social oculta é nítida. A aparência do ídolo é a de um herói com dons naturais e poder próprio. Contudo, sua essência é a de ser um produto do trabalho social dentro da indústria do esporte e um veículo para as relações de poder do capital e do Estado. A “mistificação”, segundo a teoria, não está em imaginar um poder que não existe, mas em atribuir a origem desse poder (que é social) à pessoa errada (o ídolo como indivíduo), tornando-o um fetiche perfeito para a propaganda de um regime que busca naturalizar suas próprias relações de dominação (Bottomore et al., 2012, p. 243-244).

que busca dissociar as relações de produção por trás do esporte, se soma aos interesses de um Estado que busca legitimidade através da identificação emocional, não da crítica material.

A materialização da ideologia no futebol, portanto, não se resume à manipulação de símbolos, mas à captura e redirecionamento de práticas sociais já carregadas de significado. A paixão pelo esporte, comumente associada a uma espécie de "ópio", foge desta rotulação e vira um campo de negociação onde um sistema político-econômico associado a medidas sociais adotados por um governo comandado por militares oferece um simulacro de participação (o torcedor como "herói das arquibancadas", a euforia que se captava por exemplo nos "geraldinos"⁶) em troca da legitimação de um projeto que, fora dos estádios, negava a esse mesmo torcedor direitos básicos de cidadão. Essa dinâmica revela que a hegemonia autoritária não se impõe apenas pela força, mas pela habilidade de traduzir violência em espetáculo.

E é nessa simbiose entre o espetáculo e o político que a ditadura brasileira encontrou uma forma de manter maior estabilidade. A construção deste imaginário existiu porque o cotidiano, forjado por ferramentas políticas materiais de um pacto militar e de setores civis, com destaque para o empresariado, possibilitou a semente e o crescimento da mesma. A conjuntura geopolítica internacional, nacional e regional, tornou possível a construção destas imagens e mobilizou a ideologia dominante, não como mera "falsa consciência" – uma leitura simplista já criticada por Marx em *A Ideologia Alemã* –, mas como um conjunto de práticas materiais já mencionadas, e esse "imaginário" promovido pelo regime só se consolidou mediante a formação de um bloco histórico⁷ composto por

⁶ O termo Geraldinos, é comumente utilizado para referir-se aos torcedores que assistiam aos jogos na parte da "Geral", setor popular do Maracanã.

⁷ Para a análise deste parágrafo, três conceitos interligados são fundamentais. Primeiramente, o de ideologia, que no pensamento marxista não se refere a qualquer sistema de ideias, mas a uma forma específica de "consciência invertida" que nasce das contradições materiais da sociedade. A ideologia surge da cisão entre trabalho material e intelectual e funciona como uma "inversão", na qual as ideias parecem determinar a vida, quando, na verdade, é "a vida que determina a consciência" (Marx; Engels, 2007, p. 94 apud Lima, 2019). Sua função é naturalizar essas contradições, servindo aos interesses da classe dominante como uma força material que se manifesta em instituições e práticas (Bottomore et al., 2012, p. 293-297). Em segundo lugar, isso supera a noção de "falsa consciência". Embora frequentemente usada como sinônimo, a expressão é considerada inadequada por muitos teóricos, pois "não especifica o tipo de distorção criticada" (Bottomore et al., 2012, p. 295). O conceito marxista de ideologia refere-se a uma distorção estrutural com base na própria realidade contraditória, e não a um erro subjetivo. A "falsidade" não está na consciência, mas na própria realidade material que é invertida. O fetichismo da mercadoria, por exemplo, não é uma ideia inventada, mas "a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas" que de fato estrutura a sociedade (Marx, 2017, P. 147 Apud Lima, 2019).

Por fim, o bloco histórico, conceito de Gramsci, designa a unidade orgânica entre a estrutura (economia) e a superestrutura (política, ideologia). É por meio da construção de um bloco histórico coeso que uma classe

militares, empresariado brasileiro e setores da sociedade civil, que conjugou a repressão sistemática (censura, perseguição política, eliminação física) à produção de uma soma ancorada no “milagre econômico” e no nacionalismo esportivo.

Como destaca E. P. Thompson em *A Miséria da Teoria* (1981), a ideologia não constitui um “véu estático”, mas um campo em disputa, onde símbolos, signos e práticas são constantemente apropriados, ressignificados e, por vezes, revertidos por agentes subalternos⁸. Mas a ideologia não apenas mascara a dominação, mas estrutura a própria realidade simbólica vivida – uma realidade paradoxal, por vezes contraditória, mas ainda assim operante. A seleção de 1970, por exemplo, apresentada como fruto direto da estabilidade e competência da ditadura, permitia ao cidadão comum sustentar simultaneamente um orgulho patriótico ufanista e ao mesmo tempo uma indiferença perante a repressão que “controlava” partes do mesmo espetáculo.

Antes, porém, de esmiuçarmos a maquinaria propagandística do regime e a instrumentalização do futebol nos anos de chumbo, é importante compreender a gênese da ruptura institucional que tornou tudo isso possível. O golpe empresarial-militar de 1964 foi o resultado de um processo de agudização das lutas de classes no período da chamada República Populista (1946-1964), e teve no governo de João Goulart e sua agenda das Reformas de Base – que tocavam em assuntos como a reforma agrária, a bancária e a lei de remessa de lucros – seu ápice alarmista, onde qualquer aceno à justiça social era traduzido pelas elites conservadoras e pela grande imprensa como o prenúncio de um “perigo vermelho”. E antes de podermos analisar esses frutos das propagandas da

se torna hegemônica, exercendo liderança sobre forças sociais aliadas. No contexto da ditadura, o bloco no poder era essa articulação entre o projeto econômico do “milagre” (estrutura) e a superestrutura ideológica e repressiva, sustentado pela aliança entre militares, empresariado e setores da sociedade civil (Bianchi; Mussidis, 2021; Cf. Galastri, 2009).

⁸ A perspectiva de E. P. Thompson é crucial para entender a dinâmica da ideologia. Para o autor, ela é um “campo em disputa”, conceito ligado à sua categoria central de experiência. A experiência é o “ponto de junção entre estrutura e processo”, onde o “ser social” (determinações materiais) e a “consciência social” (cultura, ideologia) dialogam. O “campo em disputa” surge da “eterna fricção” entre a experiência I (vivida, concreta) e a experiência II (percebida, interpretada). É nessa fricção que novas formas de pensar podem emergir (Cf. Martin, 2006, p. 117-118).

Essa capacidade de ação é o que Thompson chama de agência (agency) humana, que se manifesta através dos “agentes subalternos”. Em crítica ao estruturalismo, que via os indivíduos como meros “vetores” da ideologia, Thompson reafirma que homens e mulheres são sujeitos ativos que “tratam” suas experiências e “agem, por sua vez, sobre sua situação determinada” (Thompson, 1981, p. 182 apud Martin, 2006, p. 117). A classe, para ele, não é uma “coisa”, mas um “acontecimento” que os sujeitos elaboram em suas lutas. A agência é essa capacidade de “fazer-se” na história, em oposição a ser passivamente determinado pela estrutura (Cf. Santos, 2019, p. 13-15).

ditadura, como a instrumentalização do futebol, é de suma importância entender como funcionavam as suas raízes como regime político. É essa passagem – do futebol como símbolo nacional, forjado na Era Vargas e consolidado nos anos 1950, para o futebol como instrumento de legitimação de um regime autoritário – que a discussão se desloca agora do arcabouço teórico e da contextualização do futebol no cenário paraibano para o terreno da conjuntura política nacional pré-golpe, investigando os “porquês” da crise reformista e claro, entender como se articularam a ala golpista que implementou a ditadura empresarial–militar de 1964.

1.4. Ditadura Empresarial–Militar e a conjuntura do Golpe de 1964: da Crise Reformista à “Contrarrevolução Preventiva”.

A ditadura empresarial–militar teve início no dia 1º de abril de 1964, com a destituição do então presidente democraticamente eleito, João Goulart, e teve graves consequências para cenário da política nacional durante os 20 anos seguintes, com impactos que nos chegam até a atualidade. O governo “Jango” (1961–1964) planejava articular um projeto reformista moderado – as chamadas “Reformas de Base” –, buscando conciliar desenvolvimento econômico e social aliado à preocupação de conter maiores tensões revolucionárias que poderiam surgir com grupos e organizações de potencial de mobilização, como o movimento das Ligas Camponesas, movimento estudantil ou grupos revolucionários que pudessem surgir e se inspirar nos movimentos de libertação pelo mundo afora. Em suma, defendia-se que ampliando o mercado consumidor interno, conseguiriam uma maior estabilidade da ordem capitalista vigente, focado na expansão industrial via mercado interno e que teria nas Reformas de Base uma projeção de ampliação do consumo, evitando maiores radicalizações. As ações do governo Jango buscavam equilibrar concessões à burguesia nacional com gestos de soberania frente aos interesses internacionais. Atos como a desapropriação da Companhia Telefônica Nacional (subsidiária da ITT) e a resistência às pressões estadunidenses na OEA (Amorim, 2024), embora moderados dentro do espectro reformista, foram percebidos como uma ameaça direta à hegemonia das elites agrárias e dos setores industriais umbilicalmente associados ao capital estrangeiro. Percepções essas que se fez suficiente para alimentar as conspirações e o sentimento golpista que já estava sendo preparado há um bom tempo.

A tentativa reformista de Goulart expôs uma ferida na ilusão de uma burguesia nacional que pudesse se opor às demandas da burguesia estrangeira, uma burguesia “anti-imperialista”. As Reformas de Base, embora moderadas, ameaçavam de forma direta e indireta dissolver a síntese dependente que unificava interesses agrário–exportadores e industriais associados ao capital estrangeiro. A proposta de reforma agrária – mesmo que restrita – e a taxação de lucros feriam núcleos da acumulação primário–exportadora e a lógica do capitalismo monopolista então em gestação. Goulart compreender as reformas como instrumento para “fortalecer o capitalismo” e evitar revoluções (Amorim, 2024), se apresenta então como o cerne da contradição: o projeto janguista pressupunha uma autonomia burguesa idealista, ignorando, segundo Florestan Fernandes, que a burguesia

brasileira já estava orgânica e psicossocialmente integrada aos interesses internacionais e de caráter imperialista (Evangelista, 2021).

Enquanto os discursos de oposição no Congresso Nacional enquadravam as Reformas de Base como uma "ameaça comunista", para grande parte da população pobre, elas representavam a esperança de uma transformação profunda. Essa perspectiva foi imortalizada pela escritora Carolina Maria de Jesus. Em uma entrevista ao jornal *Última Hora*, a poucos dias do golpe, ela resumiu o sentimento popular de forma contundente: "Falam muito em democracia, mas muita democracia e barriga vazia não adianta. O povo está sofrendo e as reformas são necessárias". Para Carolina, a ação de Jango era tão fundamental que ela a definiu como uma "nova abolição", uma segunda libertação que traria dignidade material à "classe humilde", vendo os decretos de Goulart como "uma guilhotina para cortar a ambição desmedida dos privilegiados" (*Última Hora*, 27 mar. 1964, p.2).

A Paraíba emerge neste momento como um epicentro do debate, transformando a luta pela reforma agrária em uma "questão nacional". Essa luta materializou-se no fortalecimento das Ligas Camponesas, que se constituíram como o movimento agrário de maior influência e poder de mobilização das décadas de 1950 e 1960. Sob a liderança de figuras como Francisco Julião, a organização transcendia a mera reivindicação fundiária para assumir contornos de um projeto político revolucionário. Sua atuação – simbolizada pela ocupação do Engenho Galileia (PE, 1959) – teve na Liga de Sapé, na Paraíba, seu ponto mais forte, com uma mobilização de mais de 13 mil membros (Cittadino, 2014, p. 18). Nos territórios paraibanos, as Ligas se espalharam por municípios como Alhandra, Mamanguape e Guarabira (Lemos, 2008), e se tornaram uma referência de organização comunitária, operando em uma complexa relação, ora de conflito, ora de aliança com o projeto reformista de João Goulart.

O assassinato de João Pedro Teixeira prenunciou o destino das Ligas: sua história é a crônica de uma reforma agrária não apenas negada, mas criminalizada. A deposição de Goulart significou a aniquilação sistemática das Ligas. O projeto reformista – já fragilizado pela oposição latifundiária e pela hesitação governamental – foi substituído por uma “contrarreforma” onde os militares, em comunhão com grandes latifundiários, reafirmavam suas posições. Líderes como a hoje centenária Elizabeth Teixeira foram forçados à clandestinidade por questão de sobrevivência; outras referências camponesas como João Alfredo Dias, o "Nego Fuba" (PCB-PB) foram brutalmente carbonizados em matagais (1964), onde em um projeto bem executado de silenciamento e repressão

apoiado aos chamados esquadrões da morte, ativos na Paraíba desde 1964, ganharam respaldo tácito do Estado (Bandeira, 2023).

Compreendendo que nada nem ninguém trabalha sozinho, aproveito para justificar aqui, antes de destrinchar sobre a atuação empresarial e a economia brasileira do período, o porquê da nomenclatura utilizada nesta dissertação para descrever a ditadura, caracterizando-a como empresarial-militar.

Cada termo carrega uma interpretação sobre a natureza do poder, a distribuição das responsabilidades e os beneficiários do autoritarismo, e é verdade que tal designação do regime instaurado em 1964 não é consenso na historiografia. O termo "Ditadura Militar", enfatiza o protagonismo das Forças Armadas na ocupação do Estado e no exercício da coerção, e seu mérito é reconhecer que o poder de decisão última – a exemplo da capacidade de decretar o estado de exceção, fechar o Congresso e eliminar opositores – residia na cúpula militar, mesmo que não se negue a participação de outros grupos. O termo "Ditadura Civil-Militar" também não está incorreto, pois se reconhece justamente a participação destes “outros” mencionado anteriormente, a exemplo do apoio da OAB, da Igreja Católica, da “Grande Imprensa”, e de parte considerável da população brasileira à época. O ponto aqui, é de não cair em uma generalidade perigosa que dilui responsabilidades específicas, ou de centralizar demais, mesmo que apenas nominalmente, em um único grupo.

A opção por "Ditadura Empresarial-Militar", ao longo desta dissertação passa por uma escolha em captar o conteúdo de classe do regime e a organicidade da aliança que o sustentou. É importante destacar os interesses que o moveram, e como estas forças não operavam em um vácuo social, o regime serviu (não apenas, mas principalmente) à reconfiguração da economia brasileira em favor do grande capital. E não busco, aqui, ditar regras terminológicas, ou transformar o nome do regime em um trem de carga, adicionando vagões para cada grupo colaboracionista ao longo de vinte anos (afinal, não caberiam nomes, hífen e “CIA”), mas de reforçar o caráter de classe e o apoio empresarial decisivo em todo o processo. Busco fugir também de um determinismo econômico mecânico, mas sem jamais perder de vista o sujeito oculto da oração: a classe que encomendou o serviço, financiou a operação e lucrou com o silêncio. Quem pagou a conta e quem recolheu os lucros.

Florestan Fernandes, autor de “A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica” (1974), consegue, por exemplo, destrinchar historicamente as consequências da modernização capitalista dependente e como se consolidou um modelo

“autocrático–burguês”, como ele mesmo define. Neste sentido, Diogo Evangelista, ao mencionar essa obra de Florestan, discute o processo de revolução burguesa ocorrido no Brasil e como a ditadura militar, aliada aos setores empresariais, estiveram ativos nesse processo:

A contrarrevolução preventiva do golpe empresarial–militar significou a concretização da revolução burguesa dependente no Brasil. Os conflitos, pressões internas e externas que se apresentaram nesse contexto histórico foram expressões das contradições internas do capitalismo competitivo dependente no Brasil. (Evangelista, 2021, p.90)

Ainda com base na análise de Diogo Prado Evangelista, a ditadura empresarial–militar brasileira, após o golpe de 1964, aplica sua “contrarrevolução preventiva”, que dentro da lógica do capitalismo monopolista internacional, unificou–se para impedir reformas de base que ameaçassem a acumulação capitalista dependente, já mencionado anteriormente. O regime implementou um “padrão de acumulação monopolista” via: – Reformas financeiras (criação do Banco Central, FGTS) que desmontaram direitos trabalhistas e facilitaram a centralização de capitais; – Revogação da Lei de Remessa de Lucros, permitindo drenagem acelerada de mais–valor para corporações transnacionais; – Industrialização subordinada (especialmente bens duráveis) articulada ao capital estrangeiro, com empresas estatais funcionando como *joint ventures* (ex: EMBRAPA, setor energético); – Modernização agroindustrial que reproduziu a “via colonial”: concentração fundiária, expropriação violenta de camponeses e produção voltada ao mercado externo (Evangelista, 2021). Essa estrutura manteve o subdesenvolvimento através de um mercado interno extremamente restrito e elitizado (acessível a apenas 15–20% da população) e dependência tecno–financeira.

Tendo como suporte maior para aplicação das medidas projetadas, tinha–se como base jurídica os tais Atos Institucionais e todo seu aparato repressivo, aplicando uma militarização generalizada da segurança pública, aproveitando destes aparelhos repressivos (a exemplo do DOPS) para eliminar a qualquer custo suas dissidências. Com o terrorismo de estado, garante–se uma maior tranquilidade para a implementação de uma homogeneização de aspirações sociais pelo consumo de bens duráveis (eletrodomésticos, automóveis) sem quaisquer reflexões críticas de sua produção e planejamento, apenas prontos para consumir, propaganda mais eficaz para um alinhamento de setores médios

aos valores consumistas idealizados pela política imperialista adotada pelos Estados Unidos, e é nessa incorporação controlada de segmentos médios ao Estado via corrupção sistêmica e concessões parciais, que foi-se preservando o núcleo tecnocrático–militar–burguês.

A articulação empresarial que culminou no golpe de 1964, e que daria sustentação ao regime, é um processo bem documentado e analisado pelo historiador Pedro Henrique Campos, em seu livro “Estranhas Catedrais” (2014), que traz exemplos como o da Operação Bandeirantes (Oban), bancada por contribuições privadas, e o de Delfim Neto, na Fiesp, onde conseguiu contribuições de empresas nacionais como Camargo Corrêa, Folha de São Paulo e Grupo Ultra, e de firmas internacionais como Nestlé, General Elétric, Mercedes–Benz e Siemens, entre outras. (Campos, 2014, p. 285) Vale observar que Delfim Neto, ex–ministro da fazenda e um dos signatários do AI–5, dirigiu o I Plano Nacional de Desenvolvimento e foi responsável pelo “milagre econômico” e pela expansão dos investimentos de construção civil, incluindo os estádios de futebol, a cargo de grandes empreiteiras de alcance nacional e intimamente vinculadas ao projeto ditatorial, conforme demonstrou Campos.

Para além da participação pontual de empresários, é fundamental compreender a dimensão orgânica dessa aliança, como desvendado por autores como René Armand Dreifuss em sua obra seminal, *1964: A Conquista do Estado*. A derrubada de João Goulart não foi um ato improvisado das Forças Armadas, mas o resultado de uma sofisticada e deliberada "iniciativa de classe", uma "ação medida, planejada e calculada" por uma vanguarda da burguesia. Essa engenharia conspiratória foi levada a cabo pelo complexo IPES/IBAD (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Financiados pelo grande capital nacional e transnacional, esses institutos funcionaram como o "Estado–Maior da burguesia", um centro estratégico onde empresários, tecnocratas e militares ideologicamente congruentes elaboraram em conjunto não apenas uma estratégia para a ruptura, mas o próprio projeto de Estado que seria implementado a força a seguir. A crise do pacto populista e a percepção de que o governo Goulart, ao mobilizar as classes trabalhadoras, representava a "erosão da ordem capitalista", unificaram as diversas frações das classes dominantes em torno deste projeto. Portanto, a nomenclatura "empresarial–militar" não é um mero adjetivo, mas a definição precisa de um novo "bloco de poder multinacional–associado emergente" que, através de

um autodeclarado "golpe preventivo", conquistou o aparelho de Estado para readequá-lo de forma autoritária aos seus interesses de acumulação (Dreifuss, 1981, p. 135–143).

Na Paraíba, essa relação se fazia presente em várias esferas, seja na construção civil seja no apoio a órgãos de repressão. A título de exemplo, como mostrou a Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, a “Granja do Terror”, localizada em Campina Grande, foi um espaço destinado à prática de torturas em meados da década de 1970, tendo sido cedido pelo empresário campinense Manoel Bezerra, em colaboração com a polícia militar da cidade. A ditadura na Paraíba operou uma engenharia da morte que atingiu as camadas mais vulneráveis. Conforme a Comissão Estadual (2017), parlamentares, magistrados e servidores públicos sofreram cassações, enquanto sindicatos e movimentos camponeses eram alvo de intervenções. Dois mecanismos foram cruciais: o controle das bancadas via ARENA e recessos forçados que paralisaram assembleias estaduais (Skidmore, 1988, p. 215). Essa submissão tornou o Legislativo uma "agência dos interesses multinacionais e associados" (Dreifuss, 1981, p. 318). Durante o "milagre econômico", enquanto o PIB crescia, o salário mínimo perdia 50% do poder de compra (Garcia apud Bocchini, 2014) e 78,8% dos brasileiros viviam em absoluta pobreza (Alves, 1987, p. 151). Essa desigualdade foi sustentada por corrupção sistêmica e censura prévia, que não raramente levava jornais a substituírem notícias por receitas de bolo (Nunes; Silva, 2015, p. 11).

Uma vez estabelecido o quadro de repressão, censura e controle social que sustentava a ditadura, a análise do próximo capítulo se volta agora para a outra face do regime: a construção do consentimento via propaganda. Para mascarar a violência do AI-5, celebrar o "milagre econômico" e forjar uma imagem de unidade, o governo buscou se apropriar do futebol, esporte de maior apelo popular do país, como meio de instrumentalização. Os escritos a seguir, portanto, mencionarão como o futebol foi transformado em uma ferramenta central de propaganda, a partir do clímax ufanista da Copa do Mundo de 1970, dando início ao Plano de Integração Nacional.

2. O PLANO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL VIA FUTEBOL

2.1. Antes do tri e depois do tri: trajetória do uso político da Copa de 1970 e o início do Campeonato Nacional de 1971.

Embalada pelo auge do “milagre” econômico e do paulatino silenciamento das oposições, a década de 1970 foi a fase de maior intensificação de um projeto político-ideológico que buscava colocar o futebol cada vez mais de mãos dadas com a imagem da ditadura. Longe de constituir uma novidade exclusiva e pioneira do cenário brasileiro, o esporte mais popular do mundo já foi utilizado como instrumento de propaganda e validação política em numerosas ocasiões⁹, sendo experimentado tanto por ditaduras europeias e sul-americanas quanto por democracias liberais mundo afora nos mais diversos momentos históricos. Mas, o que de tão marcante existe nesta conexão entre o governo de Emílio Garrastazu Médici e o uso do futebol depois da conquista da Copa de 1970?

A soma de diversos eventos culminou no fortalecimento entre estes laços, dentre estes, há de se considerar que, como mencionado anteriormente, a imagem da Seleção Brasileira já detinha fortíssima influência nas ações políticas institucionais e também no imaginário popular. Não à toa a Copa de 1970 tinha também a possibilidade de desestabilizar a imagem do governo, caso a Seleção não desempenhasse o esperado, assim como foi durante a frustração de 1966 na Inglaterra, vista como um “vexame” após a eliminação precoce na fase de grupos, perdendo para a Hungria e para Portugal de Eusébio⁹. Tal eliminação era apresentada justamente como a antítese da ordem e da competência prometidas pelos militares. Não se tratava de um evento isolado. A debacle inglesa radicava-se num confuso processo preparatório, marcado por graves equívocos da administração da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) sob João Havelange. O impacto do “fracasso” foi tão profundo que, no Relatório Oficial da CBD de 1966, citado por Sarmiento (2006, p. 121), a entidade já afirmava, por meio de promessas, seu compromisso urgente e inadiável com a redenção:

Apesar de todos os esforços desta entidade e dedicação daqueles que a dirigem ou que tiveram o seu encargo neste setor, impossível foi para nós completar como era de nosso desejo a sequência de triunfos ou de

⁹ O atacante Eusébio é até hoje considerado um dos melhores jogadores de todos os tempos, sendo principal ídolo da História do Benfica de Portugal. Era também, até então, o maior nome do futebol português. Nascido em Moçambique, o “Pantera Negra” ainda chegou a ganhar uma Bola de Ouro em 1965.

glórias que representaria para nós a conquista do tricampeonato mundial, ou seja, a posse definitiva da Taça Jules Rimet. (...) Apesar dessa adversidade, tão logo regressamos dessa obrigação competitiva, iniciamos de imediato um novo trabalho visando a Copa de 1970. (CBD, 1966 apud SARMENTO, 2006, p. 121)

O cenário interno que Havelange encontrou ao retornar de 1966 não era nada animador. As finanças da CBD apresentavam sérios desequilíbrios – a "Lotocopa", nova modalidade da Loteria Federal para gerar recursos, não atingira as projeções, e os gastos com o futebol, em pleno ano de Copa, mal dobraram os investimentos no setor. Paralelamente aos esforços de saneamento financeiro e à ampliação de torneios interestaduais – como o Torneio Roberto Gomes Pedrosa (o "Robertão"), que se tornara uma fonte relevante de receita e modelo para o futuro Campeonato Nacional (Sarmento, 2006, p. 122) –, a prioridade máxima da CBD era a reestruturação da Seleção.



Figura 4: Seleção Brasileira antes do jogo contra Portugal, onde seria eliminado pelo time de Eusébio pelo placar de 3x1. Imagem em: <<https://capricho.abril.com.br/wp-content/uploads/2022/12/brasil-copa-do-mundo-1966.jpg?quality=85&strip=info>> Acesso 28/01/2026

O consenso era que a comissão técnica de 1966 não mantivera o nível de excelência dos triunfos de 1958 e 1962. Havelange e membros da comissão chegaram a ser vigiados pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), pressionados por setores do Legislativo e por autoridades militares que exigiam retratações públicas e um Inquérito Parlamentar sobre o fracasso. Nesse contexto de vigilância e pressão, a resposta institucional da CBD foi a criação da Comissão Seleccionadora Nacional (Cosena). Este órgão colegiado, composto por dirigentes de federações frequentemente ligados a lideranças políticas ou

às forças armadas, assumiu o controle sobre a escolha do treinador, da comissão técnica e dos jogadores.

As limitações desse processo de reconstrução eram visíveis: a indicação de Aymoré Moreira em 1967, seguida de resultados medíocres (três empates com o Uruguai na Copa Rio Branco), e a opção por seleções regionais em amistosos (Sarmiento, 2006, p. 123) mostravam a urgência e o desespero do futebol como "assunto de Estado". Esse foi um dos primeiros passos para a profunda instrumentalização que viria no período Médici.

A ascensão do General Emílio Garrastazu Médici, chefe do SNI em 1967 e presidente do Brasil em outubro de 1969, trouxe mudanças drásticas. Seu governo, sob a Constituição de 1967 (emendada para legitimar o regime de exceção), institucionalizou a suspensão de *habeas corpus*, a censura ferrenha e a tortura, ou, em suma, o que se pode chamar de “Terrorismo de Estado”, que se valida do uso do terror e das armas (muitas vezes literais) que um governo utiliza como ferramenta contra a própria população para sustentar um regime repressivo e de frágil legitimidade democrática – em suma, uma ditadura. Os números são elucidativos: em 1970, ano da Copa do México, foram registrados 1.206 casos de tortura, 29 mortes de opositores e quatro desaparecimentos sob custódia militar (GASPARI, 2014). Médici, com sua trajetória em cargos de inteligência e sua posse de prontuários de presos políticos, tinha pleno conhecimento (e com todos os detalhes) das torturas que ocorriam no país. Não por acaso a Comissão Estadual da Verdade do Estado do Rio de Janeiro encontrou um caderno com três prontuários médicos de presas políticas atendidas no Hospital Central do Exército (HCE) em seus documentos (CEV–Rio, 2015, p.327).

Nesse cenário, se conquistado o tricampeonato durante a Copa do Mundo de 1970 no México, os militares teriam o roteiro perfeito para a consagração de um "Brasil Grande Potência". É neste contexto que a crise busca soluções implacáveis, sendo João Saldanha uma opção de risco, mas necessária. A nomeação do técnico–jornalista assumidamente comunista em 1969 trouxe ótimos resultados iniciais. A parte física era uma grande questão à época, sendo apontada por parte da imprensa como a causa da queda em 1966 e uma possível arma para o sucesso em 1970. Invicto durante as eliminatórias da Copa do Mundo de 1970, Havelange ainda chegou a sustentar a permanência de Saldanha no cargo com alguns elogios em entrevista à revista esportiva francesa *Miroir du Football*:

As críticas calaram–se desde que Saldanha provou seu valor de maneira irrefutável. [...] O futebol em nível internacional mobiliza enormes

interesses, que não são apenas financeiros. As seleções nacionais exigem hoje à sua frente homens de envergadura, inteligência, cultura, conhecimentos sólidos do futebol de seu país e do mundo. [...] Saldanha era incontestavelmente o homem da situação. (Havelange apud Miroir Du Football, 1970, p. 23, tradução nossa)

Esta defesa pública, contudo, ocultava contradições internas, pois enquanto Havelange celebrava Saldanha, agentes do SNI monitoravam ambos, e claro, com muito mais atenção ao técnico “subversivo” membro do PCB que já havia sido fichado em 1947. Saldanha compreendia o poder que tinha ao assumir o cargo, e deixava isso claro em suas declarações. A entrevista de Saldanha à mesma publicação francesa oferece a chave para compreender seu projeto estético-político:

O futebol é uma arte, e a arte só pode se expressar na criação ofensiva. [...] Aceitei o cargo por desafio, talvez diante de meus adversários, mas principalmente porque amo o futebol e esta é uma oportunidade para defendê-lo, pois a Copa do Mundo pode se tornar um grande campo de manobra para aqueles que usam o futebol. E isso eu quero ver para denunciar." (Saldanha Apud Miroir Du Football, 1970, p. 24-26, tradução nossa)

Saldanha trabalhou sob vigilância constante, com agentes do SNI catalogando seus passos e seus contatos, nacionais e internacionais, como atestam relatórios da época, inclusive sobre sua ligação com o PCB, mas mesmo assim, sabendo do tamanho que seu cargo representava e de toda a exposição midiática que o cercava, o técnico utilizou dessa visibilidade como salvaguarda e plataforma de denúncia. Em entrevista à Globo em 1983, treze anos após o mundial, ele lembrou as declarações feitas à imprensa internacional: "Eu tinha dito que havia no Brasil três mil e tantos presos políticos [...]. Eu disse e saiu no 'Observer' da Inglaterra; saiu no 'Le Monde' [...]"¹⁰. Abaixo, um dos vários relatórios do SNI, ainda em 1970, que buscava acompanhar seus movimentos políticos (Figura 1):

¹⁰ Ver em SALDANHA, João. Entrevista concedida a Geneton Moraes Neto. Rio de Janeiro, 04 jul. 1983; Nota: não foi possível localizar as edições originais do Le Monde ou do The Observer contendo tais declarações. Por ser uma denúncia dessa magnitude em pleno anos de chumbo, vale ressaltar a importância de futuras pesquisas de historiadores, jornalistas e pesquisadores no geral, em encontrar e resgatar essas declarações que foram mencionadas pelo mesmo.

Figura 1

Confidencial

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO N. 70 /DSI/MJ

DATA: 8 de maio de 1970
ASSUNTO: JOÃO ALVES SALDANHA

REFERÊNCIA:
DIFUSÃO: SNI/AC, SNI/ARJ, CIE, CENIMAR, NUSISA, DSI/MDC e DPT/BSB

DIFUSÃO ANTERIOR:

SNI
AGÊNCIA CENTRAL
007057 14MAI70
PROTOCOLO

12340

A Revolução de 64 é irreversível e consolidará a Democracia no Brasil

JOÃO SALDANHA cujo nome completo é JOÃO ALVES SALDANHA, filho de Gaspar Saldanha e Jenny Jobim Saldanha, nascido em 3 Jul 1917, portador da Carteira de identidade do Instituto Felix Pacheco nº 390.353, jornalista e cronista esportivo do jornal e da Rádio e TV "Globo", ex-técnico da Seleção Brasileira à Copa do Mundo de 1970, militante comunista, fôz parte da célula "A.N.L." do PCB, localizado à rua Xavier da Silveira, 99.

Em 12 Mai 946 enviou telegrama ao Presidente da República pedindo a exoneração do Chefe de Polícia, do Diretor da Divisão de Polícia Política, atacando os mesmos em termos desrespeitosos.

Em Jun 946, tomou parte no plano Ampliado do Comitê Metropolitano do PCB, como Assistente.

Fôz parte da Comissão Nacional da Campanha Pró-Imprensa Popular do PCB. Era proprietário do carro de chapa 6142 que era visto estacionado nos locais de comício do PCB.

Responsável pelo Clube Copacabana, organizado pelo PCB, para arregimentar jovens para o Partido.

Segundo documentos apreendidos por ocasião do fechamento do PCB, era membro efetivo do C.D. da Lagôa.

Em 3-Ago-947, foi detido quando promovia comício de propaganda comunista, sendo solto logo após ser ouvido.

Ingressou no PCB em julho de 1945. Sôcio contribuinte do M.U.S.P.. Alistou-se eleitor pelo PCB na 5a. Zona Eleitoral/GB - Título 374.

Em 1957, 1959, 1961, 1963 e 1964 solicitou no DOPS/GB, verificação de antecedentes para fins de viagem ao exterior (Venezuela, México, Argentina, Uruguai, Inglaterra e Itália), bem como nos anos de 1966, 1968, 1969 e 1970.

Confidencial

Relatório de João Saldanha, encontrada no site do SIAN.

Fonte: (AC ACE 12340/70: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_70012340_D0001DE0002, 1970)

Nessa documentação datada de 8 de maio de 1970, a Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça redigiu a Informação n. 70/DSI/MJ, protocolada na Agência Central do SNI, identifica e classifica João Saldanha como “militante comunista” e lista inquéritos e enquadramentos penais e eleitorais atribuídos a ele, com menção a artigos como resistência, desobediência e desacato. O mesmo dossiê informa pedidos de verificação de antecedentes no DOPS para viagens ao exterior em vários anos. Às vésperas da Copa, o Estado tratava o técnico e jornalista como assunto de segurança e o organizava em fichas.

“O governo não gostou. Se o Brasil perdesse eu estava fuzilado (ri). Não voltaria. Não tinha importância: eram mais alguns anos fora do Brasil. Já passei vários e não era mal nenhum” (Saldanha, 1983). Seu apelido de João “Sem medo” não era à toa: quando Médici publicamente sugeriu a convocação do jogador Dário Maravilha, atacante do Atlético Mineiro, Saldanha respondeu com a célebre declaração:

O Brasil tem 80 ou 90 milhões de torcedores, de gente que gosta de futebol. É um direito que todos têm. Aliás, eu e o presidente, ou o presidente e eu, temos muita coisa em comum. Somos gaúchos, somos gremistas, gostamos de futebol, e nem eu escalo ministério, nem o presidente escala time. Você tá vendo que nós nos entendemos muito bem." (Saldanha apud Nascimento, 2024).

Anos depois, já após no período de abertura política, em entrevista gravada em 1983 para o correspondente da Globo, Geneton Moraes Neto, e posteriormente reprisada pela GloboNews em 2010, Saldanha respondia ao mesmo questionamento sobre seu conflito com Médici:

O presidente ... aliás, não chamo de presidente da República porque costume chamar de presidentes os que foram eleitos; não os usurpadores do poder. Então, o usurpador do poder naquele momento era o senhor Médici – que desejava popularidade e quis fazer popularidade através da seleção. [...] Quiseram impor a convocação de Dario – por sinal, um bom jogador. Era de alto nível, mas não de tão alto nível como eram os jogadores de que a seleção precisava, como Pelé, um Tostão, um Dirceu Lopes, um Gérson, um Clodoaldo, um Rivelino, um Jairzinho. Embora Dario fosse um bom jogador do ranking brasileiro, não existia lugar para ele nessa turma. Mas, como Dario era do Atlético Mineiro e o governo naquele tempo precisava uma barretada pra Minas Gerais, quiseram botar Dario à força. Recusei. [...] Antônio do Passo e João Havelange diziam: “Pelo amor de Deus, convoque Dario, nem que seja pra ele nem mudar de roupa. Convoque pelo nome, porque vamos ficar bem com os homens e precisamos de dinheiro!”. Não convoquei. Convoquei até homens de meio-de-campo. Neste momento, entrei num atrito desvantajoso. (Saldanha, 1983).

Sua demissão era questão de tempo, e assim ocorreu em 17 de março de 1970, consolidada principalmente após um conflito envolvendo Pelé e os supostos cuidados oftalmológicos que Saldanha havia sugerido segundo a imprensa tradicional da época, mas negada pelo próprio em todas as ocasiões. A troca de João Saldanha por Zagallo, mesmo após ótimos resultados na eliminatória, mostrava durante tais desentendimentos que Médici buscava investir todas as fichas nesta Copa do Mundo, no plano esportivo e no plano político.

Apesar de todos os problemas e conflitos anteriores, os ventos ainda sopravam a favor da seleção brasileira em quase todos os aspectos. Até em momento de crise, a “amarelinha” contava com um elenco de dar inveja a qualquer país, reunindo os maiores craques de vários grandes clubes brasileiros – fator determinante inclusive para aproximar ainda mais o torcedor brasileiro da seleção, somando a idolatria clubista com a idolatria nacional. Pelé, por exemplo, de forma quase unânime, já era considerado antes mesmo daquela Copa como o maior jogador da história do esporte, superando nomes como Di Stefano, Puskas, Stanley Matthews, Zizinho, Sarosi, Moreno, etc. Edson Arantes do Nascimento tinha no seu currículo até então duas Copas do Mundo pela seleção, duas Libertadores e dois Mundiais de Clubes pelo Santos, além de 1067 gols¹¹. A seleção brasileira, empatada com o Uruguai e a Itália em números de títulos mundiais – todas com dois títulos –, caminhava a passos largos em sua busca pelo tricampeonato, para atingir também esse posto de maior seleção da história.

Pensando nisto, e sabendo do peso da figura de Pelé e também da camisa canarinha, voltemos ao conceito de *habitus*. Como mostram Daniel Giordani Vasques e Flávio Py Mariante Neto, há uma percepção da ditadura de que o futebol se comportava como componente central do *habitus* brasileiro, ou, de forma mais direta, em uma de suas análises acerca do documentário de Pelé lançada em 2021:

O futebol e Pelé foram incorporados no povo de forma a comporem um *habitus* brasileiro, fazendo com que grande parte da sociedade torcesse para o “Brasil de Pelé” na Copa de 1970 de forma quase que “automática”, apesar de possíveis ganhos da ditadura com isso. Ratificando essa análise, o jornalista José Trajano pondera que tentou torcer contra o Brasil nessa Copa, mas que ao chegar no México “não teve coragem”. Essa cena apresenta uma importante tensão da época entre o *habitus* brasileiro do futebol e o Estado ditatorial do país, e acaba por refletir o sentimento do povo, ao menos dos críticos do regime. Ao fim, Pelé, a seleção e a ditadura ganharam; o país perdeu porque deu respiro àquele regime (Vasques; Neto, 2021, p. 5–6)

O tricampeonato, além de consagrar a seleção como a maior vencedora de Copas, trouxe várias consequências esperadas no campo político-ideológico, como o sucesso de *slogans* nacionalistas, atrelando o sucesso da Seleção diretamente ligado às políticas socioeconômicas do regime. Não era apenas a Seleção, era o país como um todo. Nesse contexto, *slogans* como “Pra Frente, Brasil” e “Ninguém Mais Segura Este País”, “Brasil:

¹¹ Atualmente, a contagem de gols costuma contabilizar apenas os gols feitos em jogos reconhecidos como oficiais pela FIFA. Se seguirmos este critério, Pelé teria até o período citado (antes da Copa do Mundo de 1970) 640 gols. Porém, para não correr o risco de ser anacrônico, opto por citar 1067 gols.

Ame-o ou deixe-o”¹², ganharam forte e massiva projeção, como se junto à Copa do Mundo, o chamado “Milagre econômico” e a propalada modernização do país também estivessem sendo premiadas com a Jules Rimet. A televisão, em acelerada expansão – saltando de menos de 10% dos domicílios com aparelho em 1960 para 45% em 1970 –, consolidou-se como um sucesso, e contribuiu para a ideia de país em ascensão e em desenvolvimento tecnológico, sendo um facilitador para o acesso a mais um meio de propaganda. Dados quantitativos do IBOPE atestam o poderoso impacto de consumo que o produto teve naquele ano, onde na estreia contra a Tchecoslováquia, registraram-se “1.290.770 televisores ligados na grande São Paulo, com a estimativa de cinco pessoas por aparelho [...] equivalente a algo em torno de 6,5 milhões de telespectadores, numa população estimada em 8.1 milhões de habitantes” (O Estado De S. Paulo, 21/06/1970, p. 04 apud Ferreira, 2014, p. 92–93).

Médici, que já era grande entusiasta do futebol, famoso por estar sempre presente nos estádios, junto ao povo, vendo, ouvindo e torcendo durante os grandes jogos, vê com certa rapidez o quanto seu projeto de instrumentalização trouxe resultados positivos para a ditadura. No mesmo ano, em setembro, a CBD realiza o Torneio Roberto Gomes Pedrosa, famoso “Robertão” ou Taça de Prata, um “teste” para conseguir tornar o campeonato ainda mais midiático, e verdadeiramente nacional, objetivando mostrar qual era o melhor time brasileiro no ano do tri (Santos, 2012).

A ideia de se criar uma competição nacional não era nova, afinal, a CBD criou a Taça Brasil em 1959 para indicar o representante brasileiro na Taça Libertadores da América. O título de 1959 ficou com o esquadrão tricolor do Bahia de Mário, Ari e Alencar que venceu o poderoso Santos na final. A competição respondeu a exigências da Conmebol e aos custos de deslocamento num país de grandes distâncias (Santos, 2012, p. 35–36).

Até então, o Torneio Rio–São Paulo era a “mais importante competição do país”, mas sua limitação geográfica tornava-o politicamente inviável e nada compatível com a ideia de integração e de um país unido, pois restringiria a disputa ao eixo Rio–São Paulo. A solução arquitetada pela CBD de João Havelange foi pragmaticamente adaptada às

¹² É crucial ressaltar ainda que, mesmo vinculado aos militares, tais jingles foram criados e inspirados pela iniciativa privada, especialmente por empresários paulistas que também buscaram suas inspirações “patrióticas” nos aliados norte-americanos, tendo como referência slogans estadunidenses propagandeados durante a Guerra do Vietnã, “América, love it or leave it” (Ferreira, 2014, p. 92).

dimensões continentais do Brasil: divisão em chaves regionais (Norte/Nordeste e Centro/Sul), com entrada direta de paulistas e cariocas nas semifinais¹³, visando "diminuir custos" e teoricamente garantir "confrontos de maior qualidade" (Santos, 2012, p. 36). O formato escancarava as hierarquias regionais.

Voltando para a ideia da criação do “Robertão” em 1967, é importante ressaltar ainda que o Torneio Roberto Gomes Pedrosa surgiu como resposta ao "fracasso na Copa de 1966" e à necessidade de superar os "deficitários" estaduais (Santos, 2012, p. 53), pois, se a Taça Brasil (1959–1968) respondera a imperativos geopolíticos externos, o novo Campeonato Brasileiro de 1971 consolidou-se como ferramenta fundamental para uma mensagem de integração territorial de fato nacional. Se no Robertão havia uma hegemonia paulista com 4 títulos em 4 edições, com Palmeiras campeão em 1967¹⁴ e 1969 e Santos em 1968 (sem contar com as vitórias anteriores com o pentacampeonato consecutivo do Santos de 1961 até 1965) a marginalização de outras regiões do país se mostrava gritante, a exemplo do Mato Grosso, ausente em dez edições da Taça Brasil.

A criação da Revista *Placar*, juntamente com a Loteria Esportiva, deu o toque complementar à criação de um campeonato que buscava evidenciar novidades e transformações importantes. Premiações como Bola de Ouro para o melhor jogador do campeonato, Bola de Prata para o melhor jogador de cada posição e Chuteira de Ouro para o artilheiro, contemplavam premiações semelhantes às que existiam à época na Europa.

¹³ Curiosamente, um modelo parecido ao que se tornou o atual Campeonato Mundial de Clubes – ou “Intercontinental” – da FIFA, onde o Europeu entra diretamente na final, enquanto os demais continentes disputam entre si.

¹⁴ Em 1967 o Palmeiras se consolidou bicampeão nacional no mesmo ano.



Figura 5: Primeira edição da revista Placar, de 20 de março de 1970.

Fundada em 1970, a *Placar* caracterizou-se por uma postura editorial um pouco mais crítica, principalmente contra os cartolas. Como destaca Santos (2012, p. 78), sua matéria de capa "A Falência dos Cartolas – misérias do futebol milionário" na edição nº20 expôs um contraste visível entre o sucesso e a genialidade do futebol brasileiro e a gestão arcaica dos dirigentes. João Havelange, apesar de ser o presidente da CBD em plena ditadura, também era alvo de críticas – e de maneira relativamente constante. A reportagem "Nome: Havelange. Veredicto: Culpado" (*Placar*, 07/08/1970) acusava-o de priorizar seu "prestígio pessoal" em detrimento do futebol, destacando que a CBD enriquecia com 15% das rendas de jogos interestaduais enquanto clubes faliam. A solução proposta: "Uma Confederação Brasileira de Futebol teria poderes para executar a única solução capaz de impedir a falência dos clubes: a elaboração de um calendário anual e do Campeonato Brasileiro.". Tal campanha ganhou materialidade em 21 de agosto de 1970, com a edição intitulada "Senhores Dirigentes, Eis o Campeonato Nacional" da *Placar*, que apresentava um calendário detalhado com férias para jogadores, datas para excursões e otimização de deslocamentos. A reação dos dirigentes revelou fissuras: enquanto Almir de Almeida (Fluminense) citava as "dimensões do Brasil" como obstáculo, Felício Brandi (Cruzeiro) declarava apoio incondicional, e Júlio Mazzei (preparador do Santos) defendia a comercialização do futebol como "indústria" (Santos, 2012, p. 80).

E se nesta primeira metade da década de 2020 vivemos a era das “BETs”, a Loteria Esportiva em 1970 protagonizou a primeira grande onda das apostas esportivas no Brasil. Popularizada como “Bolão”, a loteria se transformou em uma febre entre os amantes de futebol. Foi idealizada ainda no governo Costa e Silva, e legalmente instituída no governo Médici pelo decreto-lei nº 66.118, de 26 de janeiro de 1970, com seu primeiro concurso ocorrendo em 19 de abril daquele ano (Fino; Hintze, 2017, p. 273). Popularizada principalmente durante a Copa do México após sua fase experimental, funcionava via palpites registrados em “volantes¹⁵”, que eram transferidos para cartões IBM e processados pela máquina *Por a Punch* (Santos, 2012, p. 75).

Como todo produto que precisa de clientela, a propaganda precisava soar convidativa, sedutora. Revistas esportivas, principalmente a *Placar*¹⁶, contribuíram para espalhar a “palavra” da Loteria, chegando a mostrar “a profissão mais rendosa do Brasil: palpiteiro”, acompanhado de um texto que vendia um convite à ascensão social em plena vigência do “Milagre Econômico”:

Não dê mais palpites de graça. Agora seu palpite vale muito dinheiro. [...] Semanalmente, todo mundo tem chance de enriquecer. Os que gostam de futebol e os que não gostam. Os que entendem e os que não entendem. Palpiteiros do Brasil, pendurem as chuteiras, fiquem ricos. (PLACAR, 1970, ed. 21. p. 35).

O modelo redistributivo da loteria destinava 30% da arrecadação a prêmios e 70% a entidades esportivas, educacionais e assistenciais. A seleção dos jogos, realizada pela agência *Sport Press* sob supervisão da Caixa Econômica Federal, priorizava clássicos com confrontos mais equilibrados, clássicos interestaduais e jogos de grandes clubes fora de casa¹⁷, estratégia que reforçava a ideia de uma nova era de integração nacional.

A loteria se encarregou de financiar o campeonato, que demandava custos altíssimos devido à dimensão territorial do país. Se as edições dos anos anteriores já encontravam problemas logísticos e financeiros com relação às distâncias e alto custo das

¹⁵ Formulários físicos de apostas, distribuídos em casas lotéricas e bancas de jornal. Funcionavam como interface material entre o apostador e o sistema centralizado de processamento de dados. Tinha formato de papel de formulário contínuo, semelhante a um talão de cheques e possuía uma listagem dos jogos da rodada (normalmente 13 partidas).

¹⁶ Vale destacar, porém, que a *Placar*, anos mais tarde, também foi, por outro lado, responsável por protagonizar as principais reportagens e coberturas sobre a “máfia da Loteria” no ano de 1982, onde em sua edição de nº 648, denunciava um esquema de corrupção envolvendo mais de 120 nomes das diversas esferas do futebol.

¹⁷ Folha de São Paulo, 29 de janeiro de 1970. “Ato regulamenta Loteria Esportiva”.

viagens, quem dirá em um planejamento que visava ser ainda mais inter-regional em um país de dimensões continentais. Os organizadores buscavam vender a Loteria como uma forma de ascender socialmente, mas também, como uma maneira de informar cada vez mais os apostadores do que acontecia no cenário futebolístico nacional, em mais uma estratégia de integração (Santos, 2012, p. 90). Como bem afirmou Daniel de Araújo Santos:

Os primeiros frutos para o incremento do esporte amador provenientes dos recursos da Loteria seriam apresentados já no início de 1971. A Confederação Brasileira de Basquetebol promoveria um Campeonato Mundial, utilizando 500 mil cruzeiros da loteria, enquanto o Comitê Olímpico Brasileiro recebeu 1 milhão para preparar a equipe que representaria o Brasil nos Jogos Panamericanos de Cali no mesmo ano. (Santos, 2012, p. 76–77)

O último Robertão (1970), financiado por este novo fluxo de capital, serviu de laboratório. Vencido pelo Fluminense de Félix, Didi e Lula em um quadrangular final contra Atlético Mineiro, Cruzeiro e Palmeiras, o torneio foi elogiado por sua capacidade financeira, mas ainda assim, foi alvo de críticas por algumas falhas administrativas. Nesse contexto, João Havelange viajava um caminho duplo: precisava consolidar apoio político interno, passando pelos trâmites estaduais, de governador em governador, para ter seu apoio a nível nacional, ao mesmo tempo em que construía uma base internacional sólida, com uma explícita pretensão de concorrer à presidência da FIFA – cargo que demandava projeção global e reconhecimento de capacidade organizativa. O resultado foi fruto de uma complexa teia de negociações, onde se encontravam os interesses pessoais de Havelange, as exigências da FIFA, e, fundamentalmente, a busca de alinhamento e utilidade para o projeto de integração nacional da ditadura empresarial-militar.

Os “acordões” regionais foram minuciosamente costurados, e novas federações estaduais foram incluídas. Ao todo, 20 clubes representados por 8 federações (São Paulo [5], Guanabara [4], Minas Gerais [3], Rio Grande do Sul [2], Pernambuco [2], Bahia [1], Ceará [1] e Paraná [1]) compuseram esta primeira edição, sem sistema de rebaixamento, um sinal da fase experimental. O regulamento elaborado por Antônio do Passo criava inclusive uma Divisão Extra (20 clubes) e uma Divisão de Acesso, com critérios híbridos: classificação esportiva e média de renda¹⁸.

¹⁸ Critério de classificação que privilegiava clubes com maior apelo popular.

O Planejamento de Integração Nacional (PIN), peça-chave da propaganda desenvolvimentista do regime, concretizou-se no coração do futebol brasileiro. A inclusão (ou exclusão) de uma federação e seu(s) clube(s), entretanto, transcendia o mérito esportivo; era um ato político, uma demonstração palpável de força administrativa e influência entre os governadores. Na sua primeira edição, em 1971, o Campeonato Nacional já apresentava alguns problemas marcantes: o torneio cobrou um alto preço dos jogadores. Em uma contundente reportagem de outubro de 1971, a *Placar* revelou que 120 atletas haviam se lesionado nos primeiros 148 jogos. Intitulada "As Vítimas do Nacional", a matéria apontava como causas o "mau estado dos campos, cansaço, excesso de jogos e violência das defesas", para o custo humano oculto por trás do espetáculo (Placar, ed. 85, 29 de outubro de 1971).

Outro ponto é que, embora idealizado para unificar, revelou a continuidade de uma hegemonia regional. Dos vinte clubes, treze eram do Sudeste, quatro do Nordeste e três do Sul. As regiões Centro-Oeste e Norte foram completamente excluídas, refletindo a disparidade econômica e a concentração dos grandes clubes no eixo Rio-São Paulo. Em janeiro de 1971, a revista *Placar* publicou uma reportagem intitulada "O futebol destes estados precisa de muita ajuda", que traçava um panorama de "dívidas, atraso nos pagamentos, falta de estádios e o abandono dos grandes ídolos" nas principais praças do país. A matéria revelava o cenário caótico que tornava a intervenção da CBD e do governo não apenas oportuna, mas aparentemente necessária.

Meses depois, a revista voltava ao tema, focando na infraestrutura sob a manchete: "O PROBLEMA DE TODOS: NÃO HÁ BONS ESTÁDIOS." Em Pernambuco, o governador buscava empréstimos para ampliar o Arruda; em Santa Catarina, o sonho era um estádio para 20.000 pessoas; e em Alagoas, o recém-inaugurado "Trapichão" já enfrentava uma "crise infernal" com custos de manutenção que superavam as rendas (Placar, ed. 56, 7 de maio de 1971). O cenário era de improviso e crise, o terreno perfeito para a intervenção centralizadora da CBD.

Essa exclusão gerou uma reação imediata e significativa, especialmente em Goiás. O estado, marginalizado da elite do futebol nacional, expressou sua insatisfação com a CBD, que era apelidada de "a Madrasta" na região (PLACAR, 1971c, p. 21). Essa revolta culminou na criação de um campeonato paralelo: o Torneio de Integração Nacional (TIN). Liderado pelo governador de Goiás, Leonino Caiado (político da ARENA), e

impulsionado por Halê Selassié Pinheiro, presidente do Goiás Esporte Clube, o TIN foi uma resposta direta à ausência dos times goianos no Campeonato Nacional.

A iniciativa, com um nome que ecoava os próprios planos de Médici para o PIN, evidenciava a não-homogeneidade política interna do regime quando interesses regionais entravam em campo. Seis clubes goianos entraram no certame, acompanhados por representantes de outros dez estados, incluindo quatro que não haviam sido contemplados no Brasileirão: Botafogo-PB (Paraíba), Fast Clube (Amazonas), Moto Club (Maranhão) e Desportiva Ferroviária (Espírito Santo). A competição, que reuniu 16 times de 11 estados, foi considerada pela mídia esportiva da época como o segundo maior torneio do país (Placar, 1971c, p. 21).¹⁹



*Figura 6: torcida do Atlético Goianiense comemora junto a taça do Torneio Integração. Foto encontrada em: <
<https://esportenewsmundo.com.br/ha-50-anos-atletico-go-conquistava-o-torneio-de-integracao-nacional/>*

Embora marginal ao projeto oficial da CBD, o Torneio de Integração Nacional não passou despercebido. Sua existência expunha publicamente que a principal liga do país não era, de fato, totalmente integradora. A Federação Goiana de Futebol, sob a liderança de Baltasar de Castro, caprichou no regulamento e buscou a chancela da CBD, que, após idas e vindas, acabou por concedê-la (Placar, 1971c, p. 21). Com apoio

¹⁹ A bandeira propagandística do PIN no governo Médici, acabou manifestando-se para além do futebol. Em 1973, por exemplo, o regime promoveu o "Rali da Integração Nacional", uma corrida de carros de Fortaleza ao Chui. Como noticiou a Placar, o evento era "uma resposta àqueles que acham que o Brasil não tem boas estradas" e deveria provar que "pode-se atravessar o Brasil em ótimas estradas", reforçando a imagem de um país unido e moderno (Placar, ed. 189, 2 nov. 1973, p. 35)

financeiro da Prefeitura de Anápolis para hospedagem de delegações, o torneio, inicialmente previsto para agosto, foi adiado para setembro e outubro de 1971, aproveitando a paralisação do Campeonato Goiano (Placar, 1971b, p. 20). Mas apesar dos desafios, como a série de lesões que acometeu o Goiás Esporte Clube (Placar, 1971a, p. 38), o Torneio de Integração Nacional ganhou destaque. A partida inaugural entre Goiânia e Fortaleza rendeu Cr\$ 23.933,00, e o presidente Baltasar de Castro elogiou seu nível técnico (Correio Braziliense, 1971, p. 24). O Fortaleza ganhou o torneio inicial, mas no final, o Atlético Goianiense sagrou-se campeão definitivo, batendo a Ponte Preta na prorrogação no Estádio Olímpico de Goiânia, marcando a primeira conquista nacional do futebol goiano.

Embora não possa ser classificado como o principal motivador do primeiro aumento de clubes no Campeonato Brasileiro, o Torneio de Integração Nacional certamente influenciou a CBD e o governo. Para corroborar o discurso oficial de integração, o Campeonato Brasileiro de 1972 ganhou mais seis times, com a inclusão de cinco estados (Alagoas, Amazonas, Pará, Rio Grande do Norte e Sergipe), dois dos quais, do Norte, nunca haviam tido representantes (Santos, 2012, p. 100–101).

Se por um lado a incessante busca por integrar pontos tão distantes de um país de dimensão continental era fundamental para a construção e popularização do torneio, a política de integração a qualquer custo chegou a gerar críticas não apenas nos bastidores e na imprensa, mas também entre os próprios jogadores, especialmente os estrangeiros que aqui jogavam em alto nível. A inclusão de equipes tecnicamente mais fracas em nome de um projeto geopolítico foi questionada por craques como o zagueiro argentino Roberto Perfumo, do Cruzeiro. Em uma carta ao jornal argentino *La Nación*, repercutida pela imprensa piauiense, Perfumo expressou seu desdém:

Existem clubes incluídos no Nacional que ninguém conhece: Tiradentes, Moto Clube, CEUB, Goiás, Remo, etc.', e especulou que eles deveriam 'bater mais do que jogar'. A resposta, publicada no mesmo jornal, encapsula a ideologia do regime. Um certo 'Dr. Alfredo Nunes' rebateu a crítica dizendo: 'É porque o jogador, em sendo estrangeiro, não entende o significado do campeonato de integração nacional' (Jornal do Piauí, Teresina, ago. 1973).

Este foi o primeiro passo de um processo que culminaria no inchaço progressivo da liga, atingindo 94 participantes em 1979, regido pela máxima "Onde a Arena vai mal, mais um time no nacional", uma regra tácita para angariar apoio político e votos para o partido governista (Santos, 2012, p. 101–102). A existência do TIN evidenciou que entre

o projeto centralizador da ditadura e as demandas regionais de cada parte do país, ainda se encontravam inúmeras particularidades, o que mostra de maneira didática que o futebol, até quando se encontra instrumentalizado, também pode e normalmente se veste de inúmeras contradições internas, um processo dialético em que não necessariamente impera a heterogeneidade de comportamentos lobísticos e de seus interesses, principalmente quando há descontentamento relacionado a afirmação de identidades regionais e locais.

O Atlético Mineiro se tornou o primeiro campeão neste novo e arriscado formato. A média de público foi considerada excelente para os padrões da época, superando expectativas, e a repercussão inicial na imprensa esportiva, de um modo geral, foi de aprovação ao projeto de unificação. Porém, a euforia inaugural foi rapidamente temperada por outros problemas. Três mudanças significativas de regulamento durante o andamento do torneio minaram sua credibilidade e planejamento esportivo, a própria revogação do critério financeiro ocorreu devido a uma pressão popular e política, que forçou a CBD a abolir a classificação por receita de bilheteria, substituindo-a por mérito esportivo, fato este comentado até internacionalmente pelo correspondente da famosa revista inglesa *World Soccer Magazine*:

Cedendo a fortes críticas de torcedores e imprensa, além de pelo menos um governador de estado, a Confederação Brasileira de Desportos (CBD) decidiu alterar uma regra altamente impopular [...] pela qual clubes poderiam ingressar no Campeonato Nacional e qualificar-se para suas fases finais mediante boa renda de bilheteria, independentemente de seu desempenho em campo. Isso favorecia clubes do Rio de Janeiro que, frequentemente – como neste ano, por exemplo – não ocupavam posições de liderança. Sob a nova regra, os seis primeiros de cada grupo, por pontos, avançarão à fase final. (World Soccer, nov. 1971, p. 34, grifo nosso seguido por tradução livre)

O desempenho abaixo do esperado de grandes ídolos nacionais, a exemplo do próprio Pelé (marcando apenas 1 gol no torneio), frustrou o público e a mídia. E, sobretudo, o intenso desgaste físico e técnico dos atletas – atribuído diretamente à sobrecarga de jogos em um calendário mal estruturado e à extensão territorial do campeonato – emergiu como a crítica mais contundente e recorrente. A *Placar*, em sua análise final do campeonato, reconhecia os avanços, "Foi bom para quase todo mundo", mas exigiu, porém, maior solidez nas decisões: "Que tal aparafusar a mesa no chão?" (Placar, Edição nº 31, 31/12/1971 apud Santos, 2012, p. 98).

Como quase todas as grandes medidas realizadas na ditadura empresarial–militar, o plano de uma integração nacional via futebol não era ingênuo; passava intrinsecamente por planos políticos de controle, legitimação e de propaganda, muitas vezes ligadas diretamente em sua aliança empresarial–militar. Na mensagem deixada pelo jornalista Armando Nogueira, nas páginas do *Jornal do Brasil*, por exemplo, ele propôs uma parceria estratégica entre a CBD e a recém–criada EMBRATUR para o "estreitamento entre esporte e turismo" (Jornal do Brasil, 6 fev. 1971 apud Santos, 2012, p. 97) – antevendo o potencial do futebol como produto de exportação e atração turística.

O Campeonato Nacional, assim, foi idealizado e consolidou–se como uma poderosa moeda política. Num momento posterior de enorme pressão e crise da ARENA, a quantidade de clubes chegou a inchar de forma insustentável, de 20 para 94 em 1979. A euforia integracionista e o projeto modernizador coexistiam com o patrimonialismo cartola, e o espetáculo unificador revelava fraturas regionais irredutíveis.

2.2. Taça Independência de 1972: “Mini-Copa” e Grandes estádios

A comemoração dos 150 anos da Independência do Brasil, em 1972, embalada pela euforia seletiva do "milagre econômico", foi marcado por ser mais um dos grandiosos eventos de promoção de um nacionalismo ufanista, um evento meticulosamente arquitetado pelos militares como celebração de uma independência mais performática do que de fato soberana. A ditadura não comemorou os 150 anos da Independência; encenou-os. O objetivo era claro: fazer do 7 de setembro a "festa que eternizaria o seu modelo de nação". Até o termo "sesquicentenário" parecia espelhar a artificialidade daquela operação, como observa Fabrício de Sousa Moraes (2022).

A peça central do espetáculo foi a volta dos ossos de D. Pedro I. Tratada como uma operação de Estado, negociada com a ditadura salazarista de Portugal (então às voltas com as guerras coloniais na África), a transladação foi minuciosamente coreografada. A chegada da urna em 22 de abril – data escolhida a dedo, remetendo aos 500 anos – virou um grande evento televisivo. No Rio, o presidente português Américo Thomaz entregou simbolicamente os despojos a Médici, tentando costurar uma linha direta entre as duas ditaduras ibéricas e o gesto fundador de 1822, ecoando também 1500. Depois, a ossada saiu em turnê forçada pelo país. Governos estaduais, submissos, organizaram recepções com pompa: comércio fechado, desfiles militares, multidões mobilizadas para ver o caixão do "libertador". Era uma coreografia de adesão obrigatória ao regime. Mas o roteiro emperrou no detalhe mais prosaico: quando a ossada chegou ao Ipiranga em 6 de setembro para o sepultamento solene, o caixão de pinho português simplesmente não coube no sarcófago preparado. Oito centímetros a mais viraram um constrangimento público. O "herói" só pôde ser enterrado definitivamente em 1976, quatro anos depois do auge da festa. Um furo de roteiro que escancarou o improvisado por trás da fachada de controle.

A máquina de propaganda tentou saturar todos os cantos. Nas moedas comemorativas, o perfil de D. Pedro I foi fundido ao de Médici, copiando a estratégia usada no Centenário (1922) com Eptácio Pessoa (Piccino, 2013, p. 73). Era uma tentativa grosseira de colar a imagem de Médici à do "fundador". E partindo da propaganda, mas já no meio de movimentos artísticos e culturais, o cinema entrou em cena em filmes como o

“Independência ou Morte” (Carlos Coimbra, 1972)²⁰, assim como várias músicas²¹ que aproveitaram-se do momento e acabaram por ser instrumentalizadas em uma apropriação oportunista, como nota Piccino (2013, p. 75).

Na Paraíba, o ano de 1972 foi palco de uma intensa e meticulosa operação de propaganda, na qual o governo de Ernani Sátyro buscou traduzir, em escala local, a grandiloquência da narrativa ufanista imposta pela ditadura empresarial-militar. Na capital João Pessoa, o primeiro grande ato dessa encenação foi o "Encontro Cívico Nacional", programado para ocorrer simultaneamente em todo o país no dia 21 de abril. Em João Pessoa, o palco escolhido não foi um estádio, mas a Praça da Independência. Como aponta Fabrício de Sousa (2022), o governo estadual não mediu esforços para garantir a presença popular, decretando a gratuidade dos transportes públicos e veiculando nos jornais notas que convocavam a população a participar. A retórica utilizada era a da mobilização total, que mesclava o dever cívico com a submissão à autoridade central:

Sexta-feira os pessoenses, às 18:30 horas, na Praça da Independência, estarão unidos física e espiritualmente no Encontro Cívico Nacional a realizar-se em todas as cidades brasileiras, dando início às comemorações do Sesquicentenário da Independência. Você também é responsável pelo desenvolvimento do país e vai ouvir a palavra do presidente Médici para todos os brasileiros, participar do hasteamento da Bandeira, cantar o Hino Nacional, ver à explosão dos fogos de artifício e se integrar nos atos religiosos exaltando a figura histórica de Tiradentes (*Marco extraordinário*, 18 abr. 1972, p. 3 apud Sousa, 2022, p. 162).

Apesar da intensa convocação, a realidade frustrou as expectativas oficiais. Se a previsão era de 50 mil pessoas, apenas 20 mil compareceram. O episódio é revelador das limitações do poder de mobilização do regime. A comparação com o Sudeste, onde os encontros cívicos ocorreram em grandes estádios e foram seguidos por partidas de futebol, evidencia o lugar periférico da Paraíba no grande espetáculo nacional. Na capital paraibana, ainda sem o seu estádio monumental (o Almeidão só seria inaugurado em 1975), a festa teve que se contentar com uma praça pública, inaugurada nas

²⁰ O produtor Oswaldo Massaini sempre negou apoio oficial direto, mas a ditadura encampou o filme sem pudor. Médici mandou um telegrama público elogiando-o como exemplo de cinema que "educa e emociona".

²¹ A exemplo do samba-enredo "Chamamos aos Heróis da Independência" (Geraldo Filme), da Unidos do Peruche.

comemorações do centenário da Independência, e um espetáculo pirotécnico (Sousa, 2022, p. 163).

O segundo e mais dramático ato dessa coreografia do poder foi a peregrinação dos restos mortais de D. Pedro I. O desembarque da urna em João Pessoa, no dia 7 de julho, parou a cidade. A cerimônia, realizada no adro da histórica Igreja de São Francisco, foi um evento de grande apelo popular, e foi nesse cenário que o governador Ernani Sátiro proferiu um de seus discursos mais marcantes: a tentativa de criar uma linha de continuidade histórica entre a fundação da nação e a ditadura. Sátiro não apenas exaltou os "heróis" locais, como o paraibano Eptácio Pessoa, mas rapidamente os subordinou à grande narrativa nacional, culminando em uma tese que equiparava o golpe militar à própria Independência do Brasil:

Mas se nós procurarmos os dois marcos mais definitivos, aqueles construídos para sempre no chão da nossa Pátria, se procurarmos identificar o que de mais importante aconteceu no Brasil até hoje do ponto de vista político institucional, esses dois marcos foram a Independência de 1822, que completa agora 150 anos, e a Revolução de 1964, que para sempre afastou do nosso País, do nosso caro Brasil, o perigo do comunismo, o perigo da anarquia, o perigo da destruição, o perigo da morte. É este o grande acontecimento que estamos celebrando este ano [...] (Discurso de Ernani Sátiro, 31 mar. 1972, p. 3 apud Sousa, 2022, p. 235).

A análise de Fabrício de Sousa (2022) sobre este pronunciamento é precisa e fundamental para um melhor entendimento do restante do conteúdo desta dissertação: tratava-se de um discurso que, ao tentar reescrever a história, ou escrevê-la à sua maneira, elevando o golpe empresarial-militar de 1964 à condição de segundo ato fundador da nação, como uma "revolução salvadora" que completava a obra de Independência de 1822. A retórica de Sátiro, com suas frases de efeito, seguia à risca a "cartilha das comemorações" de um representante oficial de qualquer órgão público, utilizando a história como um instrumento para legitimar o presente autoritário. As celebrações do Sesquicentenário na Paraíba cumpriram, dentro de suas limitações, a sua função primordial: organizar um ensaio geral da lealdade nacional forjada pelos militares.

Voltando ao cenário dos grandes centros do país, se o povo foi barrado no Ipiranga, houve um palco onde ele foi convidado a participar: os estádios de futebol. Afinal, nada mais útil do que juntar esta data comemorativa com um grande evento futebolístico, ainda mais sendo este evento internacional, já que a intenção era mostrar a adesão da população. Idealizou-se então a chamada Taça Independência – disputada entre junho e julho

daquele ano, como parte oficial das comemorações – que lotou 12 estádios reformados com dinheiro público, com 20 seleções participantes na disputa, quantidade maior do que a de uma Copa do Mundo na época. Prato cheio para a CBD e a ditadura militar exibirem suas grandes obras arquitetônicas de integração nacional, e com construções que buscavam passar a imagem de um país desenvolvido e potente. Prato mais cheio ainda para uma maior popularização de João Havelange na sua busca por ocupar o maior cargo político do futebol mundial, pois, nesse sentido, foi uma peça estratégica na campanha de João Havelange pela presidência da FIFA.

Conforme a revista inglesa *World Soccer Magazine*, "A Mini-Copa do Mundo foi uma parte específica da campanha da CBD para fortalecer a luta do Sr. Havelange contra Sir Stanley Rous pela presidência da FIFA" (World Soccer, fev. 1972, p. 32). O próprio Havelange, em declarações, proclamava o torneio como "o maior festival de futebol mundial de todos os tempos" (World Soccer, fev. 1972, p. 33), supostamente desafiando a hegemonia da Copa do Mundo da FIFA e posicionando o Brasil como um novo centro de poder no futebol global.

Em 1972, 20 seleções internacionais desembarcavam no Brasil para o "maior torneio já promovido por um único país" ("TAÇA INDEPENDÊNCIA", 1972a apud Rei, 2020). A ditadura não bancou sozinha a Taça. A Confederação Brasileira de Desportos (CBD), sob João Havelange, fez a ponte: o torneio foi financiado pela União de Bancos Brasileiros (UBB).

Com estádios reformados às pressas de Manaus a Porto Alegre, a dimensão financeira do evento era impressionante. Havelange, segundo a famosa revista *France Football*, havia revelado um orçamento robusto: "Ofereci às dezenove equipes convidadas todas as despesas de viagem aérea para 25 pessoas e a estadia em um hotel de primeira ordem. [...] Eu calculo como despesas [...] cerca de 4.500.000 dólares" (Havelange, 1972, p. 23). A revista francesa ainda destacou o investimento: "Doze estádios que podem receber no total quase 1.200.000 espectadores [...] vão dar uma ideia da extraordinária vitalidade do futebol brasileiro" (1972, p. 18–19).

Se em 1971 havia 20 clubes no campeonato nacional, no ano seguinte, em 1972, mais 6 clubes foram adicionados, pertencentes a mais 5 federações: Alagoas, Amazonas, Pará, Rio Grande do Norte e Sergipe. E tal aparição dos clubes destas federações citadas passa pela Taça Independência, a "Minicopa". Os grandiosos estádios serviam aos mesmos fins que as moedas com a cara de Médiçi colada à de Pedro I: vender o "Brasil Grande".

Para solidificar essa imagem internacionalmente, dignatários da FIFA foram convidados a visitar não apenas os estádios, mas também, segundo Rei (2020), a usina hidrelétrica de Furnas – "um dos maiores complexos do mundo", como anunciava a *Folha de S. Paulo* (1972 apud REI, 2020, p. 345). Havelange, como embaixador de um Brasil “moderno”, viajou o mundo promovendo essa visão. Nas palavras do dirigente Abílio de Almeida, tratava-se de “dar uma demonstração de grandeza do nosso país, mostrando-o ao mundo inteiro. Temos hoje os maiores estádios [...]. É uma demonstração de força que teremos ocasião de apresentar” (“TAÇA MOSTRARÁ O BRASIL”, 1972 apud REI, 2020). Era o ufanismo do "milagre" traduzido nas chuteiras. E como forma de mostrar um país integrado e principalmente modernizado, Bruno Duarte Rei apresenta em sua obra que:

De acordo com Cordeiro (2012, 138), além de ter feito as viagens citadas, Havelange teria, ainda, enviado emissários à África e à Ásia. Como afirma a autora, a ideia do presidente da CBD era: “reunir seleções de todos – ou quase todos – os continentes”. O projeto de Havelange consistia, mais especificamente, em envolver 20 países na disputa do certame, quatro a mais que os 16 que disputaram o mundial de 1970. Para tanto, o torneio, orçado em 5 milhões de dólares, pôde contar com o financiamento da União de Bancos Brasileiros (UBB), na época presidida pelo embaixador Válder Moreira Sales (Manchete 1972a). Conforme Almeida (2009), a CBD foi a única responsável diante dos credores. Como explica o autor, a intenção da entidade era aplicar os possíveis lucros em atividades economicamente rentáveis (como, por exemplo, fundos de investimento) e, dessa forma, assegurar a sua autonomia financeira. (REI, 2020, p.344)

Apesar da tentativa, a Taça Independência enfrentou desafios significativos já em sua fase de organização. Além da Seleção Brasileira já não contar mais com Pelé, que havia se despedido do time em julho de 1971, mantendo sua decisão apesar das tentativas de convencê-lo a participar da "Minicopa", as desistências também estiveram entre as seleções de ponta, como Alemanha Ocidental e Itália, Inglaterra e outras foram sentidas, com clubes europeus inclusive relutando em liberar seus jogadores. "Houve algum dia um torneio mais irrelevante, desnecessário e inoportuno do que a inchada Taça Independência do Brasil e de Havelange?", se questionava o editorial da revista inglesa *World Soccer* (abr. 1972, p. 12). O exemplo da *WS* não foi o único, pois era quase que consenso entre os ingleses – a adesão ao evento entre os representantes ingleses já se fazia minoritária há vários meses–, o que logicamente não foi bem visto por parte da imprensa

brasileira, que rapidamente taxou a Inglaterra se sua federação como “inimiga declarada do futebol brasileiro”, e que estaria “conspirando junto a outros países para boicotar a Mini-Copa” (O Jornal apud World Soccer, fev. 1972, p. 32).

O México também se retirou após desavenças sobre a liberação de atletas. Para preencher as lacunas, alternativas foram buscadas, incluindo a sondagem de uma seleção britânica e da Espanha, que não vingaram. Por fim, Escócia, Tchecoslováquia e Irlanda foram convidadas, e a União Soviética teve sua participação remanejada. Na Ásia, o Irã se habilitou, enquanto a África²² e o substituto do México foram resolvidos com a organização de combinados regionais (Do Valle, 2022).

Médici interveio com uma subvenção de 430 mil dólares para cobrir despesas de transporte (Jornal dos Sports, 1972g, p.20), mas impôs uma contrapartida: antes de cada jogo, exibiriam-se vídeos de 50 minutos sobre o “progresso” brasileiro, suas cidades e estádios. Como destacou Abílio de Almeida, dirigente da CBD, tratava-se de “mostrar as grandezas do país ao mundo” (“TAÇA MOSTRARÁ O BRASIL”, 1972 *apud* REI, 2020).

Um fato curioso da fase preliminar ocorreu no jogo entre Irlanda e Irã, no Arruda, e se tornou um dos episódios mais memoráveis da competição em Recife. Em 11 de junho de 1972, na partida entre Irlanda e Irã, ambas as equipes entraram em campo com uniformes verdes. Após um sorteio, o Irã, sem um padrão reserva, teve de usar a camisa oficial do Santa Cruz. Esse fato transformou os iranianos nos “donos da casa”, conquistando de imediato o apoio da torcida tricolor. Mesmo com a derrota por 3 a 2 para a Irlanda, a imagem da seleção asiática vestindo o manto coral ficou marcado para aqueles que estavam no campo e na arquibancada. A imagem do ocorrido pode ser verificada abaixo (Figura 2):

²² África no sentido literal mesmo. A seleção era formada por um combinado atletas de vários países do continente africano, e não somente uma nação africana em específico.

Figura 2:

Iranianos, vestidos de tricolor, usaram do uniforme “cobra-coral” do Santa Cruz de Pernambuco. Detalhe para o Banco Industrial de Campina Grande como um dos patrocinadores presentes no Estádio.

Fonte: Leal (2022).

A estreia brasileira no Maracanã, em 28 de junho, foi um anticlímax: 0 a 0 com a Tchecoslováquia diante de Médici e 100 mil espectadores. A imprensa atribuiu o fracasso à "retranca tcheca e ao azar" (Manchete, 1972f *apud* Rei, 2020). A reação veio em São Paulo: vitória de 3 a 0 sobre a Iugoslávia, com dois gols de Leivinha, reacendendo o mito do futebol-arte de 1970. A classificação para a final veio com um gol de Jairzinho sobre a Escócia, aos 38 minutos do segundo tempo.

No 9 de julho no Maracanã, por ironia do destino, a partida foi entre Brasil e Portugal. Contra as expectativas da imprensa esportiva especializada, os portugueses chegaram à decisão após realizarem uma notável campanha. O jogo foi tenso, com Portugal adotando esquema defensivo. Médici, visivelmente nervoso na tribuna, "deu socos no ar, levantou os braços diante de gols perdidos [...] e fumou 9 cigarros" (Jornal Do Brasil, 1972e *apud* Rei, 2020). Aos 44 minutos do segundo tempo, Rivellino cobrou falta, Jairzinho desviou e marcou o gol do título. O estádio "explodiu", e Médici, eufórico, "jogou para o alto seu rádio de pilha", abraçou o ministro Geisel e disse ao embaixador português: "Nós tivemos mais sorte que vocês" (Folha de S. Paulo, 1972e, P. 21 *apud* Rei, 2020).



Figura 7: Capa da revista O Cruzeiro na sua edição de 12 de abril de 1972, onde aparece o capitão Gerson levantando a Taça da Independência, enquanto Médici sorri ao fundo da foto.

O saldo político foi positivo, evidentemente, mas apesar da festa, o torneio terminou em déficit financeiro – sanado com recursos públicos (Rei, 2020, p. 351). Para Rei (2020, p. 357), a Taça foi "produto e agente do ‘milagre econômico’", reforçando o imaginário do Brasil como nação bem-sucedida. A CBD e a ditadura usaram o evento para projetar Havelange à presidência da FIFA (eleito em 1974) e, sobretudo, para fabricar consentimento: torcedores vestindo verde-amarelo, cantando hinos e ovacionando Médici personificaram a "zona cinzenta" de mais um "mecanismo de reafirmação do consenso social" (Rei, 2020, p. 358) em torno do projeto autoritário. A Taça, como o sesquicentenário, foi menos sobre futebol, e mais sobre a encenação de um país que avançava – mesmo quando tropeçava.

Mas o que falar das motivações, dos resultados e legados que a construção destes estádios e a organização deste evento causou e custou? Ao voltarmos a pouco menos de um ano do torneio, Stanley Rous, então presidente da FIFA, foi recebido por Havelange, ainda em agosto de 1971, para inspecionar estádios, no intuito de alcançar uma legitimação também internacional. A inclusão de algumas cidades-sede, no entanto, não

foi tão tranquila como se planejava, e precisou de considerável pressão política. Em Alagoas, por exemplo, o presidente da Federação precisou marcar uma reunião de emergência com Havelange, pois o presidente da CBD "não se lembra mais de nada" da promessa de incluir o Trapichão (Placar, ed. 74, 13 ago. 1971). Em Sergipe, a situação era de alívio e de tensão, com a confirmação da subsede no Batistão após a visita de Sir Stanley Rous, presidente da FIFA (Placar, ed. 78, 10 set. 1971).

A CBD ainda articulava nos bastidores para substituir a Argentina como sede da Copa de 1978, explorando a instabilidade política do país vizinho naquele momento (Macdonald, *World Soccer*, abr. 1972). Além disso, um outro episódio marcante ilustrou um ponto central desta dissertação e deste capítulo: em 17 de junho de 1972, no Estádio Beira-Rio, em Porto Alegre, a Seleção Brasileira esteve presente para participar de um amistoso contra a "Seleção Gaúcha", um combinado de Grêmio e Internacional. A canarinha foi vaiada por um público recorde de 110 mil pessoas. Esse inusitado confronto surgiu como um "desagravo" pela não-convocação do gremista Everaldo, o único jogador gaúcho na seleção tricampeã de 1970, para a "Minicopa" do Sesquicentenário. No cenário onde a ditadura buscava projetar uma "pátria vencedora" através de sua Seleção, o Rio Grande do Sul, sentindo-se marginalizado, erguia sua "província de chuteiras" contra a "Corte" centralizadora, expondo as fissuras na imagem de união nacional (Guazzelli, 2002, p. 67 apud Gastaldo; Leistner, 2006, p. 8–9). Esse embate simbólico em Porto Alegre, que resultou em um empate por 3 a 3, transcendeu o mero resultado esportivo. Ele evidenciou a existência de ressentimentos regionais e a complexidade das identidades locais diante de um projeto nacional impositivo. Enquanto a imprensa do "centro do país" frequentemente rotulava o "futebol gaúcho" como desleal ou "europeizado", em contraste com o idealizado "futebol-arte" brasileiro, a ditadura se via diante de uma manifestação de descontentamento em um período de censura e controle rígido (Damo, 2002, p. 142; Gastaldo; Leistner, 2006, p. 101). Apesar dos esforços do regime para projetar uma imagem homogênea de progresso, a "crise" de 1972 em Porto Alegre sublinhou que a união apregoada não era consensual, pavimentando o terreno para a compreensão de como outras regiões, como o Nordeste, seriam instrumentalizadas e, ao mesmo tempo, revelariam suas próprias contradições e impactos do "Brasil Grande".

É neste contexto que, entrando no âmbito regional mais específico, agora finalmente do Nordeste, entende-se como e porquê a região tornou-se o novo palco do

"Brasil Grande" através de estádios. Cinco capitais – Salvador, Aracaju, Maceió, Recife e Natal – foram incluídas no roteiro da Taça, exigindo reformas (como na Fonte Nova e no Arruda) ou construções emergenciais (como o Batistão, Rei Pelé e Castelão). Cada obra carregava um duplo mandato: servir de palco para a "Minicopa" e encarnar o "Novo Nordeste" propagandeado pela máquina estatal da ditadura.

A construção desses estádios gerou uma intensa corrida entre os governadores nordestinos. Sob a batuta da CBD e com recursos federais escassos, as capitais adotaram mecanismos de financiamento que transferiam ônus à população: Como analisa Lima (2021), em Natal, a venda de cadeiras cativas foi vendida como "participação popular" na construção do Castelão (então Marechal Castelo Branco), campanhas publicitárias prometiam "pertencimento" (Diário De Natal, 23 out. 1971, p. 07, *apud* Lima, 2021), mas cobravam da classe média um investimento que o Estado não queria bancar; Em Aracaju, o Batistão justificou-se como emblema de uma "cidade moderna"²³, porém sua construção dependeu de verbas do MEC repassadas sob o pretexto de salas de aula nas dependências – estratégia copiada de Sergipe com aval federal (Diário De Natal, 23 jan. 1970, p. 05, *apud* Lima, 2021). A Manchete, em tom colaborativo²⁴, falava de um "Nordeste renascido": Maceió teria "aspectos urbanos imponentes" graças ao Rei Pelé (1971)²⁵. A megalomania das construções esportivas se manifestava em detalhes luxuosos, por vezes exagerados. O próprio Estádio Rei Pelé, projetado para 100.000 pessoas, destacava-se por suas "instalações de luxo", que incluíam desde "37 bares, capelas, dormitórios até cabines de imprensa com ar-condicionado e até mesmo uma prisão" (Fontan, 1972, p. 22; Tournon, 1972, p. 11). O relato dos franceses que ali estiveram momentaneamente, mostrava o esforço também em apresentar o Brasil como um país moderno e com infraestrutura de ponta.

A realidade nos estados com menor poder econômico era evidentemente de crise, paradoxalmente, como bem documentava a revista *Placar* na época. No Piauí, essa crise aparecia como inadequação estrutural e administrativa: o “pobre futebol” local não conseguia arcar com os custos do recém-construído Albertão, apresentado como oneroso demais para um circuito de rendas baixas e cartolagem instável; a própria reportagem

²³ Revista Manchete, edição especial B, out. 1970, p.136.

²⁴ Como bem citou o próprio Rodrigo Carrapatoso de Lima, a imprensa estava sob censura, algo que é impossível de ignorar ao classificar tal revista como uma apoiadora direta da ditadura, mas que, sim, independente das circunstâncias e para além do plano moral, há um claro posicionamento favorável da Revista Manchete, durante o período.

²⁵ Revista Manchete, edição Especial. Nº 1000, 1971, p.60

sublinhava a desorganização, a incerteza sobre calendário e representatividade, a queda de arrecadação e até a sensação de que o futebol estadual vivia “de pires na mão”, dependendo de arranjos e socorros externos para sobreviver (Placar, ed.261. 28 mar. 1975). Essas críticas e incertezas levavam até um jovem goleiro da base do Píauí EC a expor a situação de desorganização da federação para a Placar e pedindo providências, tanto a nível juvenil como a nível profissional (Placar, 7 set.1973, p.45). Em Manaus, o monumental Estádio Vivaldão era descrito como um “elefante branco” e uma “dor-de-cabeça”, com os clubes sentindo “falta dos velhos estádios”, mais baratos e funcionais (Placar, ed.259, 14 mar. 1975, p.57). A crise, como se não bastasse, não era apenas de infraestrutura, mas também de talentos: em Sergipe, a iminente venda do artilheiro Nunes, o futuro “Cabelo de Fogo” e “João Danado”, artilheiro das decisões, na época ainda do Confiança, para centros maiores dentro do próprio Nordeste, mais especificamente em Recife, onde iria jogar pelo Santa Cruz, gerava uma guerra interna entre a diretoria, que precisava do dinheiro, e os conselheiros, que não queriam perder o craque (Placar, ed.261. 28 mar. 1975). Era uma integração e modernização que, muitas vezes, “canibalizava” a base do futebol local em vez de fortalecê-la.

Em outro aspecto, mas ainda relacionado ao Nordeste, o Banco Industrial de Campina Grande²⁶, por exemplo, investiu cerca de 850 mil cruzeiros para a ampliação do Arruda, destacando a participação de instituições financeiras regionais no financiamento do evento. Além dos investimentos diretos, a presença de patrocinadores como o Banco Industrial de Campina Grande (BICG) em placas de publicidade nos estádios evidenciava a conexão entre o grande evento esportivo e o capital privado, que se beneficiava da visibilidade a nível nacional.

Os jogos da Taça na região, contudo, desnudaram um pouco do contraste entre propaganda e realidade: Natal recebeu apenas três partidas secundárias (Tchecoslováquia x Escócia, Iugoslávia x Equador e Argentina x França), com público abaixo do esperado²⁷; O Batistão, projetado para 50 mil pessoas, teve arquibancadas semivazias mesmo após reformas emergenciais; O custo de manutenção dos “gigantes” já asfixiava

²⁶ O Banco Industrial de Campina Grande S.A. (BICG), fundado em 1927 por João Rique Ferreira, foi uma das maiores instituições bancárias do país, com agências em treze estados brasileiros. Nos anos 1970, o banco ganhou notoriedade ao contratar Edson Arantes do Nascimento, o Rei Pelé, como Diretor de Relações Públicas, associando sua imagem ao prestígio da instituição. No entanto, em julho de 1972, o BICG foi incorporado ao Banco Mercantil de Minas Gerais, encerrando suas atividades de quase cinco décadas. Disponível em: < cgretalhos.blogspot.com/2016/10/o-banco-industrial-de-campina-grande-sa.html >. Acesso em 15 jun. 2025.

²⁷ Dados extraídos das tabelas da Taça Independência no acervo do Jornal dos Sports (junho-julho/1972)

economicamente prefeituras antes do fim do torneio. A megalomania esbarrava na realidade econômica, e enquanto estádios como o Arruda, de 60.000 lugares, eram inaugurados, os ingressos para ver os jogos do torneio custavam £1 – equivalente a 6% do salário mensal do trabalhador médio brasileiro (£16–£17).²⁸ O resultado foram estádios vazios na primeira fase, forçando a CBD a distribuir ingressos gratuitos para estudantes e sortear carros Fusca zero km (Macdonald, World Soccer, ago. 1972). Mesmo assim, a média de público foi baixa, gerando déficit financeiro coberto por verbas públicas. Como sintetiza Lima (2021), o legado imediato foi a dívida estratosférica. Em Natal, os juros anuais do Castelão chegavam a "dois bilhões de cruzeiros", o equivalente ao orçamento anual da Secretaria de Viação e Obras²⁹. Em Aracaju e Maceió, embora menos documentados, a lógica repetiu-se: estádios concebidos para 60 dias de glória transformaram-se em passivos perpétuos.

Enquanto Médici erguia a taça no Rio, prefeitos nordestinos calculavam como explicar déficits a trabalhadores sem saneamento básico. Os estádios permaneceram – não como símbolos de integração, mas como mausoléus de um "milagre" que ainda não chegara em terras nordestinas.

A influência da Taça Independência estendeu-se ao Campeonato Nacional. Em 1972, as regras de rebaixamento e promoção, decididas na primeira edição, foram mantidas, contribuindo para um torneio cada vez mais inchado. Em 1973, impulsionada pela euforia da Taça Independência do ano anterior, a CBD percebeu a importância da adesão de mais federações para a propaganda da competição. Assim, com a exclusão da segunda divisão, em vez de 26 equipes, o Campeonato Nacional passou a contar com 40 ao todo. O único pedido feito pela CBD, era de que cada federação possuísse um estádio com boa capacidade de público. Cidades que mal possuíam uma média de público de 15 mil expectadores, passaram a ter um estádio monumental com capacidade para mais de 40 mil, o que para muitos estados se tornou o golpe de misericórdia em suas finanças, e em seus campeonatos regionais. O projeto de integração nacional, na prática, estava aprofundando as desigualdades e esvaziando o futebol local.

A Paraíba, última representante do Nordeste no Nacional, só veio a estrear na competição em 1975 com o Campinense, justamente no tão sonhado ano eleitoral da

²⁸ Dados extraídos da World Soccer Magazine, na edição de agosto de 1972, ano em que £1 valia aproximadamente entre Cr\$ 27,00 e Cr\$ 30,00. O salário mínimo da época era de Cr\$ 268,80.

²⁹ Diário de Natal, 24 junho de 1972, p. 05

FIFA. A idealização do estádio foi tão bem aceita pela CBD e FPF que não fora construído só um estádio, como era o caso de todas as demais capitais, mas dois estádios de arquitetura idênticas: um em João Pessoa e outro em Campina Grande, ambos inaugurados no apagar das luzes do mandato de Ernani Sátiro. As construções em ambas as cidades ocorreram muito por conta das influências políticas campinenses no cenário estadual e regional, conforme será discutido no Capítulo 3.

Assim, ao promover a Taça Independência como vitrine de modernização e coesão nacional, a ditadura e a CBD expandiram o Campeonato Brasileiro em escala de fato nacional e pavimentaram o terreno para novos torneios de caráter político–esportivo, como os “Torneios Médici/Torneios do Povo”, tema do próximo subtópico, além da manutenção dos já existentes.

2.3. Os torneios de Médici: o homem e os clubes do “povo”

Ainda seguindo a lógica da instrumentalização do futebol brasileiro, é possível pensar que a construção de símbolos e de heróis nacionais sempre estarão em alta em um governo ditatorial, principalmente se este se propõe a unir regiões tão diferentes de uma mesma nação. Médici, auxiliado por Delfim Netto, construiu boa parte de sua popularidade no que foi chamado de “Milagre Econômico”, uma construção financeira artificial, erguida sobre alicerces de endividamento externo, concentração de renda e repressão política. O crescimento médio de 11,2% ao ano entre 1969 e 1973, porém, custou o congelamento efetivo dos salários: enquanto o PIB batia recordes de 14%, os rendimentos reais dos trabalhadores encolheram 34% entre 1964 e 1974. A concentração de renda atingiu níveis históricos, com o índice Gini saltando de 0,54 para 0,63, enquanto 10% da população absorviam 75,6% da riqueza nacional³⁰.

Essa aparente aprovação para com o regime está diretamente ligada também à popularidade que este tinha com a população civil. Médici, que assumira a presidência em outubro de 1969, pouco depois da junta militar e do AI-5, decretado em 13 de dezembro de 1968, se dizia um “homem do povo” – algo que o próprio fez questão de enfatizar por três vezes no seu discurso de posse. A ideia de transmitir uma imagem de homem “comum”, “do povo”, que tem os mesmos hábitos e costumes do restante da população, tem uma nítida intenção de aprovação do povo ao qual governa por meio da identificação e da representação. O então presidente procurou, então, legitimar sua onda desenvolvimentista e todos os passos da ditadura por meio de uma forte máquina propagandística, onde para além dos *slogans* ufanistas produzidos, se autoproclamava “torcedor-presidente”, frequentando estádios com um radinho de pilha, realizando uma cuidadosa limpeza de imagem buscando se associar e identificar com as massas. A construção desse homem do povo passou diretamente pela imagem do Médici apaixonado por futebol. As idas aos estádios de futebol, as opiniões futebolísticas dadas à imprensa e até mesmo as federações estaduais e nacionais de esportes eram sempre presentes durante seu mandato.

No ano em que assume, Pelé recebe a medalha e o título de “Comendador da Ordem” das mãos de Médici, logo após fazer seu milésimo gol na carreira. A presença de

³⁰ RESENDE, A. L. O governo Médici e o “milagre” econômico. In: ABREU, M. P. (Org.). A ordem do progresso. FGV, 2007.

Garrastazu é constante nas páginas de esportes, como na do famoso *Jornal dos Sports* (RJ), com reportagens sobre “apadrinhagem” de jogadores, presenças em estádios de futebol ou conversas com presidentes de clubes, como por exemplo nesta reportagem:

Padrinho forte: O Presidente da República, General Garrastazu Médici, tem dado prova de ser um homem verdadeiramente voltado para o futebol. Não é apenas um torcedor do Grêmio e do Flamengo, mas também um torcedor atualizado com tudo o que se relaciona com o futebol, como demonstrou até ontem ao receber as felicitações dos Deputados Federais pelo seu aniversário. Ao ser felicitado pelo Sr. Athiê Curri, o Presidente perguntou ao Deputado e Presidente do Santos se o clube não tinha goleiro e, antes mesmo de uma resposta, ele acrescentou para o dirigente: “Olha, Deputado, o Santos precisa de um goleiro e eu posso indicar um muito bom. O Alberto do Grêmio seria uma solução para o Santos”. Athiê Curri aproveitou a oportunidade e logo pediu a transferência do Presidente junto à diretoria do Grêmio para facilitar a transferência do jogador. O General Garrastazu Médici concordou em dar sua colaboração e Alberto ganha, assim, o padrinho que não esperava para sua causa. (*Jornal dos Sports*, 06 dez. 1969, p.6)

Curiosamente, todas as notícias que envolviam Médici neste jornal estavam acompanhadas de duras críticas ao treinador João Saldanha nas manchetes ao lado. Pouco depois destes acontecimentos, ocorre a chamada “Taça/Torneio Presidente Garrastazu Médici”, ainda neste mesmo ano. Torneio que reuniria as três principais seleções estaduais da época, a paulista, carioca e a mineira³¹. Zagalo, que comandava a seleção carioca, era o único técnico destas três seleções que ganhava destaque e manchetes no jornal, o mesmo Zagalo que meses depois viria a tomar o posto de João Saldanha na Seleção, mesmo com o fracasso no campeonato, ao qual foi goleado pela seleção de Minas Gerais e empatou com a seleção de São Paulo, campeã do torneio.

O futebol brasileiro vivia seu momento de maior publicidade e exposição: a vitória na Copa do Mundo de 1970, como já mencionado, foi ponto fundamental para a propaganda de Médici, para a alavancada na carreira de João Havelange, além da criação da loteria esportiva, do campeonato brasileiro de 1971 e a criação da “mini-copa”, a Taça da Independência em 1972.

Médici, gremista que na busca de popularidade se dizia também flamenguista, ainda recebeu várias homenagens em seu nome: após a Copa do Mundo, foi inaugurado

³¹ Essas seleções contavam com jogadores que atuavam nos clubes destes estados, e não apenas aqueles que nasceram nos mesmos. Muitos destes eram base da seleção de 1970, contando e ainda com outros craques estrangeiros como era o caso do memorável atacante argentino Doval.

em Sergipe, o “Estádio Presidente Emílio Garrastazu Médici”, no ano de 1971. No mesmo ano, uma homenagem ainda mais significativa e politicamente calculada foi articulada, não pelo governo, mas pela própria cúpula do futebol: o “Torneio do Povo”, mas que possui também o nome alternativo “Torneio General Emílio Garrastazu Médici”, no qual participaram grandes clubes do futebol brasileiro, clubes estes que possuíam um altíssimo número de torcedores, e com um caráter mais popular (Placar, 1971).

A gênese desta competição, como demonstra a pesquisa de João Manuel Casquinha Malaia Santos (2024), está diretamente atrelada a um momento de crise para o regime. Em dezembro de 1970, o sequestro do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) colocou o governo Médici sob pressão, arrastando as negociações para a troca de 70 presos políticos. Foi precisamente nesse ínterim, em janeiro de 1971, que dirigentes de clubes se mobilizaram. A iniciativa, liderada por Nelson Campos, presidente do Atlético Mineiro, e abraçada pelos presidentes de Flamengo, Corinthians e Internacional, visava criar um torneio com os clubes de maior apelo popular do país, cujo troféu levaria o nome do General Emílio Garrastazu Médici. Mais do que isso, a intenção era que o próprio presidente entregasse a taça ao campeão, em um gesto de explícita adesão e suporte à ditadura em meio a uma conjuntura política no mínimo tensa (Santos, 2024, p. 8–9).

A adesão desses dirigentes não era meramente simbólica: ela refletia a profunda integração entre as elites do futebol e o aparato político da ditadura. O caso mais emblemático era o de Wadih Helu, presidente do Corinthians entre 1961 e 1971. Helu era também um influente Deputado Estadual em São Paulo pela ARENA e um ferrenho defensor do regime autoritário estabelecido pelos militares pelo golpe de 1964. Um documento do Serviço Nacional de Informações (SNI) de 1977, analisando a postura de parlamentares, destacava que Helu havia tomado "a defesa da Revolução em enérgicos apertes" e o classificava como um homem "integrado à Revolução" (SNI, 1977 apud Santos, 2024, p. 9). A organização do torneio era, portanto, uma ação política executada por agentes políticos que também ocupavam os mais altos postos do esporte.

O clímax do projeto ocorreu em 19 de fevereiro de 1971, na final da primeira edição, duas semanas após a libertação dos presos políticos e do embaixador. Com a presença confirmada de Médici no Mineirão, o Corinthians sagrou-se campeão e, conforme o planejado, o capitão Luís Carlos recebeu o troféu diretamente das mãos do presidente. A celebração que se seguiu foi a materialização do sucesso da propaganda:

centenas de torcedores recepcionaram a equipe no aeroporto cantando a marcha ufanista "Pra Frente Brasil", com a letra adaptada para "Pra Frente Corinthians". A síntese perfeita do evento veio na declaração do presidente Wadieh Helu: "Não é um título qualquer, mas o do Torneio do Povo, que o clube do povo recebeu do presidente do povo" (O Estado de S. Paulo, 1971 apud Santos, 2024, p. 9). A frase encapsulava a narrativa que se desejava construir: a união entre o povo (representado por seu clube), a nação (representada pelo futebol) e o líder (Médici).

O torneio continuou nos dois anos seguintes, expandindo seu alcance. Em 1972, o Bahia foi incluído e o Flamengo se sagrou campeão. Em 1973, último ano do governo Médici, foi a vez do Coritiba, presidido pelo empresário Evangelino da Costa Neves, juntar-se à disputa e vencê-la. A conquista teve um impacto duradouro na identidade do clube paranaense: a comemoração envolveu um desfile em carro de bombeiros e farta distribuição de chope, e a memória do feito foi eternizada nos hinos do clube, que até hoje se referem ao "Coritiba, campeão do povo". Com o término do mandato de Médici, o ímpeto para continuar a homenagem cessou, e o Coritiba, como último campeão, manteve a posse definitiva da Taça Presidente Médici, hoje exposta em sua sala de troféus. O ciclo do torneio, portanto, esteve umbilicalmente ligado à figura do general, existindo como um mecanismo de personalização do poder e terminando junto com seu governo (Santos, 2024, p. 10).

Guardada as devidas proporções, assim como Vargas criou e se utilizou do DIP, a Ditadura Empresarial-Militar teve forte apoio da AERP, a chamada Assessoria Especial de Relações Públicas, responsável pela propaganda do regime, mesmo que na maioria das vezes não fizesse necessariamente de uma maneira tão direta e personalista como a primeira, ainda ajudou e muito a comunicação de Médici com a população civil e serviu como aparelho ideológico que buscava enfatizar, sempre que possível, os feitos da ditadura (Martins, 1999). E o momento ao qual Médici esteve no poder, foi sem dúvidas aquele que mais se utilizou de propaganda, seja para promover as obras do PND, PIN ou do "Milagre econômico", seja para mascarar as torturas, desaparecimentos, mortes, censura e repressão vigente, assim como todas as manifestações contrárias à ditadura. O legado de Médici e suas consequências respingaram diretamente no futebol brasileiro e mundial, assim como o futebol respingou diretamente na conjuntura política nacional e mundial.

2.4 A corrida pelo concreto: o cenário dos estádios no Nordeste

A política de “monumentalização” durante a ditadura empresarial–militar, no contexto nordestino, inspirada e levada adiante pelas políticas de integração, como já mencionado, resultou na construção de estádios inaugurados na região, que evidentemente não foram produtos isolados de uma política esportiva, mas sim camadas de um processo mais profundo de reorganização da imagem pública do regime em busca de legitimação. Antes de analisar o caso paraibano, é crucial compreender o padrão político e estético estabelecido por seus vizinhos.

Cronologicamente, o pontapé inicial dessa onda ocorreu em Sergipe, onde, em 9 de julho de 1969, o governador Lourival Baptista, da ARENA, inaugurou o estádio que levava seu nome, o “Batistão”. A festa foi um ato de pura propaganda política: a Seleção Brasileira, maior símbolo da nação, desfilou em campo para derrotar uma seleção sergipana diante de mais de 45 mil torcedores, selando a aliança entre o regime e o poder local. Este padrão foi seguido no ano seguinte, em Alagoas, mas com uma reviravolta notável. Em 25 de outubro de 1970, Maceió inaugurou o Estádio Rei Pelé, o “Trapichão” – em referência ao bairro onde se localiza, o Trapiche da Barra –. Este foi um dos raros momentos em que a idolatria popular se sobrepôs à auto–homenagem política: o sucesso avassalador de Pelé na Copa do México, poucos meses antes, tornou politicamente insustentável a ideia de batizar a arena com o nome do governador Lamenha Filho, o “major Toinho” da ARENA. A inauguração tornou–se, então, uma coroação: o próprio Rei, em um amistoso entre o Santos e a Seleção Alagoana, marcou duas vezes, batizando com gols o estádio que levava seu nome para uma plateia de quase 46 mil pessoas. Apesar disso, o presidente da Federação Alagoana, Orlando Gomes, precisou marcar uma reunião de emergência com João Havelange, pois o presidente da CBD “não se lembra[va] mais de nada” da promessa de incluir o recém–construído Trapichão no torneio, gerando revolta nos alagoanos (Placar, ed. 74, 13 ago. 1971).

Se os primeiros estádios foram atos mais isolados de poder, a Taça Independência de 1972, a “Minicopa”, funcionou como um catalisador, deflagrando uma corrida frenética por obras e prestígio. Em Pernambuco, a urgência para sediar o evento acelerou a conclusão do Estádio José do Rego Maciel, o “Arruda”. O projeto, que se arrastava desde

1964, recebeu uma injeção de recursos e atenção dos governos estadual e federal, sacramentando a casa do Santa Cruz como a arena pernambucana para o torneio. A decisão sepultou um projeto rival e grandiloquente do Sport Club do Recife, que planejava um "Estádio Presidente Médici", descrito como o "mais belo estádio do mundo", mas que sucumbiu à *realpolitik* e à urgência do calendário. Assim, em 4 de junho de 1972, o Arruda foi inaugurado para mais de 62 mil pessoas que assistiram a um amistoso contra o Flamengo, o clube de maior apelo popular do país, consolidando-se como o segundo maior estádio privado do Brasil. Em uma demonstração da simultaneidade e da lógica centralizada do projeto, na mesma data, em Natal, era inaugurado o Estádio Humberto de Alencar Castelo Branco, o "Castelão". A arena, ironicamente, fora idealizada pelo antigo prefeito de Natal, Djalma Maranhão, uma figura política progressista, mas com o golpe de 1964, o projeto foi cooptado e rebatizado para homenagear o primeiro presidente da ditadura. A inauguração foi uma festa dupla, com o clássico local entre ABC e América, seguido por um jogo entre Vasco da Gama e a Seleção Olímpica, para um público de mais de 32 mil pessoas. O nome de Castelo Branco só seria retirado em 1989, quando o estádio passou a se chamar "Machadão", em homenagem a João Cláudio de Vasconcelos Machado, jornalista e ex-presidente da Federação Potiguar de Futebol.

Passada a euforia da "Minicopa", a lógica expansionista continuou em 1973, agora com o objetivo explícito de pavimentar o caminho para a entrada de novos estados no cobiçado Campeonato Nacional. O caso de Teresina, no Piauí, talvez mais do que qualquer outro, sirva como um microcosmo e um presságio para a experiência paraibana. Em 26 de agosto, a cidade inaugurou o Estádio Governador Alberto Tavares Silva, o "Albertão", mais uma homenagem a um chefe de estado da ARENA. A proximidade com o caso da Paraíba é notável: o cenário político, a condição do futebol local, o compartilhamento do mesmo arquiteto para as obras e, de forma trágica, os tumultos que marcaram a inauguração. Com seu estádio, o Piauí se tornava o penúltimo estado nordestino a garantir o direito de participar do certame nacional, deixando o posto final para a Paraíba. Poucos meses depois, em 11 de novembro de 1973, ocorreu o penúltimo ato antes que os holofotes se voltassem para os paraibanos: Fortaleza inaugurou seu monumental Estádio Governador Plácido Aderaldo Castelo, o "Castelão". O nome, mais uma vez, honrava um político da ARENA, e a festa seguiu o roteiro, com o Clássico-Rei entre Ceará e Fortaleza para uma multidão de mais de 70 mil pessoas. O epílogo tardio

desta Era de construções ocorreria apenas no Maranhão, onde o Estádio Governador João Castelo – outro "Castelão" – só seria inaugurado em 5 de fevereiro de 1982, já na fase final da ditadura. Curiosamente, apesar da demora na construção de sua grande arena, o Maranhão conseguiu sua vaga no Campeonato Nacional antes mesmo dos representantes do Piauí e da Paraíba, demonstrando que as negociações políticas, por vezes, se sobrepunham à materialidade do concreto, literalmente.

Por trás da propaganda e da celebração, porém, essas inaugurações apressadas escondiam um rastro de negligência que, por vezes, resultou em terror e morte. Como demonstra João Manuel Casquinha Malaia Santos (2024), presenciar a abertura desses estádios era, em alguns casos, participar de momentos trágicos. Um dos episódios mais graves ocorreu na reinauguração da Fonte Nova, em Salvador, em 4 de março de 1971, onze dias antes do fim do mandato do governador Luiz Viana Filho. Aos 21 minutos do segundo tempo, com a presença do presidente Médici e um público de cerca de 100 mil espectadores, um tumulto no anel superior recém-construído resultou em centenas de pessoas sendo comprimidas, pisoteadas ou forçadas a pular para o anel inferior. A crença de que as novas arquibancadas estavam cedendo deflagrou um pânico generalizado. O resultado, como narra Elio Gaspari (2002, p. 360), foi uma tragédia de grandes proporções: dois mortos e aproximadamente dois mil feridos. A reação inicial de Médici foi de tal distanciamento da realidade que ele chegou a supor que a partida continuaria, sendo convencido a suspender o "divertimento". A resposta oficial foi uma combinação de censura e manipulação. Jornalistas, como aponta Santos (2024), relataram a imensa dificuldade em obter o número exato de vítimas, suspeitando de "instruções superiores no sentido de evitar a revelação dos nomes" (Jornal do Brasil, 1971 apud Santos, 2024, p. 11).

Dias depois, a imprensa alinhada ao regime, como o *Correio Braziliense*, noticiou a prisão de uma mulher suspeita de distribuir "panfletos subversivos" na véspera do evento, em uma clara tentativa de transformar a tragédia, fruto de superlotação para um estádio com falhas estruturais e de segurança, em um ato de "subversão" (Correio Braziliense, 1971 apud Santos, 2024, p. 11). A mesma lógica de negação da responsabilidade da ditadura e culpabilização de um inimigo oculto, subversivo e “sabotador” se repetiria em outras ocasiões, como na trágica inauguração do Albertão, em Teresina, em 1973, um outro presságio para o caso paraibano.

A pesquisa de Santos (2024) aprofunda essa análise do caso piauiense, mostrando que, após o rompimento do gradil que levou a quase 600 feridos e cinco mortos, o governador Alberto Silva ignorou os apelos dos jogadores e ordenou a continuação da partida após uma hora de paralisação. A resposta oficial, novamente veiculada pelo *Correio Braziliense*, foi a de que a polícia procurava "o responsável" pela tragédia, um suposto "elemento causador do acidente" que teria gritado que o estádio ia desabar. Essa narrativa desviava o foco do fato, notado pela própria reportagem, de que a arena sequer possuía vestiários, um indício claro de que "tinha sido construído às pressas" (*Correio Braziliense*, 1973 apud Santos, 2024, p. 12). Esses episódios demonstram um padrão sistemático do regime: as grandes obras, símbolos do "Milagre", não podiam ter sua imagem manchada por falhas; qualquer desastre era imediatamente reenquadrado na lógica da guerra contra a "subversão", protegendo a imagem de eficiência da ditadura a qualquer custo.

E se a criação do Campeonato Nacional foi vendida como a salvação, para muitos estados ela se tornou o golpe de misericórdia em suas federações, clubes e até em seus já cambaleantes campeonatos regionais. Reportagens da *Placar* de 1973 revelam um rastro de crises. Em Sergipe, a crise econômica do futebol local era tão aguda que forçou os dirigentes a tomarem uma medida drástica e, para a época, impensável: reduzir o preço dos ingressos. Após uma rodada dupla gratuita no 1º de Maio ter superlotado o Batistão, a imprensa iniciou uma campanha pela redução. Os "cartolas", inicialmente refratários, cederam. O resultado, como noticiou a *Placar*, foi imediato: a renda do maior clássico local dobrou, passando de 16 mil para 32 mil cruzeiros. A participação da federação no Brasileiro gerava apenas prejuízos, levando os clubes locais à paralisia e fazendo a revista questionar: "SERGIPE VAI DESISTIR?" (*Placar*, ed. 189, 2 nov. 1973).

No Piauí, a situação era de abandono total: com a atenção voltada ao Tiradentes no Nacional, os outros clubes estavam "morrendo à míngua", recebendo "esmolas" para sobreviver, em um cenário descrito como "de pires na mão" (*Placar*, out-dez 1973). A tragédia do Albertão, no fundo, era resultado de uma crise bem mais antiga e profunda: a total desorganização do futebol piauiense. Meses antes do desastre, a *Placar* publicou, em sua seção "Camisa 12", uma carta de um goleiro juvenil de 16 anos, Fernando Sinimbu Aguiar, que mais parecia um misto de alerta e grito de desespero: "Sou contra a presença do Piauí no Brasileiro. Sabem por quê? Não entendo a presença de um clube de um Estado

tão desorganizado em matéria de futebol num torneio tão importante”. A própria revista concluía de forma amarga: “É isso aí: amanhã, um Estado pobre como o Piauí terá que comprar a peso de ouro os come-e-dorme do sul porque não trabalha a prata da casa” (Placar, ed. 84, 22 out. 1971).

No Maranhão, a entrada do Moto Clube “praticamente acabou com o futebol” no estado, com os rivais Sampaio Correia e Ferroviário paralisando suas atividades apenas para, ironicamente, cobiçar a vaga do Moto quando este foi suspenso pela CBD, numa história que a Placar chamou de “AS UVAS FICARAM MADURAS” (Placar, ed.198. 28 mar. 1973, p.78–79). Mesmo em Pernambuco, onde se tentou criar torneios para os times “desempregados”, a conclusão do presidente do Ferroviário era amarga: “com o Campeonato Brasileiro, os clubes grandes estão ficando mais fortes e os pequenos cada vez mais fracos” (Placar, dez 1973).

A análise panorâmica do contexto nordestino revela, portanto, uma inequívoca matriz de ação da ditadura empresarial–militar. A construção de estádios monumentais deu resultados e ganhos políticos como um poderoso instrumento de propaganda, um mecanismo de negociação política com as elites locais e uma ferramenta para a materialização do discurso de integração nacional. Contudo, dentre as contradições e falhas expostas, essa mesma modernização forçada deixou um rastro de obras inacabadas, dívidas públicas, crises financeiras e políticas nas federações estaduais, elefantes brancos e nos casos mais trágicos de Salvador e Teresina, de sangue derramado nas inaugurações. É a partir deste quadro e destas investigações que estabelecemos um pano de fundo indispensável para enfim, iniciarmos a análise do próximo capítulo, que trata sobre o caso da Paraíba, tema cerne desta dissertação.

3. OS ESTÁDIOS ALMEIDÃO E AMIGÃO: DA REALIZAÇÃO AO LEGADO

É nesse quadro em que estádios de futebol, propaganda e integração nacional se combinaram com endividamento e conflitos institucionais que, assim como foi entre os estados vizinhos do Nordeste, também se insere o caso paraibano. E apesar das inúmeras semelhanças no processo de construção desses estádios, assim como na organização político-governamental dessas regiões, o caso da Paraíba nos mostra algumas contradições e disputas singulares do Plano de Integração Nacional. A decisão de erguer dois estádios monumentais e idênticos – o Almeidão, em João Pessoa, e o Amigão, em Campina Grande – transcende a lógica da simples propaganda ou do desenvolvimento da infraestrutura esportiva. Tratou-se de um ato político calculado, operando na intersecção entre a geopolítica estadual, a consolidação de um poder oligárquico sob chancela do regime de exceção e a materialização, em concreto armado, da ideologia do "Brasil Grande Potência".

A década de 1970 na Paraíba reservou muitos eventos históricos de magnitudes diversas. Além da repressão política – muitas vezes materializada na temida "Granja do Terror" em Campina Grande, ou na 15ª Infantaria de Cruz das Armas em João Pessoa, locais símbolos dos anos de chumbo –, vozes resistentes começaram a ecoar e ganhar notoriedade. Seja no âmbito da Imprensa Alternativa, com a criação do semanário *O Momento* em 1973, com a defesa dos direitos humanos de Dom José Maria Pires, com os movimentos pró-anistia, ou com as lutas camponesas e comunidades de base se fazendo presentes.

A segunda metade da década mostrou uma Paraíba em estado em ebulição criativa. Neste período, o brejo-cruzeno Zé Ramalho, ao lado de Lula Côrtes, gestou a psicodelia nordestina com o álbum *Paêbiru*; também foi quando o campinense Cassiano refinava o soul brasileiro com *A Lua e Eu*, preparando o terreno para estourar nacionalmente; e em que Genival Lacerda transformava a malícia de *Severina Xique-Xique* em fenômeno nacional. A capital, João Pessoa, também se cosmopolitizava, preparando-se para receber pela primeira vez um show de Gal Costa, ícone da Tropicália e outros nomes como Ney Matogrosso. No fim da década, ainda surgiram grandes lançamentos da música paraibana, com os sucessos de Cátia de França e Elba Ramalho.

No âmbito esportivo, o futebol paraibano vivia um misto de emoções, entre a euforia das novidades em nível nacional e a angústia pública da marginalização. Botafogo-PB,

Treze e Campinense assistiam, como espectadores, à consolidação do Campeonato Nacional, barrados pela falta de infraestrutura mínima exigida pela CBD. A insistência pelo estádio não era um desejo por conforto ou comodidade, mas uma necessidade imposta pela CBD para uma possível inclusão na elite do futebol brasileiro, transformando o cimento na única via possível para que os clubes paraibanos rompessem o isolamento regional. Essa tensão entre o atraso, prioridades e o desejo de modernidade não se restringia evidentemente ao esporte, mas nele encontrava sua face mais visível e ao qual buscarei dissecar nas próximas linhas.

Este capítulo analisa tal empreitada não como um “surto” desenvolvimentista isolado, mas como camadas sedimentadas de reorganização da imagem pública da ditadura. A mensagem destes monumentos reside menos nos discursos inaugurais e mais nos processos silenciosos de fixação nominal na memória coletiva, condensando as tensões sociais, alianças de classe e batalhas de memória que definiram a Paraíba nos anos de chumbo.

3.1 Ernani Sátiro entre a ARENA política e a Arena esportiva: a gênese oligárquica e o projeto Arenista

A decisão singular de construir dois estádios monumentais e idênticos na Paraíba não pode ser compreendida sem que se examine a trajetória política e a formação social daquele que a personificou: Ernani Sátiro. Sua ascensão, como de praxe de famílias de poderosos sobrenomes, segue o fio de uma continuidade entrelaçada por uma cultura oligárquica profundamente enraizada no sertão paraibano, na qual o exercício do poder político se confundia com a posse da terra e com a reprodução hereditária das elites locais.

Como aponta Jéssica Éveny Cardoso Martins (2023), a família Sátiro espelhava um padrão de organização recorrente no Nordeste, em que poder político e poder econômico se articularam pela base fundiária. A biografia oficial do político exalta a genealogia como credencial: trisavô, bisavô e pai teriam aliado a condição de “dono de extensas porções de terras” ao exercício de cargos públicos, como a Câmara de Vereadores de Patos e a Assembleia Legislativa da província (Perfis Parlamentares, 2011, p. 15). Essa origem de classe – que aproxima “latifúndio e poder” – ajuda a compreender sua oposição à reforma agrária no Congresso e seu alinhamento com forças conservadoras que articularam o golpe de 1964.

Essa adesão, evidentemente, não se explica apenas como uma defesa pessoal e exclusiva de seus interesses de classe. Ela foi legitimada e impulsionada por uma cultura política anticomunista que, na Paraíba, se fez presente desde muito cedo, em uma articulação social robusta. Como demonstra a pesquisa de Faustino Cavalcante Neto (2013), desde as primeiras décadas do século XX, a Igreja Católica local, em aliança com as elites agrárias, empreendeu uma sistemática campanha ideológica para “desmaterializar” o operariado e combater o que considerava a “ameaça vermelha”. O jornal *A Imprensa*, por exemplo, detinha o papel de representar uma imprensa anticomunista, sendo porta-voz da Arquidiocese, ocupou lugar central na construção de um imaginário que associava socialismo e luta por direitos a figuras demoníacas – a “perigosa serpe” ou a “hydra sanguesedenta” (Cavalcante Neto, 2013, p. 147).

A campanha se intensificou em resposta direta à organização dos trabalhadores. A Igreja patrocinou entidades assistencialistas como a “União dos Operários e Trabalhadores Católicos” (1915), oferecendo uma alternativa tutelada à organização autônoma dos sindicatos (Cavalcante Neto, 2013). Essa longa tradição de anticomunismo

católico criou na Paraíba um terreno fértil para a ideologia que legitimou o golpe empresarial–militar de 1964. Os discursos de Ernani Sátyro no Congresso Nacional ecoavam um repertório de medo já antigo, pacientemente construído, no qual qualquer projeto de transformação social era previamente enquadrado como ameaça à ordem, à religião e à própria sobrevivência nacional. A figura de João Goulart e as Reformas de Base funcionaram, nesse sentido, como catalisadores de um pânico moral cuja gramática já estava disponível – e, neste caso, pacientemente construído por mais de 40 anos de uma cultura anticomunista.

Ainda no período pré–golpe, Sátyro denunciava em seus discursos, uma suposta “guerra revolucionária”, classificava movimentos sociais como “subversivos” e minava a legitimidade de Jango. Esse horizonte discursivo deixava clara sua posição e sua retórica golpista, principalmente após sua frase proferida no dia do golpe, em 1º de abril de 1964: “não é possível salvar uma constituição a não ser fazendo–lhe certos arranhões” (Perfis Parlamentares, 2011, p. 555). Essas ações, além de coincidir com suas convicções, também funcionavam como uma credencial de confiabilidade num sistema que, nos anos seguintes, selecionaria governadores para administrar coalizões locais e executar prioridades federais.

Valber Nunes da Silva Mendes (2019, p. 127–128) observa que o governo estadual institucionalizou esse combate por meio de sua própria máquina de propaganda. O jornal oficial *A União*, por exemplo, inaugurou em abril de 1971 a coluna “Notícias Militares”, assinada por Maviasel de Oliveira. O espaço não se restringia a informes burocráticos: funcionava como tribuna de doutrinação alinhada à Segurança Nacional, declarando já em sua estreia o “repúdio ao comunismo ateu e destruidor” e prometendo manter conduta de combate “até a morte”. Ter a imprensa oficial a seu favor era a forma mais eficaz de manter a população em estado de alerta permanente contra o “inimigo interno”, criando o lastro de legitimação necessário para que a repressão policial operasse sem questionamentos.

A longa inserção de Sátyro em partidos conservadores, já desde a UDN, e o apoio imediato ao golpe lhe renderam posições de prestígio: presidiu o Bloco Parlamentar Revolucionário, liderou a ARENA na Câmara e, quando iniciara os “anos de chumbo”, ocupou o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar (1968–1969). Esse percurso, combinado à sua utilidade política para o regime, contribuiu para que o presidente Médici o indicasse ao governo da Paraíba em 1970.

Como observa Dimitri da Silva Bichara Sobreira (2021), a escolha representou uma vitória da classe política tradicional paraibana, liderada por nomes como o de João Agripino, contra a hipótese de um interventor militar direto no estado. Integrante de uma suposta "democracia orgânica", conceito que ele próprio depurava em entrevistas, afastava-se do liberalismo clássico para abraçar uma estrutura de poder centralizada e imune às "hipertrofias da liberdade" (Entrevista Ernani Sátiro CPDOC–NIDHR, 1977, p. 32. apud Sobreira, 2021, p. 114). O *Diário da Borborema*, ao acompanhar os bastidores da indicação, registrou a expectativa de uma elite que aguardava as ordens de Brasília como quem aguarda uma decisão final – e, ao fazê-lo, expôs a subordinação da soberania estadual à agenda de segurança nacional: “Ernani já estaria escolhido desde o dia 30” (*Diário da Borborema*, 7 jul. 1970 apud Mendes, 2019, p. 89). Dois dias depois, a confirmação: “Acabou o Ernani sai ou não sai: saiu” (*Diário da Borborema*, 9 jul. 1970 apud Mendes, 2019, p. 89).

A ascensão de Ernani Sátiro ao Palácio da Redenção ocorreu sob a égide do Ato Institucional nº 3 (AI-3), superando figuras como o Coronel Rodin de Sá e José Medeiros, conforme especulava o *Diário da Borborema* (4 jul. 1970 apud Mendes, 2019, p. 89). A escolha visava garantir que o governo estadual fosse conduzido por um político “ruim de urna” – expressão do próprio periódico para descrever sua votação em cenários democráticos –, mas “bom de caserna”. Àquela altura, Médici não buscava necessariamente líderes de apelo popular, mas gestores capazes de levar adiante as políticas e os planos do “Milagre Econômico”. Ao ser “eleito” por 22 votos da bancada arenista, Sátiro selava o compromisso com a ditadura: “Serei fiel à Revolução de 31 de março de 1964” (Sátiro, 1994, p. 26 apud Mendes, 2019, p. 94).

Além do comando do governo estadual, Ernani precisou enfrentar outro desafio: a rivalidade que surgira posteriormente entre "satyrismo" e "agripinismo"³². Rivalidade que organizava a dinâmica interna do partido e se expressava na luta por influência sobre candidaturas e controle de instituições públicas. Nesse sistema, o governador escolhido pelo regime assumia a chefia do partido no estado; porém, como aponta Sobreira (2021, p. 63), o ex-governador continuava a almejar aquele espaço, produzindo tensão

³² As duas principais “frentes” da ARENA na Paraíba eram lideradas, respectivamente, pelo governador Ernani Sátiro e pelo ex-governador e então senador João Agripino. O "agripinismo", herdeiro de uma forte base política construída na gestão anterior (1966-1971), representava uma força política com a qual Sátiro precisou constantemente negociar e se confrontar para consolidar sua hegemonia dentro do partido (Sobreira, 2021)

permanente. Como era de se esperar, essa tensão interna não passava despercebida pelos órgãos de inteligência da ditadura, que operavam sob a lógica da desconfiança até mesmo entre aliados.

Documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI), analisados por Maria Tereza Soares (2020), revelam ainda que, embora classificado como “democrata” e “integrado à Revolução”, Ernani Sátiro ainda recebeu alguns asteriscos em seus prontuários. É claro, longe de acusações de “subversão” ou algo do tipo, já que era um dos nomes de maior adesão aos *modus operandi* dos militares, os relatórios de vigilância apontavam registros negativos quanto à sua “probidade administrativa”, citando-o, por exemplo, como um “político corrupto comprador de votos”.³³ Essa monitoração constante sobre o governador e também de outros membros do partido ARENA – como Antônio Mariz e Wilson Braga, também vigiados – demonstra que o apoio da ditadura às oligarquias locais vinha acompanhado de um controle estrito, onde a lealdade não isentava o político da suspeição.

A despeito da vigilância estrita dos órgãos de inteligência, Sátiro empenhou-se em criar uma “renovação” dentro da ARENA que fosse, antes de tudo, estética. Um exemplo dessa tentativa de oxigenação controlada foi a ascensão de Maryland Teotônio à presidência do diretório da capital em 1972. A estratégia visava expandir a capilaridade do “satyrismo” entre o eleitorado feminino e jovem, num esforço de suavizar a imagem de um governo calcado no autoritarismo. Esse planejamento buscava ainda aumentar a influência do governador na capital e dar prestígio a Teotônio Neto, uma das principais lideranças estaduais (Sobreira, 2021, p. 77). No entanto, a imprensa da época, como o *Correio da Paraíba*, ao cobrir a posse de “Dona Mary”, focava mais em descrições de indumentária do que em diretrizes programáticas, refletindo o conservadorismo intrínseco ao projeto arenista. O discurso de Maryland, embora pregasse o crescimento do partido, mantinha a mulher submissa ao “quadro de filiados como uma família” (Sobreira, 2021, p. 82), reafirmando que qualquer modernização proposta pelo regime seria, por definição, também limitada aos valores tradicionais da elite agrária.

Essa fragilidade do discurso técnico ficou exposta no episódio da SAELPA, ainda em 1971. A nomeação de seu filho, Bertholdo Sátiro, para a diretoria financeira, provocou

³³ BRASIL. Serviço Nacional de Informações. ACE Nº 976/80: Prontuário de Ernani Ayres Sátiro Souza. Agência Recife (ARE). Fundo SNI. Disponível no Arquivo Nacional. Apud SOARES, Maria Tereza. Vigilância e controle no campo político paraibano durante a ditadura militar. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. p. 127.

o pedido de demissão de José Mariz. Nascia mais uma “fratura” na própria ARENA. Mariz, irmão do deputado Antônio Mariz³⁴ e primo de João Agripino, denunciou a falta de critérios técnicos em uma carta que abalou a hegemonia governista. A resposta de Sátyro foi taxativa: "Dentro de minhas atribuições constitucionais ninguém, absolutamente ninguém, interfere nas minhas decisões, a não ser que eu solicite. [...] A decisão, no entanto, será sempre minha." (Correio da Paraíba, 5 ago. 1971, p. 8 apud Sobreira, 2021, p. 117). Para Sobreira (2021), o “caso da SAELPA” foi estopim para o rompimento definitivo entre “satyrismo” e “agripinismo”. A modernização pretendida esbarrava em práticas de afilhadismo, em que nomeações eram travestidas de “técnicas” para garantir protecionismo e controle de orçamento estatal.

A crítica a essa lógica extrapolou a imprensa tradicional. Em março de 1975, o semanário *O Momento* estampou a manchete “Sátyro nomeia Sátyro”, denunciando a alocação estratégica de parentes na máquina pública – como a nomeação do sobrinho Flávio Sátyro para a Procuradoria do Tribunal de Contas e a tentativa de emplacar Múcio Sátyro no IPEP (Instituto de Assistência e Previdência do Estado da Paraíba). O periódico descreveu a dinâmica como privatização familiar do Estado e registrou, em tom acusatório:

O caso do governador é deixar todos os parentes em bons empregos. [...] Desconhecido inteiramente nos meios jurídicos, administrativos e políticos do Estado, [...] o sr. Flávio Sátyro é bacharel e escritor bissexto, autor de um livro obscuro, lançado às vésperas de sua posse. (O Momento, 1975, p. 4).

O desgaste, ou o fracasso dessas frentes de “renovação”, inclusive os departamentos feminino e jovem, expõe a dificuldade do regime em dialogar com setores que não fossem os detentores diretos de capital e terras, sobretudo quando a própria ARENA se fragmentava em denúncias e disputas por fatias do orçamento. Em tal cenário, Sátyro passou a investir numa postura de autoridade menos vulnerável às controvérsias partidárias: as de idealização e construção de obras públicas, capazes de traduzir poder em visibilidade. Indo além: receita de sucesso para boa popularidade. Se a política miúda

³⁴ Em 1973, Antonio Mariz participou de uma reportagem sobre Direitos Humanos. Em matéria intitulada “MARIZ PROPÕE CORTE PARA ASSEGURAR OS DIREITOS HUMANOS” (Correio da Paraíba, 26 ago. 1973, p. 6) Mariz, com muitas ressalvas e “pisando em ovos” tenta abrir o diálogo sobre o tema em meio um período de muitas denúncias de tortura, prisão e desaparecimentos forçados na imprensa internacional. A reportagem também foi postada pelo Correio Braziliense, e sendo nesta versão a relatada pelo SNI (br_rjanrio_tt_0_mcp_avu_0145_d001). A falta de incisão ou de defesa a repressão explícita, deixa a dúvida se os dizeres de Mariz estavam buscando amenizar a situação ou, mesmo que com sutileza, mostrar que falar estava na hora de falar em Direitos Humanos, tema tabu no país.

dos diretórios era marcada por faccionismos e acusações de corrupção, grandes empreendimentos – como os futuros Almeidão e Amigão – surgiam como território em que a autoridade do governador se tornava concreta, quase inquestionável, visível, fotografável e repetível.

Como detalha Mendes (2019), em 1971, ao assumir, Ernani Sátiro adotou o lema “Construir e Humanizar”, baseando sua gestão numa retórica que combinava interesses oligárquicos com o vocabulário da modernização por grandes obras. A materialização desse projeto passou pela Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado da Paraíba (SUPLAN), principal instrumento de centralização do planejamento e execução, mediando o diálogo com empreiteiras e convertendo o plano do “progresso” em ação.

Em 1972, ao mesmo tempo, o governador construía uma justificativa histórica para suas ações e para o próprio regime, articulando uma linha direta entre marcos fundadores e a ditadura empresarial–militar de 1964. Como já mencionado no tópico 2.2 sobre o período das celebrações dos 150 anos da Independência em 1972, ele articulou essa visão de forma explícita, criando uma linha direta entre os dois eventos (Sátiro apud Sousa, 2022, p. 158–159).

Essa operação discursiva era central para a legitimação do regime: ao equiparar 1964 a 1822, Sátiro elevava o golpe militar à condição de segundo ato fundador da nação, uma “revolução salvadora” que completava a obra da Independência. Sua estratégia de propaganda era bastante eficaz: ele atrelou sua gestão ao Sesquicentenário, prometendo entregar “150 obras nos 150 anos da nossa Independência”, transformando seu trabalho em um ato de emancipação econômica que complementava a Independência política do passado. Exemplo emblemático foi, inclusive a construção da Escola Polivalente Presidente Médici — também denominada Colégio do Sesquicentenário³⁵. Declarando-se ainda um “revolucionário da véspera” ao inaugurar um conjunto habitacional, o mesmo buscava reforçar sua imagem de homem predestinado a liderar esse processo histórico (Sátiro apud Sousa, 2022, p. 159).

³⁵ Na inauguração, Sátiro justificou a homenagem a Médici afirmando que o governo estadual desejava “apresentar à mocidade um modelo de homem para uma escola modelo”. O discurso foi marcado por uma presente retórica anticomunista. Ver: MENDES, Valber Nunes da Silva. Um “homem da revolução”: a atuação política de Ernani Sátiro como governador da Paraíba (1970-1975). Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2019, p. 134.

É nesse cenário de intensificação da repressão e da censura, inflamado pela constante propaganda política-ideológica dos militares, que as grandes obras públicas passam a ocupar um lugar ainda mais central. Elas ofereciam ao governador um terreno menos vulnerável à contestação direta, no qual a ação do Estado se materializava de forma imediata e visível. A fragilização da mediação política – e as formas específicas de oposição, inclusive no MDB, condicionadas por medo de represálias – deslocava o discurso governamental para a materialidade das infraestruturas, fazendo do “monumentalismo” uma gramática privilegiada de autoafirmação. Esse mesmo discurso era incansavelmente repetido pela imprensa oficial, especialmente no final de seu mandato, quando precisava “prestar contas” de todos seus feitos para a sociedade. No dia 1º de março de 1975, o *Diário da Borborema* publicou um caderno especial laudatório, com a manchete “1557 Obras”, onde se lia a própria voz do governador sintetizando seu projeto: “A ação foi a tônica. Construir e humanizar foi o meu lema. A Paraíba andou em tempo de trabalho. [...] Os edifícios, as estradas, os estádios, as adutoras, são obras que vemos, tocamos e sobre elas caminhamos.” (*Diário da Borborema*, 1 mar. 1975).

Os opositores, por outro lado, liam tudo isso como um personalismo exacerbado que raiava o culto à personalidade. Ao fazer o balanço final da gestão, o editorial de O Momento desmontava o slogan oficial e argumentava que as construções visavam a autoglorificação do mandatário:

Tudo que se fez na Paraíba nestes quatro anos, foi em função da pessoa do governador. Construíram-se estádios para homenagear o governador. O Centro Administrativo foi feito para servir de moldura ao retrato do governador. Livros e mais livros foram editados para exaltar as “glórias” do governador. Para satisfazer a sua vaidade, o sr. Ernani Sátiro sacrificou os interesses do Estado’ (*O Momento*, 1975, p. 2).

Os estádios surgem, assim, nesse contexto: pretendiam funcionar como os monumentos mais visíveis das “150 obras” prometidas. E a adesão de Sátiro à ala dura do regime não se abrandou com o tempo. Em 1975, já sob Geisel e em meio aos primeiros sinais de “distensão”, ele reafirmava convicções em favor da exceção. Em artigo para *A União*, republicado por *Veja*, escreveu: “Engana-se quem pensar que tudo isso (a ‘Revolução’) acabou. Cada povo pratica a democracia que merece. É preferível vê-la limitada a vê-la eliminada pelos seus inimigos”. Na mesma ocasião, declarou considerar “a melhor parte do recente discurso do presidente Ernesto Geisel exatamente aquela em que garante a manutenção do AI-5 em vigor” (*Veja*, 22 jan. 1975 apud Sousa, 2022, p. 160). Anos depois, em biografia, a posição permanece: “Não somos uma Revolução

envergonhada. Sabemos o que fizemos e por que fizemos. [...] praticamos alguns males para evitar o mal maior da subversão, da desgraça, do caos e da própria destruição de nosso País” (Sátyro, 1984, p. 76–78).

Essa defesa veemente da exceção era característica de seu personagem, e também de sua posição política que acreditava que o Brasil pré-64 vivia uma "deformação das hierarquias" e que o Estado tinha o dever pedagógico de restaurar a ordem através de "males necessários". Ao observar o crescimento das universidades e das agremiações trabalhistas, o governador diagnosticava um "caos teleguiado" (Sátyro, 1984), onde operários e estudantes seriam meros fantoches de uma conspiração externa.

As tensões internas da ARENA paraibana ainda viriam a atingir seu ápice justamente no período onde as conversas referentes à construção dos estádios chegavam a estágios de discussão e de consolidação. Os conflitos na Assembleia Legislativa entre 1973 e 1974 eram tantos, que sobravam acusações em tons de deboche chamando alguns políticos de “tuparos” em referência à guerrilha uruguaia. Novamente o bairrismo, anticomunismo (até mesmo entre os “seus”) entravam em cena. Como analisa Sobreira (2021, p. 139), esse grupo formado por Waldir dos Santos Lima, Edvaldo Mota e Eilzo Mattos não fazia uma oposição ideológica à ditadura, mas o que foi chamado ironicamente de "guerrilha parlamentar" contra a suposta marginalização imposta por Sátyro. Eles reclamavam que suas bases municipais eram ignoradas na distribuição de verbas e cargos. A insatisfação era tamanha que o grupo chegou a articular uma "frente única" com deputados também “rebeldes” de outros estados do Nordeste e do Amazonas, visando pressionar o Diretório Nacional contra os governadores biônicos (Sobreira, 2021, p. 143).

O ápice dessa dissidência foi a tentativa de impeachment do presidente da Assembleia, Egídio Madruga, aliado de Sátyro. Os “rebeldes”, unindo-se momentaneamente a partes do MDB, acusavam a cúpula arenista de "tráfico de influência" e "descompostura moral". No entanto, o medo de uma intervenção federal mais drástica – o fechamento da Assembleia pelo regime – fez com que recuassem (Sobreira, 2021, p. 144). Esse cenário demonstra que a ARENA paraibana estava longe de ser um bloco monolítico; era ainda que dentro de suas limitações um território de disputas paroquiais onde a lealdade ao governador era negociada centavo a centavo. Como sintetiza Sobreira:

[...] a Arena na Paraíba sob Ernani Sátyro foi marcada pela continuidade das práticas oligárquicas. A 'renovação' foi apenas retórica. O partido

funcionava como um condomínio de coronéis que usavam a ideologia da Ditadura e a tecnocracia como ferramentas para disputar poder local. (Sobreira, 2021, p. 146).

Dessa forma, os estádios também seriam, tempos depois, uma das tentativas de Sátyro de reafirmar uma liderança que se esfarelava entre as brigas de diretórios e a insubordinação de seus próprios correligionários. Era preciso mostrar quão grande foi o legado de seu mandato, afinal, a perpetuação de sua memória e de sua linhagem familiar no poder era uma preocupação central. Essa obsessão com o legado e a memória familiar manifestou-se também em instituições como a Fundação Ernani Sátyro (FUNES) em Patos. Como analisa Martins (2023), tais entidades operam uma curadoria memorialística que realizam uma cuidadosa seleção do que deve ser lembrado, construindo uma narrativa heroica que apaga sua participação no aparato repressivo da ditadura para ressaltar a imagem do "homem que olhava para o trabalhador sertanejo".

Em última análise, o sucesso de Ernani Sátyro em erguer os monumentos à sua memória foi diretamente proporcional à sua capacidade de dominar a cultura política da ARENA paraibana. Como aponta Sobreira (2021), a principal característica dessa cultura era a "conciliação", uma prática entre elites para prover "'remendos' e não reformas", garantindo a estabilidade do sistema (Pereira, 2017, p. 359 apud Sobreira, 2021, p. 70). Sátyro foi o mestre dessa conciliação. Ele operava através da figura do presidente do Diretório Regional para gerenciar as disputas fisiológicas e o clientelismo que permeavam as bases municipais.

Os estádios batizados em sua homenagem foram algumas das maiores e mais visíveis expressões destas ferramentas e esforços de construção de memória. As "obras finais" de um sistema político que, sob uma fachada de ordem e modernização, perpetuava o personalismo, o patrimonialismo e uma específica conciliação como suas ferramentas mais eficazes de poder.

3.2 Dois estádios? A rivalidade entre João Pessoa e Campina Grande

Contextualizado o cenário e conjuntura política e futebolística a nível nacional e regional, percebemos que restou à Paraíba o posto de último estado nordestino a se juntar à onda de estádios de proporções “faraônicas”. A cobrança por uma praça esportiva à altura não surgiu com a promessa do governo, nem foi invenção retrospectiva de cronistas interessados em inflar a querela entre capital e interior. Ela já circulava como constrangimento público em outros espaços, reaparecendo até em notas aparentemente menores, dedicadas a inaugurações de estádios no interior. Afinal, se o interior inaugura, o que faz as duas grandes cidades permanecerem com a ausência desses espaços que simbolizava essa tão sonhada modernidade urbana e esportiva?

Nesse ponto, é produtivo tensionar o estádio como monumento e, portanto, como inscrição material de uma representação política (Corrêa, 2005). Para José Arimatéia da Silva Araujo (2019), o monumento – aqui, o estádio – insere-se na “discursividade intraurbana”, isto é, “uma representação de uma temporalidade e espacialidade específicas que caracteriza um determinado grupo social” (Araujo, 2019, p. 154). Quando o debate público paraibano enquadra o estádio como atestado definitivo de modernidade urbanística, a disputa João Pessoa versus Campina Grande transfigura-se: deixa de ser apenas onde a bola irá rolar, para se converter em qual urbe será autorizada a corporificar, em concreto armado³⁶, a imagem-síntese do progresso idealizado pelo governo.

Portanto, enquanto nossas principais cidades, João Pessoa e Campina Grande continuam sem uma praça de esportes capaz de atender as exigências dos desportistas, o interior a cada ano que passa vai ganhando um Estádio. (Correio da Paraíba, 5 ago. 1973. p. 6.)

A nota é útil porque revela um mecanismo recorrente: cada anúncio de estádio tende a ser lido como correção tardia de um atraso – e, quando a régua de comparação é moral (“à altura”, “capaz”, “moderno”), a escolha de uma cidade passa a soar como desautorização da outra. Aos olhos da crônica política e esportiva, estar na retaguarda entre os estados do nordeste que possuíam problemas semelhantes ou até piores já era motivo de questionamento, o mesmo valia para as proporções “dentro de casa” quando se comparava João Pessoa e Campina Grande com cidades paraibanas menores.

³⁶ Apesar do nome bélico, que cai perfeitamente como algum trocadilho ao período desses projetos arquitetônicos na ditadura, aqui, me referi-o realmente ao conceito arquitetônico. O concreto armado é um material de muita resistência utilizado nas construções civis, composto da união do concreto e barras de aço.

É nesse clima que, em 17 de abril de 1973, Ernani Sátiro, quase dois anos antes da inauguração do Almeidão e Amigão, informou para o *Correio da Paraíba* que durante um encontro com apresentador Rui Porto, havia a intenção de erguer um grande estádio em solo paraibano. Promessa que resultou em muitos debates – quase sempre acalorados, na imprensa local e no meio político estadual.

O *Correio da Paraíba*, ainda na reportagem mencionada, mostra defesa do deputado Odimar Agra por Campina Grande, afirmando que “Campina Grande contribui com a maior renda do Estado. Campina Grande tem os melhores times do Estado: Treze e Campinense. Campina Grande – no futebol – ostenta maiores rendas”, sendo rebatido na mesma medida com argumentos de leitores e outros políticos paraibanos que alegavam não fazer sentido João Pessoa ser a única capital brasileira que não teria estádio. Enquanto se via iniciativas por parte de representantes de Campina Grande, pouco debatiam ou se manifestavam os representantes de João Pessoa, e nisso inclui-se também o prefeito da cidade, Dorgival Terceiro Neto (outro representante da ARENA).

Ainda no primeiro semestre de 1973, quando o debate sobre a inserção da Paraíba no Campeonato Nacional começava a ganhar corpo, uma ala da imprensa tentou frear a euforia com doses de pragmatismo. A discussão técnica sobre a viabilidade econômica colidia frontalmente com o desejo político de inaugurar uma obra faraônica. Vozes da crônica, como a de Marconi Altamirando, buscavam argumentar pela racionalidade financeira, sugerindo que uma intervenção no patrimônio já existente seria suficiente e, sobretudo, menos onerosa aos cofres públicos. Em artigo sintomaticamente intitulado “Um estádio para a Paraíba” – note-se o singular –, o cronista ponderava:

Para que João Pessoa possa ter o estádio com a capacidade exigida pela CBD, basta que se olhe para o atual ‘Olimpico José Américo de Almeida’. Aplicando-se a verba federal na remodelação do colosso do Miramar, com sua consequente ampliação e modernização das instalações [...] Não haverá, pois, a necessidade de ser construído um novo estádio, o que implicaria em grande investimento financeiro. (Diário de Pernambuco, 28 maio 1973 – segundo caderno, p.2).

A proposta da remodelação, todavia, não satisfazia o desenho político do governo Sátiro. Um estádio reformado, por mais funcional que fosse, não produziria o mesmo efeito de *branding* político, nem viabilizaria a encenação pública do “feito” como ruptura material. A obra “do zero” permite inauguração, placa, nome, ritual, fotografia – e, sobretudo, o controle do enredo.

Uma vez descartada a solução modesta, o debate escalou. Em julho de 1973, em editorial do *Jornal da Paraíba*, foi apresentada uma defesa de um estádio de grande porte em Campina Grande, mobilizando “criatividade financeira” e invocando o modelo do Maracanã como referência:

A construção de um estádio nessa cidade (...) para 40 ou 50 mil pessoas já foi apontado através do Plano de Desenvolvimento Local Integrado (...). De início o bom senso mostra que a prefeitura não tem condições para construí-lo e também do Estado. (...) Mas a prefeitura bem que poderia organizar uma empresa de capital misto para angariar fundos e administrar a obra. Cabendo como contribuição do poder público municipal a doação do terreno e o projeto arquitetônico. (...). Com o entusiasmo presente não será difícil obter tais fundos. A venda de cadeiras cativas – cerca de 2.500 –, a exemplo do que foi feito no Maracanã (...) daria a maior parte da verba de 8 milhões. (...) Campina tem influência numa área que abrange uma população de 1 milhão e 400 mil habitantes de municípios próximos. E, naturalmente, tais disputas esportivas só seriam feitas aqui (...). O campinense deve partir do princípio que Campina Grande deve ficar em primeiro lugar (...) Campina Grande, essa é a verdade, em primeiro lugar. (*Jornal da Paraíba*, 3 jul. 1973, p. 2 apud Araujo, 2019, p.156).

O argumento campinense repousa numa pretensão de evidência (“verdade dos números”): renda, afluxo regional, hegemonia de Treze e Campinense. A retórica econômica, aqui, não é neutra: ela disputa a condição de “centro real” da Paraíba contra a “capital administrativa”, deslocando a escala do conflito para a legitimidade de quem representa o Estado.

Pueril é esse argumento [de João Pessoa ser o cérebro das decisões], desde que o grande número de filiados encontra-se, exatamente no interior do Estado: Campina, Patos, Guarabira, etc. [...] Está na cara que Camelo desconhece a influência de Campina Grande e sua estratégica posição como centro de um compartimento girando, em seu redor mais de vinte grandes municípios." (*Diário da Borborema*, 17 out. 1973).

A insistência na “posição estratégica”, na percepção de Campina Grande como um polo geográfico de destaque não só a nível estadual como regional é de enorme importância para a análise, e, especialmente sob a realidade de uma ditadura, quando as mediações eleitorais são controladas e o poder se organiza por filiações e patronagens, falar em “número de filiados” é falar também em músculo político concreto. O estádio, nesse sentido, para além de mais uma obra pública, ou mais um cálculo contábil isolado de um contexto histórico, econômico e político, passa a ser também um prêmio de coalizão, e se entrelaça em uma já antiga disputa entre João Pessoa e Campina Grande. Passa a ser uma das moedas simbólicas na manutenção de alianças. Um grande xadrez de alianças.

João Pessoa, apesar de ser a capital, de fato, “só” possuía um único clube em grande fase, o Botafogo–PB, visto que o Auto Esporte, seu principal rival municipal, mesmo sendo um clube histórico (no ano de 1959 foi o primeiro clube paraibano a participar do embrionário campeonato brasileiro da época) além de possuir uma menor torcida, ainda se encontrava em uma má fase duradoura. Em contrapartida Campina Grande possuía Campinense e Treze, ambos fortes times e com grande torcida. Partindo para a lógica política institucional, a rivalidade se intensifica, sendo Campina Grande detentora de grande poder político, econômico e de forte influência, somados sempre a uma rivalidade com João Pessoa. Tudo isso foi fator determinante para um planejamento de onde seria construído o grande estádio da Paraíba. Estádio esse que foi pensado em dado momento, mesmo que por vezes em tons não tão sérios, em ser construído no “meio” do território dessas duas cidades – mas evidentemente, a ideia não foi levada adiante –.

Fato é que a notícia circulou nacionalmente. A revista Placar, em sua edição de 6 de julho, já dava como certa a construção na capital, reverberando a garantia da Secretaria de Educação para uma arena de 40.000 lugares – pré-requisito para o Campeonato Brasileiro do ano seguinte. A matéria chegou a detalhar o plano de ampliar e também de rebatizar o complexo ampliado do Estádio Olímpico para “Conjunto Integrado de Esportes e Educação Física Governador José Américo de Almeida”. Não seria por falta de um estádio que a Paraíba continuaria ausente do Campeonato Brasileiro (Placar, 6 jul. 1973, p.35, ed. 173).

Enquanto a imprensa campinense inflamava a opinião pública com argumentos econômicos e futebolísticos, os representantes da capital optavam atuar mais na lógica burocrática e legislativa para assegurar o investimento. Ainda em agosto de 1973, antecipando-se ao período de maior conflito, o deputado Inácio Pedrosa buscou amarrar a escolha de João Pessoa através de um projeto de lei na Assembleia Legislativa. A estratégia envolvia não apenas a localização, mas também a proposta de uma homenagem a José Américo de Almeida Filho, filho do político e escritor José Américo de Almeida, e um ex-atleta do Botafogo–PB recém falecido em um trágico acidente. A justificativa de Pedrosa, registrada no Correio da Paraíba mencionava que:

Justificou o deputado Inácio Pedrosa que a criação de um estádio de futebol em João Pessoa, é uma necessidade porque ‘a Paraíba será o único Estado brasileiro que não participará do Campeonato Nacional de Clubes por não dispor de uma praça de esportes à altura das exigências técnicas da CBD, enquanto Estados menores e mais pobres como

Sergipe, já estão integrados no campeonato [...]. (Correio da Paraíba, 5 ago. 1973).

Contudo, nos bastidores, a certeza não era tão sólida e ainda havia muita coisa a ser decidida. Dias depois, Evaldo Gonçalves, chefe da Casa Civil do Governador, no programa "Mandando Brasa", da Rádio Arapuan, mencionava que não influiu nas decisões tomadas por Sátyro, e dizia ainda não saber maiores detalhes sobre a construção do novo estádio. Ao dizer que tudo que sabia era apenas o que já havia sido divulgado pelo cronista Rui Porto, é possível supor que apesar das conversas, ainda haviam muitos “tijolos” a serem adicionados no planejamento, e que tudo ainda estava muito cru. Segundo o mesmo Evaldo Gonçalves “[...] informou que dentro do plano elaborado pelo Governo, todas as obras a serem construídas já estão garantidas, já que os recursos se encontram em estabelecimentos bancários. (Correio da Paraíba, 19 ago. 1973. p. 1).

Em outubro de 1973, com a disputa já ganhando corpo como movimentação institucional – prefeitos, deputados, dirigentes esportivos e auxiliares do governo passaram a atuar como operadores de uma decisão que, embora vendida ao público como destino do progresso, nascia do atrito entre centros de poder muito concretos –, a rivalidade deixaria de ser apenas futebol e se assume, com mais nitidez, como um conflito de interesses que seria diretamente um problema de governabilidade, já que administrar a Paraíba significava lidar com duas cidades que se reconheciam como imprescindíveis – e que exigiam que esse reconhecimento fosse material, visível, e neste caso, monumental.

A crônica esportiva de Campina Grande, vivendo sua “era de ouro” desde a década de 1950, e detentora de enorme capilaridade social, elegeu alvos específicos para personificar o que considerava uma traição aos interesses locais. Francisco Assis do Nascimento, o "Olé", utilizou sua coluna no Diário da Borborema para cobrar publicamente o deputado Assis Camelo, presidente do Conselho Regional de Desportos (CRD). A revolta nasceu principalmente por meio de uma mudança brusca de postura, onde em uma mesa redonda na TV Borborema, ao lado de Rubem Moreira, Assis Camelo havia prometido ser um “soldado raso” pela causa de Campina Grande, apelando ao seu sentido telúrico de nascido na região. Contudo, pouco depois, em entrevista ao jornal O Norte, da capital, o mesmo deputado defendeu imperativamente que o estádio deveria ser em João Pessoa, alegando que a liderança de arrecadação campinense era momentânea. Essa duplicidade discursiva foi o estopim para que a imprensa serrana o convertesse em “persona non grata”.

"Que que é isso, deputado? Por que só pode ser lá e não cá? [...] O senhor, inclusive, afirmou que se constituiria 'num soldado raso' na campanha pró-estádio de Campina Grande [...] Está lembrado, deputado? [...] Suas declarações diante das câmeras foram completamente diversas das de agora." (Diário da Borborema, 17 out. 1973 apud Ferreira, 2022, p. 105).

A acusação não é “você errou”; é “você traiu a fileira”, “você mudou de lado”. A crônica, ao dramatizar essa mudança, serve também como uma maneira de pressionar, pois busca o constrangimento, e constrange publicamente os intermediários políticos que poderiam, por conveniência, acompanhar o destino “natural” do estádio (a capital).

Com o auxílio das pesquisas do historiador Jilton Joselito de Lucena Ferreira, que estudou em sua dissertação de mestrado a figura de Joselito Lucena, importante radialista e figura histórica da crônica paraibana, percebemos como os "leitores especiais da cidade", entraram no meio da história e ajudaram a transformar a reivindicação infraestrutural em uma questão de honra identitária campinense. Afinal, o custo de “ceder” não era só eleitoral, mas também identitário e “faccional”. E é através de crônicas lidas ao vivo e também daquelas reproduzidas no impresso que se identifica como a imprensa campinense confrontou diretamente os aliados de Sátyro que custavam em apoiar a obra no interior. Joselito Lucena, em outubro daquele ano, prosseguia com tons mais severos em suas críticas, mencionando como as ações de Assis seriam também sua "morte" simbólica das origens do deputado: “Você, Assis Camelo, assim agindo, deixou de ser você. Você é um assassino. Você matou o menino do campo da ladeira” (Lucena, 17 out. 1973 apud Ferreira, 2022, p. 105).

O prefeito de Campina Grande, Evaldo Cruz, figura próxima do governador e do mesmo partido ARENA, percebendo que a batalha momentânea pela "prioridade" estava sendo perdida e já imaginando que a cidade escolhida provavelmente seria João Pessoa – já que em todos os demais estados o grande estádio foi construído na capital –, lançou-se à frente de um movimento pró-Campina Grande, e ainda em 1973, informa seu interesse na construção, onde falha em sua tentativa de iniciar o projeto.

Valber Mendes, ao investigar a genealogia dessa decisão, traz à luz a memória oral de Germano Cruz, ex-presidente do Campinense, que aponta para uma articulação federativa ocorrida fora dos limites estaduais, onde a emulação de outros monumentos vizinhos nordestinos foi decisiva, e que a gênese da solução dos "dois estádios" remonta

a um encontro de prefeitos em Fortaleza, ainda em 1973. Evaldo Cruz teria articulado com representantes da capital uma lógica de compensação simétrica: para que João Pessoa recebesse o Almeidão com apoio estadual, Campina Grande precisaria ser contemplada com uma obra de igual magnitude. Foi a partir dessa negociação de bastidores, inspirada na maquete do estádio Mineirão levada por um arquiteto húngaro, que se consolidava, nos bastidores, a ideia de uma possível “trégua” e paz por via de duas obras de grande magnitude (Mendes, 2016, p. 31).

Em entrevista concedida a Sousa (2022, p. 104, nota 177), o mesmo cronista Francisco Assis do Nascimento relata que houve ainda uma intervenção direta de João Havelange a favor da cidade da Borborema, onde segundo o mesmo, em reunião com o governador, o dirigente da CBD teria alertado: “o senhor precisa construir um estádio em Campina Grande porque os clubes de Campina Grande são campeões quase todos os anos”.

O impasse atingiu um ponto crítico: a escolha por apenas uma cidade implicaria um custo político insustentável. A duplicidade de estádios, antes vista como extravagância, consolidava-se como a única engenharia política capaz de evitar a ruptura com as elites regionais. Era preciso também enfrentar o custo político, e para sustentar uma base arenista que, em estado marcado por rivalidades históricas, não podia se dar ao luxo de não atender um dos polos.

Em outubro de 1973, durante a solenidade de assinatura do contrato com o Banco do Nordeste para o financiamento da construção da Central de Abastecimento (CEASA) de Campina Grande, Sátyro aproveitou a euforia dos recursos garantidos³⁷ para brincar com a insistência da cidade. Em seu discurso, captado pelo Correio Braziliense, o governador expôs, em tom de satírico, como a cobrança serrana lhe dava dor de cabeça, mas que seria atendida, e após ser perguntado sobre os estádios, respondeu: “E depois, se o estádio der certo, Campina teimosa, você ainda vem me pedir um pedaço do céu?” (Correio Braziliense, 24 out. 1973, p.41). Ernani ao longo do texto dá a entender que tal pergunta foi realizada no dia 11 daquele mês, mas fato é que a tal teimosia de Campina havia vencido, e ainda nas palavras do governador, “assim é Campina Teimosa, resistente, cada vez mais febril, na sua ânsia de crescer e desenvolver-se” (Correio Braziliense, 24 out. 1973, p.42). Conforme a cronologia levantada por Sousa (2022, p. 112–113), foi

³⁷ Fora prometidos 8 bilhões e 300 milhões de cruzeiros velhos pelo BNB.

exatamente no dia 23 de outubro de 1973, apenas um dia antes da publicação do *Correio Braziliense*, que Ernani Sátiro oficializou o que chamou de sua “histórica e corajosa decisão”: construir não um, mas dois estádios simultâneos. Antes mesmo da instalação formal da comissão técnica que avaliaria o caso, a decisão política já estava tomada e anunciada, atropelando os ritos burocráticos para estancar a sangria política.

Em novembro de 1973, o mesmo *Correio Braziliense*, informava sobre o deputado Assis Camelo, que “manteve a sua euforia pela decisão do governador de construir dois estádios de futebol na Paraíba: um em João Pessoa e outro em Campina Grande”, e, ao mesmo tempo, se apressava em declarar que “já temos plano financeiro traçado para João Pessoa e a crédito que o de Campina segue o mesmo roteiro” (*Correio Braziliense*, 8 nov. 1973). Complementa ainda, o jornal, mencionando os possíveis valores dessas obras. Fala-se em “2.500 ou 3.500 cadeiras cativas”, em valores projetados (“Cr\$4.500.000,00 a Cr\$5.000.000,00”), em captação de “Cr\$1.000.000,00 de propaganda” junto a firmas e indústrias, em complemento de “Cr\$4.000.000,00, com a ajuda do Conselho Nacional”, e na composição final em que “o restante ficará a cargo da Prefeitura de João Pessoa e do Governo do Estado”. O texto segue ainda, com muita expectativa dessas tão grandiosas e esperadas obras, e que se espera também uma participação da população civil, pois “com o povo também ajudando através da compra de sua cadeira cativa, teremos no conjunto a maior obra popular de todos os tempos” (*Correio Braziliense*, 8 nov. 1973).

Agora Ernani não precisaria mais se preocupar em escolher um lado, e essa inquietação que o acompanhou por tantos meses parecia ter finalmente chegado ao fim. Não só não havia mais reclamações, como agora Sátiro seria elogiado pelas elites campinenses, já que o mesmo “recebeu telegrama de imprensa esportiva campinense, parabenizando-o pela decisão de construir um estádio na capital e outro igual na cidade”, oferecendo “irrestrita colaboração” para o sucesso da obra (*Correio Braziliense*, 8 nov. 1973).

A passagem é valiosa justamente porque mostra a rapidez com que a linguagem da imprensa tradicional migrou da cobrança para a cooperação. A rivalidade obviamente não desaparece, mas é reacomodada sob a forma de partilha desses dois novos monumentos, e, com ela, reorganiza-se o tom do debate. Ainda em novembro, dias depois, Ernani Sátiro em mais um de seus momentos de celebração e entrega de obras, desta vez, o da sede da Assembleia Legislativa, novo prédio do Poder Legislativo, localizado na praça dos Três Poderes, ou, como também é chamada Praça João Pessoa, comentava junto a

Egídio Madruga, sobre seus feitos e planejamentos futuros. Neste momento, era a vez do Diário de Pernambuco dar a notícia da construção de dois estádios. Pela fala do próprio Ernani:

[...] Continuarei a fazer as nossas estradas, a do Piancó, de Itabaiana, das Espinharas, do Brejo. Continuaremos a levantar os colégios. Faremos os estádios em Campina Grande e João Pessoa, a erguer os hospitais, as Centrais de Abastecimento, as obras de saúde pública [...]. (Diário de Pernambuco, 17 de novembro de 1973, p. 5.)

A partir daí, o debate começou a mudar: do “onde” e “quantos” para o “como pagar”. Em meio as disputas em torno do ICM e os impactos para obras fundamentais, o caixa é disputado cruzeiro a cruzeiro, e é aí que a oposição encontra maior falha neste planejamento. Por que duplicar o custo político e financeiro?

Quando a virada de 1973 para 1974 ocorre, a imprensa de estados vizinhos já começa a tratar a entrada da Paraíba no Nacional daquele mesmo ano como certa, afinal, apesar dos conflitos já era sabido nacionalmente a idealização de um novo estádio. O nome do Treze circulava entre os possíveis novos clubes a ocuparem uma vaga para o Nacional de 1974, que contaria com quase meia centena de equipes. Observando a movimentação paraibana, o jornal potiguar O Poti trazia em sua leitura, uma franqueza quase didática, onde já previa as dificuldades que o futebol paraibano viria a enfrentar caso conseguissem a tão sonhada vaga, e adiantava que teriam que lidar com o novo “leilão” dos clubes para o Campeonato Brasileiro daquele ano:

Dos novos clubes, o Treze é que deverá sofrer maior inflação. Isto porque o futebol paraibano esteve marginalizado [...] Afinal, o Estado faz sua estreia no Nacional. Quando isso acontece, entram Prefeito, Governador, que querem ajudar a “defender o nome do nosso Estado”. [...] Aí, entra a política no futebol. Políticos influentes tentam junto a diretores de grandes clubes do Rio e São Paulo – conseguir bons reforços para “o clube pelo qual torço”... (O Poti, 05 jan. 1974).

Interessante é que o Treze, inicialmente cotado para assumir a vaga, logo depois recebe um banho de água fria, deixando a relação entre o seu presidente e o presidente da federação pernambucana bastante tensa. A inserção da Paraíba no cenário nacional não se deu apenas através das disputas internas entre João Pessoa e Campina Grande. Havia, também, uma complexa rede de hierarquias regionais, na qual a figura de Rubem Moreira, presidente da Federação Pernambucana de Futebol (FPF-PE) e vice-presidente da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) para o Norte-Nordeste, exercia uma influência que oscilava entre a “apadrinhagem” e uma possível interferência indesejada. Em fevereiro de 1974, às vésperas da definição dos participantes do Campeonato

Nacional, a tensão transbordou para as páginas dos jornais. Genival Leal Menezes, então presidente da Federação Paraibana de Futebol, acusou publicamente Rubem Moreira de falta de prestígio junto à CBD para garantir a vaga paraibana, além de criticar uma suposta ingerência nos assuntos domésticos. A resposta de Rubem, veiculada pelo Diário de Pernambuco, revela as engrenagens dessa política de bastidores. O dirigente pernambucano, demonstrando surpresa com as críticas daquele que chamava de "leal e querido amigo", defendeu sua atuação histórica como o articulador da entrada da Paraíba na modernidade do futebol:

Nunca procurei me meter nem decidir os assuntos do futebol paraibano. [...] Há um ano que venho insistindo com ele para sensibilizar o Governo da Paraíba a ter um clube no CN. Fui diversas vezes a Campina Grande no sentido de sensibilizar o prefeito neste sentido. Levei João Havelange a Campina, levei o general Elói Menezes, tudo com a finalidade de ver a Paraíba também no CN." (Diário de Pernambuco, 1 de fevereiro de 1974 – Segundo Caderno, p.3).

A fala de Rubem Moreira expõe a dependência política da Paraíba em relação aos "vizinhos maiores" naquele período. Ele se coloca como o fiador político que levou as altas patentes a exemplo de Havelange e o General Elói Menezes ao interior paraibano. Mais do que isso, Rubem Moreira utiliza a assinatura dos contratos dos estádios (Amigão e Almeidão) como prova de sua benevolência e influência, afirmando ter sido convidado "para assistir à assinatura dos contratos do projeto para construção dos estádios de João Pessoa e Campina Grande, onde coloquei minha assinatura como testemunha do esperançoso ato para o futebol paraibano" (Diário de Pernambuco, 1 de fevereiro de 1974 – Segundo Caderno, p.3).

O episódio também mostra a confusão administrativa que reinava na CBD. Rubem Moreira admitiu ter sido pego de surpresa com a inclusão de oito novos clubes no certame de 1974, uma vez que a diretoria da entidade, sob orientação do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Desportos (CND), havia sinalizado cortes orçamentários para passagens aéreas. A "ciumeira aos novos convidados", conforme descrita por Rubem, se referia ao temor de que a Paraíba ficasse de fora da partilha política do futebol nacional. Por fim, a resposta de Rubem Moreira aos descontentes da Paraíba, mais especificamente aos dirigentes trezeanos, foi de reforçar que seu cargo fora validado pelos próprios críticos em eleições passadas. A resposta era de certa forma um modo de "peitar" as críticas, principalmente quando o mesmo finaliza desafiando os dirigentes paraibanos a buscarem outra liderança regional:

Minha gestão como vice da CBD termina em janeiro de 1976. Eles podem pensar, já, no vice-presidente dessa área, para que possa, com seu prestígio, dentro da CBD, atender a todos os problemas domésticos de suas Federações" (Diário de Pernambuco, 1 de fevereiro de 1974 – Segundo Caderno, p.3)

Genival seguia bastante desapontado com Rubem, e o acusava ainda de só “falar grosso” com clubes, representantes e federações do Nordeste. A partir de uma manchete do correspondente Márcio Correia Neto, o mesmo comentava como o futebol paraibano continuava em pé-de-guerra com o presidente da Federação Pernambucana de Futebol, Rubem Moreira, principalmente após a não inclusão do Treze no Nacional de 1974, mesmo alguns outros veículos de comunicação já terem escrito sobre a possibilidade do “galo” entrar naquela edição:

[...] Afirmando que Rubem Moreira não tem poderes para interferir em cento nenhum a respeito, mas tão somente que deu, por ocasião da assinatura dos contratos para construção de um estádio de futebol na Paraíba, só apoio, o presidente da Federação Paraibana de Futebol, sr. Genival Leal Menezes, disse ontem que o seu colega pernambucano abre boca quando aqui, mas se esquece na CBD fala fino, como o mesmo já viu. O presidente da Federação Paraibana protestou, ainda, que Rubem Moreira pagará caro pelos seus erros, pois agora ninguém o perdoa, mesmo que ele não tinha dito, como diz, interferência direta na não inclusão do Treze no Certame Nacional de 1974, e também porque se meteu em coisas fora de sua competência. Genival Leal Menezes enviou telegrama à CBD solicitando mais informações sobre a exclusão do Treze do próximo CN. (Diário de Pernambuco, 1 de fevereiro de 1974, Segundo Caderno, p. 3.)

Se o conflito interestadual se complicava, o intermunicipal finalmente parecia ter sua novela chegando ao fim. Bom, é verdade que sob um custo muito alto, mas com um futuro ao menos bem mais transparente ao público envolvido. O Diário da Borborema noticia a suposição que rondara por alguns meses, narrando a nova notícia como uma decisão “salomônica”:

Depois de muito refletir e no auge das discussões, o Chefe do Executivo dá uma de Salomão: em vez de um, dois estádios, agradando gregos e troianos (...). A construção simultânea dos dois estádios, (...) se justifica até por uma peculiaridade da Paraíba: a existência de duas cidades importantes, próximas, prósperas e vibrantes” (Diário da Borborema, 8 mar. 1974, p. 15).

Nessa conciliação entre “gregos e troianos” que reconhece e, ao mesmo tempo, tenta neutralizar a rivalidade capital/interior como risco político, evidentemente não seria uma análise que notariam apenas os paraibanos. A mesma crítica aparece, inclusive, como comentário irônico no Diário de Pernambuco, acompanhada por uma charge e um texto

de Diogenes Brayner, intitulado “Oito, não oitenta” que enquadra a solução como hipóbole política:

“Oito, não oitenta” (coluna) Quando o então governador João Agripino prometeu a João Pessoa a construção de um hotel de categoria internacional, o paraibano viu nas palavras do chefe do Executivo o exagero peculiar ao sertanejo. Quando o atual governador Ernani Sátiro anunciou a edificação de um grande estádio de futebol em João Pessoa, capaz de levar a Paraíba ao concorrido Campeonato Nacional, os paraibanos olharam da mesma maneira, no exagero de sertanejo. Como na Campina Grande protestou e a capital se manteve firme no privilégio da preferência, o sr. Ernani Sátiro resolveu construir um em cada cidade, comprovando o exagero e assegurando sua média política tão duramente conquistada – da na Rainha da Borborema. Agradecidos, os desportistas de Campina Grande e João Pessoa resolveram homenagear o governador, colocando o seu nome nos dois estádios. Em Campina, será “Ministro Ernani Sátiro”, em João Pessoa, será “Governador Ernani Sátiro” – constituindo-se, entretanto, em um outro exagero e com visíveis possibilidades de enlouquecer qualquer ouvinte durante as transmissões de jogos que possivelmente serão feitas em 1975. Não houve objeção por parte do homenageado e isso significa que a idéia foi aceita. Uma coisa, porém, fica patente: um Ernani Sátiro pode ser bom, mas dois, sinceramente, complica. (Diogenes Brayner). (Diário de Pernambuco, 12 maio 1974, p. 2).

Se para o cronista a duplicidade “complicava”, para o governo a complexidade já havia saído do campo da retórica e aterrissado no concreto – literalmente – meses antes. No plano da execução, o Jornal dos Sports já registrava a obra não mais como promessa, mas como um pacote técnico robusto e ambicioso. Em março daquele ano, o contrato de construção já havia sido assinado, colocando os trabalhos à frente da empresa vencedora da concorrência, a SEEBLA (Serviços de Engenharia Emílio de Baumgart Ltda.) e também do já reconhecido engenheiro Gil César Moreira de Abreu, que também participou da construção do “Albertão” em Teresina-PI e do “Mineirão” em Belo Horizonte-MG.

A SEEBLA, em anúncio veiculado ao Diário da Borborema, despiu-se de qualquer modéstia ao afirmar que, com a entrega dos estádios paraibanos, a empresa completava “cerca de 2.500 projetos executados”, atuando desde complexos esportivos até a petroquímica. A nota publicitária, em tom de celebração, assegurava que “tudo foi previsto para propiciar ao público [...] todo o conforto e segurança possíveis” (Diário da Borborema, 1974 apud Ferreira, 2022, p. 112).

De fato, dificilmente se veria modéstia (em qualquer das partes envolvidas) no processo da construção, visto que o próprio projeto não economizava na monumentalidade. E isso em ambos os casos: previa-se capacidade inicial para 40 mil

espectadores, com a meta final de 70 mil. Mais do que arquibancadas, o descritivo vendia a imagem de um complexo multifuncional moderno, equipado com "restaurante, departamento médico completo, 16 bares" e instalações que prometiam colocar a Paraíba na vanguarda esportiva (Jornal dos Sports, 15 mar. 1974, p. 3).

Essa megalomania governamental somada com a das empreiteiras, porém, foram recebendo algumas doses de cautela, pois já no início, receberam um “balde de água fria” vindo do Rio de Janeiro. O Conselho Nacional de Desportos (CND) telegrafou ao governador Ernani Sátiro comunicando que o pedido de auxílio financeiro para os estádios "somente poderá ser apreciado no segundo semestre do corrente ano" (Diário de Pernambuco, 17 de março de 1974). Fato este que atrasou alguns planejamentos.

A notícia caía como uma bomba, afinal a conjuntura era de asfixia orçamentária, com o "Milagre Econômico" dando sinais de fadiga e uma guerra fiscal de bastidores entre os estados do nordeste e o ministro Delfim Neto. Sem a verba federal imediata, o governo estadual via-se obrigado a alguns malabarismos contábeis para que as máquinas em João Pessoa e Campina Grande não parassem. Com toda a experiência que acompanhava o governador, sabia-se, porém, que não havia a cogitação de voltar atrás em suas decisões.

A decisão política de manter as duas obras seguia gerando repercussão nacional. Meses depois, em outubro, a solução "salomônica" de Ernani Sátiro ainda ecoava na imprensa carioca, agora sob a ótica crítica da viabilidade futura. A crítica ao “excesso”, ou melhor, à solução “salomônica” que produziria elefantes brancos não foi uma comparação e crítica unicamente feita pelo *Diário da Borborema*. Em coluna do Jornal dos Sports, além de criticar a quantidade de clubes em um campeonato desorganizado, comentou também sobre a decisão de Sátiro:

Galinha brasileira: Por tudo isso é que vamos fazer nossa omelete com ovos de galinha nacional. Isto é: jogar aqui, ganhar dinheiro por aqui, e promover um campeonato nacional incrementado. E está sendo até cogitado para ter sua abertura no dia 7 de setembro de 1975. Nacional mesmo, não? E sobre o Nacional-75, não me preocupam os clubes que nele vão ser inscritos. Quarenta ou sessenta, tudo é contornável se dividirmos o Brasil em zonas geográficas para os jogos. Temos é que evitar a revoada dos times do eixo Rio-S. Paulo. Mas quem tem culpa se o meu amigo Governador Ernani Sátiro não resistiu às pressões e levantou 2 estádios na gloriosa Paraíba? Cansei de lhe dizer: “faça um estádio numa das cidades (na rivalidade mortal entre João Pessoa e Campina Grande) e na outra construa um moderno centro esportivo, liderando o norte-nordeste. Ernani Sátiro deu uma de “Salomão

brasileiro”: mandou fazer 2 estádios que vão viver às moscas e a falência do futebol paraibano já avisou que chegará no próximo avião... (Jornal dos Sports, 5 out. 1974, p. 2).

Aos poucos, a incerteza começava a dar lugar a um calendário oficial com as primeiras programações. Ainda em outubro, já se tratava as inaugurações como favas/peças garantidas para o ano seguinte. Noticiava-se que "em março do ano que vem, dois novos estádios serão inaugurados na Paraíba", definindo-se o dia 8 para Campina Grande e o dia 9 para a capital. O *Jornal dos Sports* também registrava a curiosa disputa de batismo: ambos os estádios levariam o nome de Ernani Sátiro, um como Governador e outro como Ministro. Como é de costume do folclore do futebol brasileiro e seus apelidos de estádios, em Campina, nascia o "Amigão", e em João Pessoa, o "Satirão" (Jornal dos Sports, 10 out. 1974, p. 7).

Com os apelidos caindo na boca do povo e a estrutura física ganhando forma, a preocupação do governo voltava-se para como e o que se entregaria. O planejamento não poderia obviamente ser modesto; precisava de grife nacional. No final de outubro, o *Jornal dos Sports* já detalhava a logística do evento, confirmando a presença de um gigante carioca para batizar os gramados paraibanos: "O Botafogo inaugura dois estádios de futebol, na Paraíba. Joga dia 8 de março em Campina Grande e, dia 9, em João Pessoa". O final do trecho é interessante também, porque a intenção era de organizar algo impensável hoje, que é a de disputar duas partidas em dois dias, em duas cidades diferentes, e como era de se imaginar, precisava, claro passar pela burocracia da CND para autorizar tais condições (Jornal dos Sports, 30 out. 1974, p. 2).

Se as primeiras conversas e propostas apresentadas por Ernani Sátiro à CBD e a João Havelange, à época presidente da CBD, foram rejeitadas, agora o projeto além de autorizado e iniciado, recebia elogios do mesmo João Havelange, agora ex-presidente da CBD (mas que ainda possuía considerável poder) e braço direito dos militares, que havia sido recém-eleito presidente da FIFA e veio às cidades de Recife, João Pessoa e Campina Grande. Nesta vinda de Havelange, até promessa ao presidente do clube Guarabira foi feita, segundo o jornal *A União*, segunda a qual seriam feitas doações com ajuda da CBD para a reforma de seu pequeno estádio³⁸. No período próximo de sua inauguração, em 1975, Havelange diz que "Ernani deu à Paraíba dois estádios magníficos" (UNIÃO, 9/12/1974). No processo de propaganda *A União* prossegue com os seguintes dizeres:

³⁸ A UNIÃO, 4 de dezembro de 1974, p. 7.

Os Estádios de João Pessoa e Campina Grande são frequentemente citados pelo presidente da FIFA, em suas entrevistas concedidas à imprensa do Sul do país. Quando isso acontece, e acontece sempre, o sr. João Havelange enaltece os esforços do governador Ernani Sátiro, a fim de propiciar a entrega de obras em março de 1975, conforme ele próprio disse aos jornalistas paraibanos, em sua visita de sábado. Com invulgar interesse por obras do gênero, o dirigente do futebol mundial costuma falar, com pontas de orgulho, que “hoje somos reverenciados no mundo como o país de melhores estádios” – fato que divulga como de alta significação para os seus 18 anos de direção da Confederação Brasileira de Desportos. No Brasil – revelou – pode-se colocar nos estádios, em jogos realizados ao mesmo tempo, mais de dois e meio milhões de pessoas. Isso é fato único no mundo e quase uma glória para nós. (A UNIÃO, 08 dez. 1974)

Esta edição do jornal A União dedicou uma página inteira para ecoar a “bênção” do dirigente máximo do futebol, transformando a megalomania em estratégia geopolítica. Ao afirmar que o Brasil se tornara o “País dos Melhores Estádios”, Havelange validava o esforço de Ernani Sátiro perante a opinião pública nacional, sugerindo uma sinergia perfeita entre o concreto paraibano e o prestígio mundial da FIFA.



Figura 8: João Havelange visita os estádios da Paraíba juntamente aos responsáveis pelas obras, em especial do superintendente da SUDEPAR. (Jornal A UNIÃO, fev. 1975)

Antes de prosseguir, se faz importante abrir um parêntese: em 1974 ocorre em um momento de profunda inflexão na história da ditadura empresarial–militar brasileira e no cenário geopolítico global. No plano internacional, 1974 é o marco da "Terceira Onda" de democratização, como teorizado por Samuel Huntington, onde a Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974, em Portugal, derrubou o salazarismo, e as lutas de libertação nacional em África, nos países de Angola, Moçambique e Guiné–Bissau acelerou o processo de descolonização, representando os primeiros esforços na Europa para responsabilizar criminalmente os agentes de ditaduras, inaugurando uma nova era no debate sobre direitos humanos.

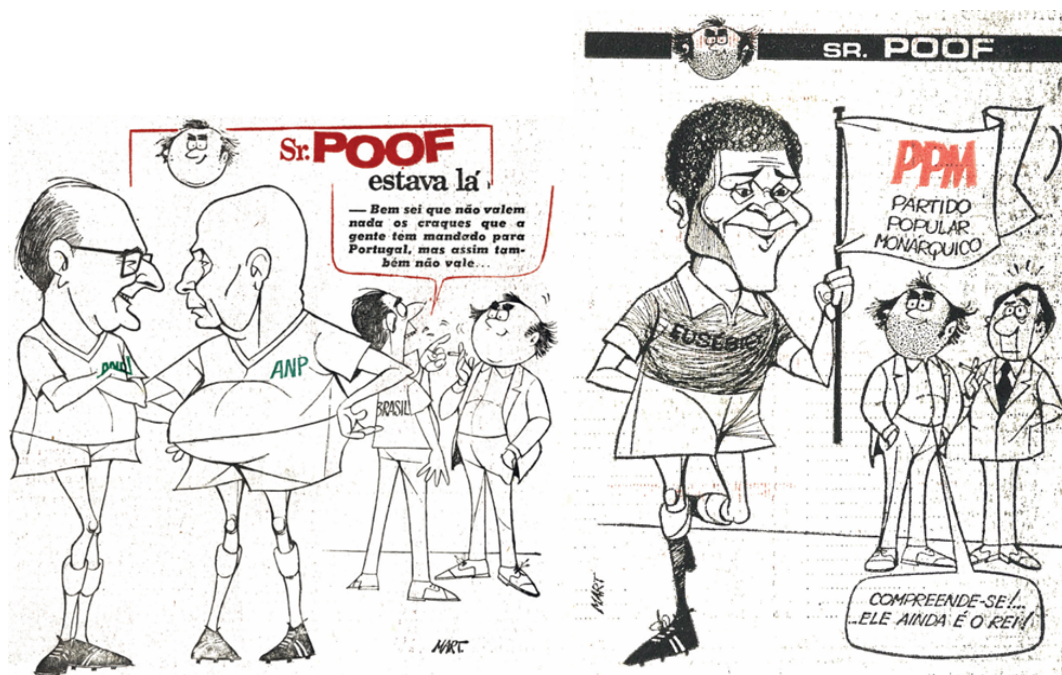


Figura 9: "Marcelo Caetano (pres. do Conselho) e Américo Tomás (pres. da República) são enviados para o exílio no Brasil, mercado tradicional de recrutamento de futebolistas para os clubes portugueses. A Bola, 25 maio 1974, nº 4281" (Descrição da imagem feita pelos autores Nolasco e Pinheiro, 2022,p.7)

Figura 10: Charge do "Sr. Poof", satirizando o período de novos partidos pós-25/04. Eusébio, "rei" do futebol português e do Benfica, aparece com sua proposta de "monarquia". A Bola, junho 1974. nº 4298 apud Nolasco e Pinheiro, 2022.

No Brasil, a nova promessa era de uma "abertura lenta, gradual e segura", anunciada pelo recém-empossado Ernesto Geisel. A repressão não deixou de existir, afinal a Granja do Terror em Campina Grande e outros centros de tortura na Paraíba e no país ainda se mantinham bastante ativos, sem medo de praticar seu terrorismo de Estado, e não por acaso, no ano seguinte, as denúncias de tortura, que já circulavam internacionalmente desde o início da década através de relatórios da Anistia Internacional

e de discursos de exilados como Dom Helder Câmara, atingiam seu ápice com os assassinatos de Vladimir Herzog (1975) e Manuel Fiel Filho (1976) nas dependências do DOI-CODI em São Paulo.

Nesse terreno permeado por discursos de mudança e abertura, novas formas de oposição, como a imprensa alternativa, ganham fôlego para desafiar as narrativas oficiais. O Brasil vivia, portanto, sob um duplo signo: o de uma liberalização tutelada, que permitia ao MDB avançar nas eleições, e o da continuidade do terror de Estado. É precisamente nesta conjuntura de fissuras e contradições que a imprensa alternativa brasileira vive seu momento de maior efervescência, a "sexta vaga" descrita por Bernardo Kucinski:

A partir de 1974, quando os primeiros presos políticos com penas já cumpridas reintegram-se à vida civil através da imprensa alternativa, os jornais incham e se multiplicam. Surge, assim, uma sexta vaga, em pleno colapso do milagre econômico, constituída de projetos ambiciosos, como VERSUS e MOVIMENTO, nos quais predomina o ativismo político. (Kucinski, 2001, p. 19).

Na Paraíba, é neste cenário que, ainda em 1973, surge em João Pessoa o jornal *O Momento*, fundado por Jório de Lira Machado, um dos jornalistas perseguidos em 1964. Como descrevo em meu Trabalho de Conclusão de Curso, o jornal *O Momento* não estava atrelado diretamente ou financiado por nenhuma organização específica, desde as permitidas pela ditadura até mesmo pelos movimentos de esquerda revolucionária ou trabalhista, mas fazia seu papel de questionador com relação aos políticos Arenistas, em especial do governador Ernani Sátiro (BANDEIRA, 2023).

O semanário *O Momento* pertencia então à chamada imprensa alternativa paraibana e tinha caráter crítico ao governo do estado e à ditadura de modo geral. Na contramão dos elogios às construções dos estádios, o jornal avisava, há um longo tempo, sobre os problemas na sua construção. As críticas mais fortes ocorreram em momentos como o da descoberta da venda das ações da Petrobras para a construção dos estádios e a inconclusão da obra em meio à sua inauguração. Alguns exemplos de críticas à construção são:

Quarenta milhões custará o estádio de João Pessoa (apelidado de Satyrão) e quarenta milhões o de Campina Grande (já batizado de Amigão). São 80 milhões ao todo, dinheiro que daria para construir quase 80 colégios oficiais. [...] Os gastos com essas novas salas não chegaram a 8 milhões de cruzeiros [...] Enquanto isso, a Capital vai ganhar um estádio com capacidade para 70 mil pessoas, quando o maior

público registrado até hoje em João Pessoa foi de 15 mil. (O Momento, 24 fev–02 mar, 1975)

Prevendo os estádios como futuros “elefantes brancos”, o jornal previa o exagero exibicionista que buscava o governo ao construir essa monumentalidade dos estádios. A denúncia ganhava concretude na comparação com outros setores prioritários do estado:

O que representam esses estádios para a Paraíba, a ponto do governo desfaltar o erário da importância de 16 bilhões de cruzeiros antigos [...]? Acreditamos que bem pouca coisa, um luxo desnecessário, uma obra de fachada [...] Em João Pessoa, principalmente, todos acompanharam o drama das mães de família enfrentando filas extensas nas portas dos estabelecimentos oficiais em busca de uma vaga para matricular seus filhos, sem conseguir. (O Momento, 24 fev–02 mar, 1975, p. 3)

A desproporção apontada pela imprensa alternativa ganha contornos ainda mais nítidos quando confrontada com os dados do próprio balanço oficial do governo. Valber Nunes (2019), utilizando-se das fontes de livro “Obras e Realizações do Governo Ernani Sátiro” (1974), destaca que o custo estimado apenas para a construção dos dois estádios (Cr\$ 80 milhões) equivalia a mais do que todo o investimento realizado no saneamento básico de cidades interioranas (Cr\$ 70 milhões) e aproximava-se perigosamente do montante destinado à Eletrificação Rural (Cr\$ 105 milhões) em todo o estado (p.180).

Pressionado pelas críticas de que estaria erguendo monumentos à própria vaidade, o governo articulou uma defesa baseada no populismo clássico, mirando na transferência da responsabilidade para as “massas”, e para além do discurso pós-desastre da inauguração – que será visto no subcapítulo seguinte – onde viria a chamar o povo de “o melhor juiz³⁹”, em editorial inflamado, o jornal oficial A União antes mesmo da inauguração, rebatia as acusações de personalismo alegando que a batuta de comando não estava com o governador, mas com a “voz das ruas”. Segundo o mesmo jornal, os nomes “Amigão” e “Satyrão”, por exemplo, não eram imposições a mando do governador, que segundo o próprio jornal nem organizou as “auto-homenagens”, nem mesmo seus “seguidores” políticos mais fieis, mas um desejo verdadeiramente popular:

É conveniente salientar que o governador Ernani Sátiro não baixou qualquer decreto, dando a si mesmo o nome dos estádios. A Sudepar é que acolheu o pronunciamento do povo, desde logo aceito pela imprensa. [...] Ninguém arrancará seu nome de nenhuma dessas obras, qualquer que seja a denominação oficial porventura adotada.' (A União, 9 de março de 1975, p. 1).

³⁹ Mais especificamente é dito: “O culpado, portanto, todos sabem quem é. Prossegue a nota: ‘O povo, o melhor juiz, saberá julgá-lo’”. A UNIÃO, 16 de março de 1975.



Figura 11: "Você é o melhor juiz" (A União, 15 mar. 1975)

A disputa pelos nomes dos estádios concentrou, em poucos dias, aquilo que vinha se acumulando desde 1973, desde o já proposto debate iniciado por Inácio Pedrosa bem no início das conversas e idealização dos estádios – neste caso, do então ainda único estádio imaginado. Se para a ala governista, se buscava converter a obra em gesto “do povo”, a oposição (e não necessariamente menciono o MDB como unidade) buscava expor a maquinaria administrativa que conduzia essa narrativa. O argumento da espontaneidade popular funcionava como escudo, mas Ruy Gouveia seguia com suas críticas:

Na opinião de muitos deputados, a alegação do arenista Evaldo Gonçalves, de que a escolha do nome do governador para os dois estádios fora uma inspiração popular e espontânea, não passou de aspiração articulada junto à SUDEPAR e a desportistas ligados politicamente ao Governo, com a interferência de auxiliares imediatos do sr. Ernani Sátiro. Para o deputado Ruy Gouveia, por exemplo, “se dependesse do povo, da vontade popular, Ernani não teria nem entrado no Palácio da Redenção, quanto mais nos Estádios”. No pronunciamento que fez sexta-feira, aparteado pelo deputado Evaldo Gonçalves, o parlamentar afirmou, entre risos das galerias e do plenário, que se o governador, em vez de designado, se submetesse às urnas jamais seria eleito. Disse ainda o sr. Ruy Gouveia que não sabia a quem atribuir a nota publicada por um matutino local, se à SUDEPAR ou ao próprio jornal, informando que estavam à venda ingressos para arquibancadas com sombra. “Ora”, observou ele, provocando mais risos, “como é que o Governo oferece sombra no estádio se nem as marquises estão prontas?”. E depois de explicar que o estádio de João Pessoa mal tem as gerais concluídas: “Só se amanhã e domingo não

nascer o sol na Paraíba, já que nesse Governo tudo é possível”...”. (O Momento, 10–16 de março de 1975, última página)

Como mencionado há parágrafos acima, o semanário O Momento constituiu-se na voz mais contundente da oposição a Ernani Sátyro. Foi a imprensa que de forma mais crítica agiu e atuou ao longo da década de 1970 e 1980 durante o período da Ditadura empresarial–militar. Para o oficialismo, é bem verdade que o espaço de crítica – e sendo a crítica direcionada a algo de tamanho orgulho a última gestão do governo, como era o caso das grandes obras –, quando feita nestes contextos, e questionando a viabilidade econômica ou técnica dos estádios, a interpretação geral do governo não era de que tal imprensa seguia um exercício de cidadania, ou que gozava de sua liberdade de imprensa, mas era interpretado como um grande ato de traição. A coluna “Imprensa Marrom”, veiculada em *A União*, desqualificava esses opositores como portadores da “pior das cegueiras”, transformando a dúvida técnica em falha de caráter, e qualquer dissonância era tratada como sabotagem:

Aí estão, por todo o Estado, os marcos de uma administração profícua e honesta. Se não os enxergam – ou fazem que não enxergam – são eles que, possuindo olhos, não querem ver [...]. Não se queira, portanto, por má fé ou facciosismo, transmitir essa cegueira à totalidade dos paraibanos.' (A UNIÃO, 8 de março de 1975).

Quando o calendário político muda e a sucessão no Palácio da Redenção se efetiva, a disputa em torno dos estádios ganha um segundo eixo: a credibilidade do próprio ex–governador. A obra passa a ser lida como legado e, simultaneamente, como indício – indício de competência, para uns; indício de excesso, para outros. A construção dos estádios não acontece em vazio, e a disputa sobre a obra já se mistura à luta pelo enquadramento moral do governante que a reivindica como assinatura. O debate vai se deslocando com força para a parte da execução: quem construiu, sob quais contratos, com quais prazos, com que tipo de propaganda empresarial e com quais concessões técnicas. O conflito que começou como briga por localização e nome desemboca então, por necessidade analítica, no terreno das empreiteiras e da “saga” construtiva – tema do subcapítulo seguinte.

3.3 “TORNANDO O PROGRESSO DA PARAÍBA UM FATO CONCRETO”: a saga das empreiteiras presentes na construção dos estádios “Sátyrão” e “Amigão”

A idealização da construção dos estádios foi o primeiro passo para uma das maiores jogadas propagandísticas da ditadura na Paraíba, um processo que se desdobrou não apenas na concretagem das arquibancadas, mas, de forma igualmente intensa, nas páginas dos jornais, conversas diplomáticas e nas negociações empresariais.

Como já mencionado, a construção dos estádios, nesse sentido, era o ato mais espetacular da engenharia propagandística do regime na Paraíba, um processo que se desdobrou não apenas nos canteiros de obras, mas, de forma igualmente intensa, nas páginas dos jornais. Tome-se, porém, a imprensa não como espelho transparente, mas como arena historicamente situada, atravessada por pactos, coerções e interesses. Construir a história da imprensa implica perguntar pelos silêncios e pelo que não pôde – ou não quis – ser dito (Barbosa, 2007, p. 15). Daí que, quando *A União*, *O Norte*, *Diário da Borborema* celebram “realizações” e “progresso”, interessa menos lê-los como descrição e mais como operação política: a obra pública como gramática de legitimação (Capelato, 1988). A análise da imprensa governista, nos meses e dias que antecederam as inaugurações, permite desvendar como a aliança empresarial–militar se materializava no discurso, transformando obras públicas em feitos de heroísmo corporativo e a engenharia em um instrumento de consagração política.

A leitura dessa “heroificação” não pode ser dissociada do arranjo estrutural que fez da repressão e do crescimento econômico duas faces de uma mesma política de Estado. A abertura dos chamados “anos de chumbo” como mencionado nos primeiros capítulos dessa dissertação não se deu à margem do impulso desenvolvimentista; ao contrário, foi o seu complemento coercitivo, na medida em que o slogan “segurança e desenvolvimento” condensava um pacto no qual a contenção dos conflitos sociais, o disciplinamento do trabalho e a criminalização da organização coletiva funcionavam como condição de possibilidade para a aceleração da acumulação capitalista (Mattos; Bastos; Barone, 2018; Campos, 2014; Napolitano, 2014). Quando o Estado se apresenta simultaneamente como quartel e canteiro, o estádio surge como monumento ideal: obra de alta visibilidade, condensadora de afetos coletivos e, por isso mesmo, especialmente eficaz para converter cimento em consenso.

A expressão que intitula este subcapítulo não é construção retórica minha, mas apropriação literal de peça publicitária veiculada em *O Norte* em 9 de março de 1975 (Vide Figura 12), quando a ENARQ (Engenharia e Arquitetura Ltda.) se apresentou como protagonista da modernização estadual sob a manchete: “A ENARQ deu a maior bola para o futebol paraibano – tornando o progresso da Paraíba um fato concreto”. No anúncio, a empresa buscava aderência popular e afirmava:

Agora, com a construção do Estádio Ministro Ernani Sátiro, a ENARQ – Engenharia e Arquitetura Ltda. mostrou que é realmente a maior em matéria de construção na Paraíba. Depois de realizar importantes obras como as Estações de Tratamento D’Água e Esgotos de João Pessoa e Patos, Mercado Público do Bairro dos Estados e a Via Expressa da Miguel Couto, faz agora um gol de placa construindo o Satyrão, antigo sonho de todos os paraibanos. (...) É imprevisível o tempo de duração de qualquer uma destas obras. Elas permanecerão impassíveis, assistindo ao passar do tempo (...) e, com toda certeza, a firma que as construiu também permanecerá na lembrança de todos aqueles que as utilizaram. (...) A argamassa, o concreto e o suor (...) servirão como um marco de progresso e civilização. (*O Norte*, 9 mar. 1975)

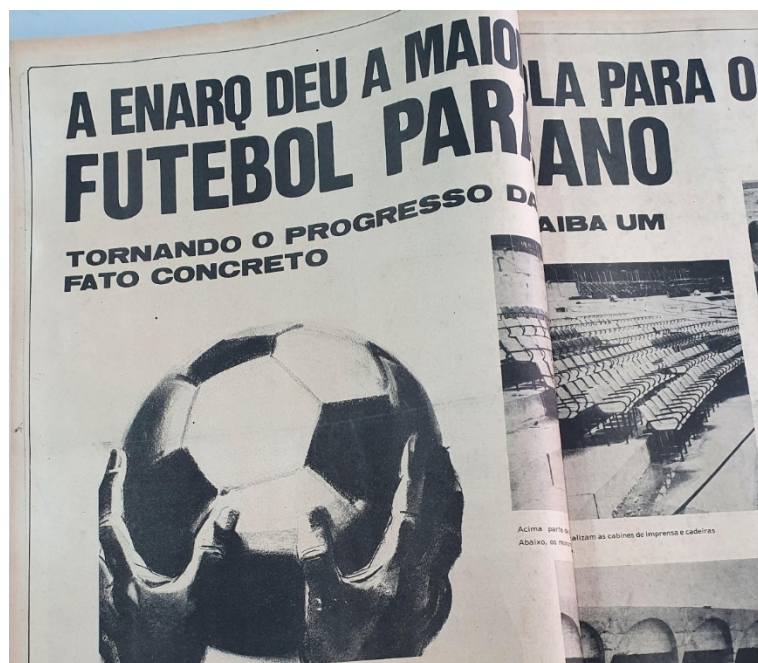


Figura 12: (*O Norte*, 9 mar. 1975)

No período do “milagre econômico”, já era possível perceber um novo padrão de intervenção estatal sobre o espaço urbano. A extinção da Fundação da Casa Popular e a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH), do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e a utilização da poupança compulsória do FGTS instituíram um fluxo permanente

de capital para a construção civil, convertendo-a em um dos setores mais dinâmicos da economia nacional. Em várias regiões do Nordeste, esse movimento foi potencializado pela atuação da SUDENE e pelos fundos regionais de desenvolvimento, que passaram a funcionar como um “PIN” que se estenderia também no seu processo de interiorização do projeto de modernização.

Na Paraíba, esse padrão de intervenção já se insinuava antes mesmo da dupla inauguração, especialmente na política rodoviária que articulou tecnocracia, Estado e empreiteiras de grande porte. No governo João Agripino, a pavimentação da BR-230 e a execução do “Anel do Brejo” evidenciaram uma dinâmica em que requisitos técnico-financeiros – apresentados como critério neutro – funcionavam como filtro de escala, afastando firmas menores e abrindo terreno para empresas com musculatura financeira, como a Camargo Corrêa, repetidamente vencedora e depois beneficiada por aditivos contratuais (Cittadino, 2006). A defesa contemporânea da “legalidade” ancorada na capacidade financeira (para manter ritmo de canteiro diante de atrasos de pagamento) revela o quanto a regra do jogo favorecia quem podia operar como credor informal do Estado (Cittadino, 2006, p. 217). Esse ponto é decisivo para o enquadramento historiográfico: ao mapear a presença de empreiteiros no aparelho estatal e sua proximidade com instâncias decisivas, Campos mostra como isso resultou em políticas altamente favoráveis às construtoras, com canais diretos no núcleo econômico do regime e intercessões em concorrências (Campos, 2018, p. 146–150). Sob esse prisma, a “neutralidade técnica” das licitações perde o verniz: torna-se parte da infraestrutura política do desenvolvimento autoritário – e, depois, da monumentalização esportiva.

Esse processo encontrou, durante o governo de Ernani Sátiro um terreno bastante fértil, visto sua ótima relação não só à ala mais “linha-dura” da ARENA e ao governo Médici, como também a imensa parte do empresariado regional e nacional. Como já mencionado ao longo do subcapítulo 3.1, grandes obras e transformações urbanas visíveis são um excelente meio de legitimação política. O “boom” de obras públicas – que incluiu estádios, rodovias, redes de abastecimento, equipamentos administrativos, campi universitários, conjuntos habitacionais e centrais de telecomunicações – nesse período, que não foi, claro, exclusividade de Sátiro, nem começou e muito menos terminou com o mesmo, redesenhou a paisagem urbana de João Pessoa e Campina Grande e consolidou um circuito regional de empreiteiras médias e grandes, responsáveis por capilarizar o projeto desenvolvimentista federal.



Figura 13: Estádio "Satyrão" em João Pessoa, ainda em construção no ano de 1974. (A União, 8 dez. 1974)

A publicidade das obras, contudo, não foi ornamento lateral: constituiu tecnologia política de legitimação, afinada com repertório nacional. Campos observa que as grandes intervenções da ditadura – suas “estranhas catedrais” – foram convertidas em emblemas de modernidade e peças de propaganda destinadas a provar capacidade de realização e associar poder à envergadura do concreto (Campos, 2014, p. 452). Na Paraíba, o roteiro se repete em escala estadual, com léxico quase idêntico.

Às vésperas do fim do mandato, o *Diário da Borborema* publicou caderno especial intitulado “1557 Obras”, em que o próprio governador condensa a narrativa oficial: “A ação foi a tônica. Construir e humanizar foi o meu lema (...) Os edifícios, as estradas, os estádios, as adutoras, são obras que vemos, tocamos e sobre elas caminhamos”, encerrando com fórmula que explicita uma chave do sucesso do projeto: “Polícia para garantir a ordem e a liberdade” (*Diário da Borborema*, 1 mar. 1975). Dias depois, a imprensa reafirma e convida o leitor a julgar o saldo do governo mediante imagens e listas de obras – Centro Administrativo, Assembleia, gráfica, rodovias, conjuntos residenciais, eletrificação rural, colégios polivalentes – e, novamente, os estádios como troféu maior do ciclo (*Diário da Borborema*, 15 mar. 1975). No periódico oficial, a comemoração dos “dez anos da Revolução” também foi instrumentalizada para exibir comparativos contábeis entre gestões, convertendo superávit, arrecadação de ICM e investimentos em índices de virtude política (*A União*, 31 mar. 1974). Nesse circuito, o

estádio não é apenas infraestrutura esportiva: é o objeto ideal para a retórica do milagre, porque permite que o governo se apresente como obra, festa e ordem – tudo no mesmo enquadramento.

A convergência entre Estado e construção pesada aparece não só em cifras e contratos, mas no gesto público – quase litúrgico – de agradecimento corporativo que sela reciprocidade do pacto. No encerramento do governo Sátyro, A União publicou saudação da Associação Paraibana dos Empreiteiros de Obras Públicas, que sintetiza com rara clareza a autopercepção do setor como coautor do período: “A Paraíba encerra hoje um período de sua história que se caracterizou no slogan construir e humanizar”, proclamando-se em seguida como congregação “daqueles que ajudam o Governo na grande obra de fazer a Paraíba mais forte e seu povo mais feliz” (A União, 15 mar. 1975). A peça torna visível o tecido empresarial mobilizado ao listar firmas que orbitavam obras públicas estaduais, entre elas a ENARQ – central na construção do “Sátyrão” – ao lado de outras construtoras que compunham o circuito local articulado ao fluxo federal de investimentos. Nesse ponto, a empreiteira deixa de ser simples executora: assume, discursivamente, o papel de agente histórico que se legitima pela obra e legitima o governo pelo mesmo gesto.

É nesse contexto que se afirmam as empresas mencionadas como a ENARQ (Engenharia e Arquitetura Ltda.), a PECAL (Construtora Pecal) e a CONE (Companhia Nacional de Engenharia), cuja atuação apresenta as múltiplas faces de uma modernização conservadora: a produção industrial de periferias precárias e a monumentalização institucional do saber universitário.

A ENARQ ocupa posição nevrálgica nesse processo. Formada no momento em que João Pessoa deslocava gradualmente seu eixo histórico do Sanhauá para a orla, mais especificamente entre os bairros Tambaú e Cabo Branco, a empresa simbolizava a nova era da engenharia empresarial. Registros da Assembleia Legislativa da Paraíba exaltam a trajetória de seus fundadores, como o engenheiro Hélio Gomes Magalhães narrando que o “espírito empreendedor” desses sócios ao ciclo de modernização da década de 1960 (Paraíba, 2005), coincidindo com a instauração do regime e o fluxo de capitais para a construção civil. A empresa se apresentou como pioneira da verticalização na capital, traduzindo a “racionalidade técnica empresarial” como marca de distinção – e, sob o ponto de vista político, como engrenagem útil para o consentimento: governante, obra e empresa privada passam a compor tríade simbiótica.

A atuação da ENARQ foi decisiva na introdução de novos padrões construtivos na capital paraibana, especialmente na produção de edifícios residenciais destinados à classe média ascendente do “milagre econômico”. Foi durante muito tempo, agente catalisador da nova morfologia urbana, contribuindo para a consolidação de um mercado imobiliário formal e para a redefinição da paisagem da capital. A ENARQ, porém, não se restringiu à produção imobiliária privada. Além da óbvia construção dos estádios aqui pesquisados e relatados, a empresa foi responsável por importantes obras públicas marcantes, entre elas a construção do Terminal Rodoviário de João Pessoa anos depois (1978–1979), projetado por Glauco Campello e José Luiz Pinho, e a execução de equipamentos de grande porte vinculados à política estadual de integração territorial⁴⁰.

Voltando aos dizeres do jornal *A União*, a empresa se posiciona e é apresentada como parte realizadora de um “antigo sonho de todos os paraibanos”, instrumento de um desejo coletivo para legitimar sua própria atuação. A metáfora do “gol de placa” se torna o complemento perfeito para a imagem. O futebol, aqui, não é mero ornamento retórico: é uma gramática política de massas. Ao traduzir engenharia em “gol”, a propaganda converte a obra pública em feito esportivo e desloca a discussão sobre custos, prioridades e beneficiários para o terreno do orgulho coletivo – operação especialmente eficaz num regime que precisava transformar o cimento em consenso e a inauguração em ritual de integração.

Para o projeto de Ernani Sátiro dar certo, dependia de uma estreita articulação com grandes empresas de engenharia, um padrão observado em todo o Brasil durante a ditadura. Como aponta Pedro Campos (2014), os militares operavam através de um “capitalismo de compadrio”, beneficiando um seleto grupo de empreiteiras. Essa gramática do “compadrio” se consolidou no núcleo econômico do regime, especialmente no período associado ao “delfinato”, quando se combinaram expansão do crédito, incentivos e dispositivos institucionais que reforçavam o protagonismo das construtoras nacionais. Campos registra que, favorecidos por acordos e linhas de financiamento e protegidos por mecanismos de reserva de mercado – em particular no contexto de

⁴⁰ A mesma empresa que edificava os marcos da cidade moderna foi responsável, simultaneamente, pela produção indireta de novas periferias urbanas. É o caso emblemático da Comunidade do Timbó, surgida a partir dos alojamentos provisórios e das áreas de extração de saibro utilizadas pela construtora durante as obras do Conjunto dos Bancários no final dos anos 1970. Encerradas as obras e desfeitos os alojamentos, trabalhadores e migrantes do interior passaram a ocupar a área escavada, dando origem a uma ocupação precária às margens do rio Timbó, marcada por riscos ambientais, ausência de infraestrutura e vulnerabilidade socioeconômica.

fechamento do Congresso após o AI-5 –, os grandes grupos de construção pesada acumularam condições para monopolizar obras públicas, obtendo lucros elevados e ampliando sua influência sobre os investimentos estatais (Campos, 2014). Trata-se do ponto em que o “milagre” se revela, simultaneamente, euforia estatística e concentração de capital: Napolitano lembra que o crescimento do PIB não se traduziu em fruição equânime dos benefícios, acompanhando-se de forte concentração de renda e precariedades persistentes, como perda de valor do salário real e indicadores sociais incompatíveis com a retórica de potência (Napolitano, 2014). Ao transpor esse enquadramento para o Nordeste, o estádio emerge como artefato emblemático: grande obra replicável, com alta visibilidade pública e capacidade de condensar a propaganda do desenvolvimento em linguagem popular, sobretudo quando revestida da simbologia do futebol.

O projeto arquitetônico dos estádios paraibanos ficou a cargo de uma das mais tradicionais empresas do ramo no país, a Serviços de Engenharia Emílio Baugmart S.A. (SEEBLA). Fundada em 1926 e pioneira no uso de concreto armado no Brasil, a SEEBLA, que fazia parte do mesmo tronco familiar dos Odebrecht, já havia projetado obras icônicas como o edifício *A Noite* no Rio e o estádio *Albertão* em Teresina.

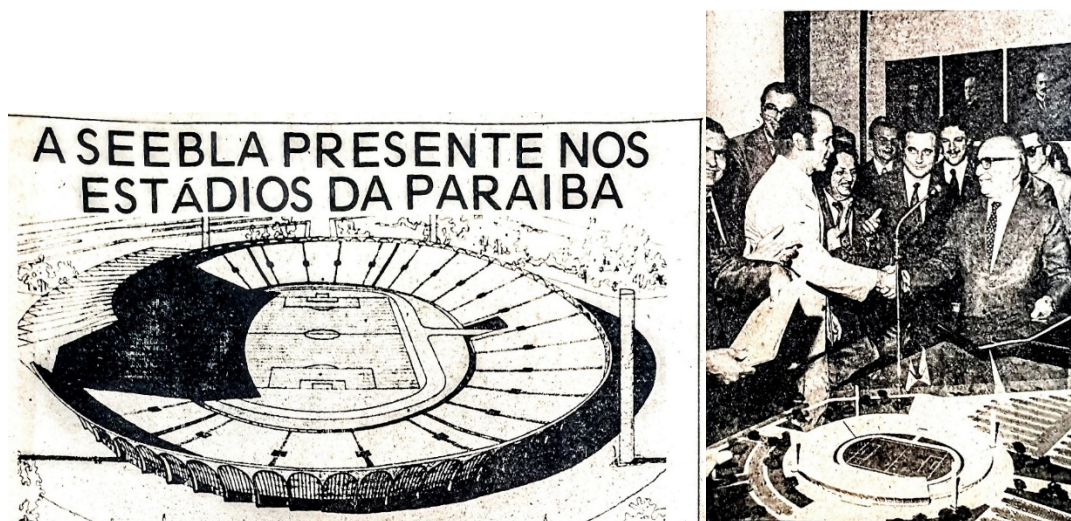


Figura 13 e 16: Propaganda de inauguração dos estádios paraibanos. Ernani Sátyro e representantes da SEEBLA se encontram juntos a maquete do projeto.

Em anúncio de página inteira veiculado no jornal *O Norte*, a firma mineira mostrava um portfólio de “quatorze projetos de estádios e conjuntos esportivos” pelo país. A propaganda listava intervenções no Piauí (Albertão), Alagoas e Maranhão. Aquela

arquitetura que agora também se fazia presente na Paraíba era mais um produto de prateleira, replicado em série para saciar a demanda das oligarquias nordestinas por símbolos de modernidade (O Norte, 9 mar. 1975, p. 5).

A execução das obras foi dividida: em Campina Grande, atuaram a PECAL e a CONE (Companhia Nacional de Engenharia); em João Pessoa, a responsável foi a ENARQ (Engenharia e Arquitetura LTDA), que já tinha forte presença no Nordeste. Ao término das obras, os jornais da época estamparam notas de agradecimento dessas empresas ao governador, celebrando a "majestosa" realização e reforçando a imagem de Sátyro como o grande benfeitor (Diário da Borborema, 9 mar. 1975). E se a ENARQ representava a face moderna e “vertical” da capital paraibana, a CONE (Companhia Nacional de Engenharia), responsável por parte das obras em Campina Grande e pela infraestrutura universitária, exemplificava a perenidade das oligarquias familiares transmutadas em capital técnico. Documentos analisados por Edjane Lago (2005) em estudo sobre a construtora revelam uma organização interna robusta, com diretorias técnicas controladas por irmãos (Marcos e Marconi P. Lago) que centralizavam a execução de obras institucionais. A CONE especializou-se naquilo que podemos chamar de "arquitetura do saber e do poder": foi uma das grandes executoras dos campi da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da futura Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Essa expertise em grandes vãos e estruturas de concreto aparente a credenciou para a obra dos estádios. A atuação da CONE foi apenas mais uma de tantos exemplos espalhados pelo país no início dos anos 1970, que permitiu que famílias tradicionais diversificassem seu poder político para o poder econômico das empreiteiras, aproveitando-se da expansão do ensino superior e das obras faraônicas do regime (Lago, 2005).

Por fim, o tripé desse complexo empreiteiro se completava com a PECAL que também operava com a construção de habitação em massa, e neste caso, financiada pelo BNH e atuando em diversos estados do Nordeste, de Alagoas ao Maranhão (Marroquim, 2017, p.21–22). Sua participação no cenário paraibano é marcada principalmente pelo episódio do conjunto Dique–Estrada, em João Pessoa – que apesar de iniciada na década de 1980, foi fruto da mesma lógica tecnocrática gestada nos anos 70. Segundo Lima (2016), ao analisar a produção habitacional no Nordeste, empresas como a PECAL especializaram-se na produção em série de unidades precárias, muitas vezes entregues

inacabadas (as famosas "casas-embrião"), transferindo para o trabalhador pobre o custo final da obra.

A política habitacional do BNH, operacionalizada por empresas como a PECAL, serviu muitas vezes para institucionalizar a precariedade nas periferias urbanas, sob o manto da modernização e da estatística de unidades entregues (Lima, 2016, p. 82).

A PECAL seguia a lógica da produção em série, onde a quantidade (número de unidades entregues) prevalecia sobre a qualidade habitacional. O "progresso" vendido por Ernani Sátyro tinha, assim, duas faces: uma de concreto polido e monumental para o espetáculo (os estádios), e outra de alvenaria crua e serializada para o trabalhador (os conjuntos habitacionais). Portanto, os agradecimentos dessas empresas nas páginas dos jornais – em especial o jornal *A União*, celebrando a "majestosa" realização de Sátyro, são também, atos de validação mútua.

Esse ponto é decisivo para que o “progresso” não seja confundido com melhoria social generalizada. Se a imprensa e os relatórios celebram crescimento, arrecadação e obras como sinônimo de modernização, a historiografia insiste em recolocar a pergunta incômoda: quem, de fato, desfrutou desse ciclo? Napolitano sublinha que a euforia do “milagre” foi acompanhada por concentração de renda e por indicadores sociais que desmentem a imagem de potência distribuída, com perda de salário real, mortalidade infantil elevada e ganhos majoritariamente apropriados pelos estratos superiores (Napolitano, 2014). Campos, ao seu modo, aponta que as inversões em infraestrutura não foram acompanhadas por investimentos equivalentes em saúde e educação, enquanto o avanço da acumulação convivia com expansão da precariedade e da desnutrição em larga escala (Campos, 2014). Assim, quando o governo paraibano alardeia superávit, aumento de receita e expansão do ICM como marcas de virtude administrativa (*A União*, 31 mar. 1974), e quando a imprensa exhibe “1557 obras” como prova material de um tempo de trabalho (*Diário da Borborema*, 1 mar. 1975), é preciso manter no horizonte que a monumentalização – inclusive a esportiva – foi também uma forma de gerir simbolicamente as contradições, convertendo desigualdade social em espetáculo de modernidade e comprimindo o conflito sob a linguagem da obra e da ordem.

O governador precisava das empreiteiras para "tornar o progresso um fato concreto", visível e inaugurável; as empreiteiras, por sua vez, precisavam do governador para manter o fluxo de capital que garantia sua expansão regional. O cimento que ligava os tijolos do Amigão e do Almeidão era, em última instância, composto por essa

argamassa política, endurecida pelo autoritarismo e polida pelo marketing do "Brasil Potência".



Figura 14: Ernani Sátiro visita obras do estádio de Campina Grande, o "Amigão". (Correio Braziliense, 26 nov. 1974)

Esse pacto não se exprimia apenas no canteiro, mas também em ritos públicos de consagração recíproca entre governo e frações dominantes. Em Campina Grande, a Associação Comercial aprovou a concessão do título de sócio honorário ao governador, justificando-o como reconhecimento pelos “serviços” prestados à cidade e entoando elogios que o descreviam como “o mais dedicado operário da Paraíba”, numa inversão simbólica em que o chefe do Executivo aparece como trabalhador-modelo do progresso (Diário da Borborema, 19 fev. 1975). No mesmo horizonte, a saudação da Associação Paraibana dos Empreiteiros de Obras Públicas, publicada no dia da transição para Ivan Bichara, transforma o lema “construir e humanizar” em marca histórica do período e se identifica explicitamente como parceira da “grande obra” de governo (A União, 15 mar. 1975). A própria reportagem que acompanha a saudação sugere o entrosamento com setores agrários modernizados ao divulgar a expansão produtiva da Usina Santa Helena após modernização tecnológica, projetando saltos de produção que funcionam como vitrine de um rural “atualizado” sem tocar nas estruturas sociais da terra (A União, 15 mar. 1975). Quando tais gestos são lidos em conjunto, tornam-se evidência de bloco: comércio, empreiteiras e agroindústria celebram o governo não por afinidade abstrata, mas porque a política de obras, incentivos e crédito lhes oferecia condições materiais de

expansão – ao passo que a ordem autoritária garantia o controle dos conflitos que poderiam atravancar o ritmo dessa acumulação.

A construção dos estádios, porém, não podem ser resumidas apenas ao lucro imediato das empreiteiras ou à propaganda política, principalmente sabendo da complexidade interdisciplinar que essa temática se envolve, e sabendo ainda o impacto que tais obras tiveram no tecido urbano recortado, especialmente o de João Pessoa. A localização do estádio Almeidão, distante do centro consolidado, obedeceu a uma lógica de planejamento estatal que visava forçar a expansão da malha urbana para a Zona Sul da capital.

Como analisa Gabriela Fernandes do Nascimento (2024), a "arquitetura do poder público" durante a ditadura não se limitava a edifícios isolados, mas funcionava como peça-chave em "tramas urbanas" desenhadas para reconfigurar a cidade, inserindo equipamentos de porte monumental em áreas periféricas para valorizar o solo e atrair novos contingentes populacionais. Nesse sentido, cada nova grande obra era pensada na ideia de conexão entre as mesmas, sempre focada em um projeto de expansão urbana incentivada pela ditadura empresarial-militar. A própria BR-230, impulsionada pelo Plano de Integração Nacional (PIN), por exemplo, foi fundamental para conectar obras estratégicas como o Distrito Industrial, o Campus da UFPB, a CEASA e o próprio estádio Almeidão (Oliveira, 2025), a sua maneira, ainda foi parte fundamental de uma infraestrutura necessária para viabilizar um projeto habitacional de escala de grandes proporções: o Conjunto Habitacional Ernesto Geisel⁴¹. Alexandre Augusto Bezerra da Cunha Castro destaca que, entre 1970 e 1979, a área de influência da rodovia cresceu 64,52%, um ritmo superior à média da cidade, consolidando a via não apenas como passagem, mas como "objeto chave na interligação da cidade antiga e dos novos espaços ocupados" (Castro, 2014, p,86–88).

A expansão para a Zona Sul foi consolidada pela política habitacional do BNH e da CEHAP, que implantaram grandes conjuntos habitacionais na região. Rodrigues destaca que, entre 1975 e 1979 – período coincidente ou imediatamente posterior à entrega dos estádios –, foram edificadas conjuntos fundamentais como o Ernani Sátiro, o José Américo e o Ernesto Geisel. Além do estádio Almeidão como o marco visual da região, foram conjuntos como esse que efetivaram a ocupação populacional,

⁴¹ Que segue com o mesmo nome até hoje.

transformando antigas áreas rurais e vazios urbanos em bairros densamente povoados e segregados do centro tradicional.

Nesse quadro, os estádios Almeidão e Amigão devem ser compreendidos como parte integrante dessa mesma engrenagem. Projetados pelo arquiteto Raul de Lagos Cirne e pela SEEBLA sob a engenharia de Gil César Moreira de Abreu, os dois equipamentos inserem-se na tipologia dos “estádios da ditadura”, caracterizados pela monumentalidade brutalista, pelo uso expressivo do concreto armado aparente e pela adoção de soluções estruturais arrojadas, como grandes marquises em balanço e pórticos monumentais. Os dois estádios seguem o mesmo partido arquitetônico, a mesma capacidade projetada e a mesma gramática brutalista, e do ponto de vista urbano, a implantação do Almeidão às margens da BR-230 sinaliza também a expansão da cidade para o eixo rodoviário, antecipando a ocupação de áreas então periféricas e estimulando novos vetores de crescimento. Os estádios tornaram-se ícones urbanos incontornáveis.

Em síntese, a análise integrada das empreiteiras ENARQ, PECAL e CONE, articulada à construção dos estádios Almeidão e Amigão, revela que a modernização urbana da Paraíba nos anos 1970, como em diversos espaços ou em qualquer outra área, não foi um processo neutro, técnico ou espontâneo. Foi uma modernização conservadora, conduzida de cima para baixo e executada por um complexo empreiteiro regional e orientada pela lógica da monumentalização política da ditadura. A pressa exigida pelo calendário eleitoral de Sátyro e o apetite das construtoras ignoraram o tempo de cura do concreto e da segurança pública, preparando o palco para que a celebração do progresso flertasse com a tragédia coletiva.

3.4. “Roma não se fez em um dia”: as inaugurações e o tumulto em João Pessoa

Em março de 1975, na Paraíba, condensou em poucos dias uma espécie de “micro-tempo histórico” em que futebol, obras públicas, liturgias cívico-religiosas, disputa institucional e administração do medo se interpenetraram com intensidade rara. A inauguração de duas praças esportivas de grande porte – uma em Campina Grande e outra em João Pessoa – para além de atualização urbanística e expansão do parque esportivo do Estado virou a atração do ciclo final de Ernani como governador. Era a grande novidade das cidades, e consequentemente da própria economia do noticiário (os títulos, o léxico, o lugar ocupado pelas matérias, o tipo de personagem que ganha centralidade). Tratava-se de um acontecimento de “alta política”, em sentido amplo, afinal era uma obra-ícone no ocaso do mandato de Ernani Sátiro. Com a transmissão do cargo para Ivan Bichara já agendada para 15 de março de 1975, as cerimônias transformaram-se em uma corrida contra o relógio político: o “Amigão” foi entregue em 8 de março e o “Sátirão” no dia seguinte, 9 de março. Eram, portanto, os atos derradeiros de uma gestão que buscava converter, na sua última semana, a obra-ícone em um capital simbólico duradouro.

Os novos estádios agora eram frutos dessa modernização e de capacidade realizadora do Estado, com o futebol sendo parte da instrumentalização de propaganda, de um catalisador afetivo, de espetáculo. O debate público sobre custos, “oportunidade”, legalidade administrativa, segurança da estrutura e disputa por nomes e homenagens era esperado, talvez não com tanta efervescência, de fato, mas mesmo assim, tudo caminhava para um futuro onde os pormenores tendiam a ser esquecidos e todas as obras devidamente nomeadas permaneceriam deixando o legado também nominado com as homenagens pensadas. Mesmo óbvio e explícito ao longo da dissertação, reforça-se que o debate não ocorria no vácuo, visto que toda a imprensa se encontrava sob a condição histórica de uma ditadura empresarial-militar, em que os limites do dizível, do criticável e do publicável são reordenados e, muitas vezes, recobertos por eufemismos, deslocamentos e acusações morais.

Para sustentar uma análise historiográfica minimamente rigorosa deste episódio, é preciso retomar ao que desde os primeiros capítulos foi mencionado sobre o princípio de leitura das fontes analisadas: jornais não devem ser tomados exclusivamente como depósitos de informação, mas como produtores de recortes, de verdade, de censura, de ditos e não ditos, enfim, de sentidos múltiplos em suas particularidades. Isto é, como parte

ativa das disputas que descrevem. Parte de sua realidade material e contexto. Em especial, quando se trabalha com imprensa em contexto autoritário (nem precisa necessariamente ser sob uma ditadura, mas principalmente em uma), a análise crítica precisa assumir que cada periódico possui posição, público, vínculo econômico-político, repertório de linguagem e graus de risco distintos. O contexto e a fonte condiciona o tipo de enunciação possível, e assim como foi feito principalmente nas análises do contexto da Paraíba, as fontes mobilizadas como jornal *A União*, *O Norte*, *O Momento*, *Correio da Paraíba*, *Diário de Pernambuco*, *O Poti*, *Jornal dos Sports*, etc, vão ter seu devido significado. Em termos metodológicos, a imprensa deve ser lida simultaneamente: como evidência de uma conjuntura (o que se noticiou, como, com que ênfase); como intervenção interessada (o jornal escolhendo vocabulários, atribuindo causalidades, distribuindo responsabilidades); como sintoma de limites impostos pelo contexto político (ditadura, aparato repressivo, autocensura, necessidade de prudência discursiva).

No plano estritamente futebolístico, o tom predominante era de expectativa pelo rito inaugural que viria ocorrer naqueles dois dias de março de 1975: a Paraíba se percebia, por alguns dias, atravessada por holofotes que raramente lhe eram concedidos. Nem mesmo a campanha do Auto Esporte no Brasileiro de 1959 ou os recém campeonatos paraibanos trouxeram a Paraíba com tantos holofotes.

A promessa – repetida em colunas e chamadas – era a de que se elevaria o futebol local a um novo patamar, como se a monumentalidade da obra pudesse operar, por contágio, uma modernização esportiva. É exatamente essa crença que a coluna “Roda Viva”, do semanário *O Momento*, decide satirizar, explorando a discrepância entre investimento, público e desempenho, transformando o ridículo esportivo em argumento político contra o desperdício e a propaganda:

Um detalhe; o Botafogo (também conhecido por Nove a Zero Futebol Clube) vai inaugurar o Satyrão, jogando contra o seu homônimo do Rio de Janeiro. [...] Este é o aguerrido esquadrão [...] que perdeu a semana passada para o Esporte de Recife, por nove a zero. Nove a zero, repetimos. [...] Como se pode, pois, justificar um investimento de 40 milhões de cruzeiros na construção de um estádio de futebol numa cidade que não tem uma equipe capaz de motivar a torcida, de levar a campo um número razoável de espectadores pelo menos para garantir uma renda para ajudar nas despesas de manutenção do gramado? (*O Momento*, 24 fev–02 mar. 1975, p. 3)

Ao ironizar o Botafogo–PB como “Nove a Zero Futebol Clube”, em referência à derrota recente contra o “Leão da Ilha”, a crítica não mirava no clube, que apesar do

“vexame” perdeu dentro das quatro linhas do jogo. O foco era no sentido social de se inaugurar um monumento em ritmo de palanque quando o “produto” futebolístico local não sustentaria, por si, a retórica do “salto civilizacional”, principalmente quando nesta mesma página, o semanário também alertava sobre a pequena média de público na cidade, que teve seu maior número quando Pelé fez seu “gol 999” na cidade e trouxe consigo 15 mil espectadores para o estádio da capital paraibana.

Fato é que os jogos para inauguração estavam marcados, e os amistosos tiveram um grande clube para tais eventos: o Botafogo da antiga Guanabara. O “fogão”, time ao qual o governador Ernani Sátyro simpatizava bastante quando morava na cidade do Rio de Janeiro, viria para a Paraíba realizar dois jogos em dois dias no mês de março, primeiro em Campina Grande contra o Campinense e no dia seguinte contra o seu “xará” Botafogo-PB. Por afeto futebolístico do mandatário, disponibilidade de agenda ou recursos, tudo isso acabou também sendo uma forma de nacionalizar e integrar o espetáculo.

A chegada do Botafogo da antiga Guanabara é narrada como acontecimento de prestígio nacional. Embora desfalcada de sua maior estrela, o lateral potiguar Marinho Chagas – que estava em negociações avançadas com o clube alemão Schalke 04 de Gelsenkirchen, e não pode participar nem dos jogos, nem das cerimônias ao qual também fora prometido receber uma homenagem por parte de membros da SUDEPAR (A União, 7 mar. 1975, p. 7) ⁴² – nada parecia afetar a ansiedade do público paraibano, afinal, o técnico do tri Zagallo, Dirceu e outros jogadores estariam presentes. A equipe do Botafogo desembarcou no Aeroporto dos Guararapes por volta das 17:30 horas foi recebida por dirigentes da SUDEPAR. A logística, embora confusa, era o que se podia fazer naquela época: a delegação viajou para João Pessoa, em ônibus especial, chegando por volta das 19:30 horas e se hospedou no Hotel Tambaú, para que somente no dia

⁴² A negociação acabou por fracassar e Marinho continuou jogando em solo brasileiro. Mas cabe aqui a nota de rodapé porque diferentemente do que estamos habituados a acompanhar no século XXI, esse tipo de transferência ainda era extremamente raro para o período. Poucos jogadores sul-americanos, e principalmente os grandes jogadores brasileiros costumavam sair do Brasil, mesmo que para grandes clubes europeus. Seja por questões logísticas, salariais, jurídicas (passe e contrato), de adaptação ou por regras da federação de cada país que proibia mais de um estrangeiro por clube (quase sempre preenchido por outro europeu, entre eles). Existiram casos marcantes já na época, de craques que traçaram esse trajeto, como o de Didi que foi ao Real Madrid, ou de Julinho Botelho na Fiorentina (este sendo considerado por muitos o maior jogador da história do clube), mas somente na segunda metade da década de 1970 tal êxodo chegou a dar passos maiores, mesmo que ainda vagorosos se comparado a “barca” de Zico, Sócrates, Júnior, Falcão, Toninho Cerezo e Batista anos depois, e em maior escala a nova onda pós-Lei Bosman que transformou de vez a relação exportadora de craques do “terceiro-mundo”.

seguinte viajasse para Campina Grande para enfrentar o Campinense, e então retornaria no dia seguinte para enfrentar o Botafogo da Paraíba (A União, 7 mar. 1975, p. 7).



Figura 15: No jornal A União, a charge que retrata jogadores do Botafogo-PB, brinca com a má Copa do Mundo disputada na Alemanha no ano anterior, em 1974, e pede para que jogue mal assim contra eles.

Na imprensa governamental e aliadas, a estratégia para garantir inaugurações de sucesso era blindar a obra inacabada contra os ataques da oposição, personificada principalmente na figura do deputado emedebista Ruy Gouveia. A SUDEPAR (Superintendência de Obras), ciente da precariedade dos estádios, tentou amenizar a situação e imagem do governo com uma campanha publicitária agressiva no Jornal da Paraíba, apelando para o patriotismo local:

O estádio, portanto, é seu. E de mais ninguém. Compete a você defendê-lo e apoiá-lo e sobretudo, cerca-lo de otimismo. [...] Depois disso, é tocar pra frente. A conclusão virá normalmente. O que é preciso é que você tenha sua fé inicial. Sem desânimo. Sem pessimismo. Na raça. (Jornal da Paraíba, 6 mar. 1975, apud Mendes, 2016, p. 60).

É transferida para o cidadão também a responsabilidade pela inauguração precoce, segurança e pelo sucesso da obra inacabada. A "fé" e "raça" são suplicadas onde deveria haver planejamento e engenharia concluída. O discurso tentava, preventivamente, desqualificar qualquer crítica técnica como "pessimismo" ou falta de amor à cidade, tática discursiva comum em todo o país nesse período. A coluna "A cidade e o novo estádio", do jornal A União, respondendo às críticas da chamada "imprensa marrom" e do próprio

Ruy Gouveia – que no dia 4 já havia alertado na Assembleia Legislativa que os estádios, em especial o de João Pessoa representava um perigo e alertava sobre a prematuridade da inauguração (Correio da Paraíba, 5 mar. 1975, p.1) –, recorreu a uma retórica de inevitabilidade histórica:

O futebol é mesmo a alegria de um povo e de uma cidade. A gente vai passando na rua e só ouve os comentários sobre o grande acontecimento esportivo de domingo próximo, quando será inaugurado o Estádio GOVERNADOR ERNANI SÁTYRO. Dizem que a nova praça de esportes ainda não está concluída e que a sua inauguração é prematura. **Mas Roma não se fez num dia.** O outro governante completará a obra, assim como ocorreu com o Hotel Tambaú (...) Lembra-se de Brasília? Quando foi oficializada, restava muita coisa para terminar. O negócio, pois, é inaugurar, desde que possa funcionar. Se fizermos um plebiscito consultando se o Estádio deve ser aberto ou não, fiquem certos de que haverá uma quase unanimidade pela abertura. (A União, 8 mar. de 1975)

É transferida a legitimidade da inauguração precoce para uma espécie de plebiscito imaginário, onde o povo aparece como avalista. Esse tipo de formulação é útil para a análise crítica porque mostra um mecanismo típico da imprensa oficial, que é o de transformar o “povo” em argumento abstrato para desativar o debate sobre responsabilidade pública. O tema “inacabado” deixa de ser problema de engenharia/finanças/planejamento e vira “desejo popular”, isto é, desloca-se do terreno técnico e político para o terreno afetivo e consensual.

Entre discussões acaloradas, acusações e defesas, o primeiro ato inaugural desse drama ocorreu em Campina Grande, no sábado, 8 de março de 1975. A cidade, marcada por fervoroso bairrismo, dessa vez estaria somente com uma das grandes torcidas da cidade presentes, a do Campinense, para apreciar seu time no Estádio Governador Ernani Sátiro ("O Amigão").

O espetáculo teve início às 14h, com apresentação de bandas marciais, desfiles e outras atrações. Sátiro chegaria ao estádio em pouco tempo, sendo recebido com aplausos pelos desportistas e por parte do público. Pouco depois, às 15h30, o mesmo governador seria o responsável por dar o pontapé inicial do jogo, registrado na Figura 17 abaixo:



Figura 16: Jornal A União, 9 mar. 1975, p.1

O jogo começaria com a seguinte escalação: por parte do time da casa, a “raposa” rubro-negra da Borborema viria a campo com Olinto; Edvaldo, Paulinho, Nanã (posteriormente substituído por Deca) e Agra; Vavá e Dão; Porto (substituído por Jorge Flávio), Pedrinho, Erasmo (substituído por Carlinhos) e Valnir.

No lado da estrela solitária da Guanabara, o alvinegro estava escalado com Wendell; Miranda, Osmar, Mauro Cruz (substituído por Chiquinho) e Dodô; Carbone e Ademir; Clenilson, Marco Aurélio (substituído por Fischer), Puruca (substituído por Rogério) e Nilson (substituído por Ferreti).

O Campinense fez um bom primeiro tempo, sendo elogiado pela imprensa paraibana. No segundo tempo, porém, foi a vez do Botafogo ter sua superioridade apresentada. No fim, “nem lá, nem cá”, e a primeira partida no estádio Amigão terminou sem gols em um feliz e amargo 0 a 0. O jornal *A União* ainda fez questão de criticar o árbitro Jarbas que apitava o amistoso. A renda total da inauguração foi de Cr\$ 129.715,00 (A União, 9 mar. 1975, p.7).

Apesar de algumas frustrações, o bom jogo, a considerável aparição do público campinense e o fato de não ter acontecido nenhuma tragédia, trouxe alguns elogios à estreia do Amigão, que aparentava estar mais organizado do que seu irmão da capital. Com isso, o diretório do Campinense Clube saudou a obra como “último passo para entrarmos na história”, celebrando a “coragem de realização” de Sátyro (Diário da Borborema, 08 mar.1975).

A inauguração do "Colosso" marcou o início de uma nova dinâmica urbana, deslocando o eixo de lazer para o bairro do Tambor, ao mesmo tempo que também evidenciou as contradições do lema "construir e humanizar". Os elogios a Ernani, agora um novo amigo da cidade, eram constantes, conforme registrado no caderno especial do jornal da época:

Hoje o último passo para entrarmos na história. [...] Pena, que o tempo seja algo tão insensível. Sempre nos arrebatando os nossos principais valores, nossas principais recordações. Mas, aqui deixamos registrado todo o nosso sentimento. Prova uma retribuição amorosa, a quem tanto pensou em Campina Grande. (Diário da Borborema, 8 mar. 1975 apud Ferreira, 2022, p. 115).

O tom laudatório da diretoria do Campinense, ao falar em "retribuição amorosa" ao governador, mostra o peso que não se desfazer alianças municipais com grande poder político pode causar na imagem pública. Mas apesar dos elogios constantes, as críticas também não cessavam, e essa afronta irritava o governo e defensores da gestão Sátyro. No dia 9, entre a inauguração do Amigão e do então Sátyrão, o jornal *O Norte*, mesmo sendo crítico a pontos exagerados dessa construção, publica no seu editorial intitulado “Estádio e Segurança”, uma tentativa de conter o que chamava de “psicose coletiva”, acusando a oposição de criar um cenário de guerra:

A inauguração desse Estádio veio precedida por uma campanha com objetivos nitidamente demagógicos, visando, antes de tudo, criar um clima de apreensão, suspense e insegurança [...]. Procurou-se fazer com a campanha contra o Estádio, um modo de atingir indiretamente o governador que o construiu [...]. Fomos, em todos os momentos, contrários à construção de Estádios da envergadura dos que foram erguidos, na Paraíba, simplesmente porque entendemos que a ocasião era inoportuna, o cenário público[Tentam] induzir a opinião pública [...] a um verdadeiro estado de pânico, ante a possibilidade de ocorrência de desabamentos [...], a ponto de acenarem até com a viabilidade de uma tragédia coletiva.' (O Norte, 9 mar. 1975, p. 4).

É nesse ponto que a engrenagem de contenção discursiva se torna visível. Parte da imprensa tenta rebaixar a crítica ao estatuto de campanha e demagogia, deslocando o problema do terreno da responsabilidade pública para o terreno do “clima psicológico”. Assim, o risco estrutural se converte em risco de boato; o debate sobre escoras e marquises passa a ser tratado como fabricação de pânico; e a oposição é descrita como agente de perturbação.

NOVOS COICES NO OCASO: Os gestos de hostilidade ao governador Ernani Sátiro não se esgotaram com os arreganhos do Tribunal de Contas, que, depois de quatro anos de aprovação entusiástica de todos os atos governamentais, vem agora investir contra um governador que se despede, depois de realizar uma das maiores obras administrativas já vista na Paraíba. [...] Como se não bastasse a ação de um semanário local⁴³, sem a menor expressão nem autoridade, cuja conduta é conhecida de todos; como se não bastasse o ato tardio e mesquinho do Tribunal de Contas, agora surgem dois deputados estaduais e apresentam projetos de lei, dando denominações aos estádios de futebol de João Pessoa e Campina Grande, não com o propósito de homenagear pessoas realmente dignas da homenagem, mas com a finalidade de dar coices no ocaso, como diz um dos nossos maiores escritores. É conveniente salientar que o governador Ernani Sátiro não baixou qualquer decreto, dando a si mesmo o nome dos estádios. A Sudepar é que acolheu o pronunciamento do povo, desde logo aceito pela imprensa [...]. Cumpre acentuar, no entanto, que o governador do Estado tem atribuição para baixar decreto, dando nomes dos próprios do Estado. Essa competência decorre dos termos expressos do art. 61 da Constituição do Estado. De acordo com esse dispositivo, o governador poderá exercer todas e quaisquer atribuições que não estejam, implícita ou explicitamente, reservadas a outro Poder [...] (A União, 9 mar. 1975, p.1. Editorial)

Essa inversão prepara o cenário para o momento seguinte: quando o tumulto efetivamente ocorre em João Pessoa, a chave interpretativa já está pronta, aguardando apenas um culpado.

No dia 9 de março, o Sátirão recebeu um público estimado em mais de 25.000 pessoas para o jogo entre os Botafogos – o da Paraíba e o da Guanabara. A estrutura, contudo, ainda era um canteiro aberto. Conforme relata o pesquisador Serpa de Lorenzo e o próprio superintendente da obra, Carlos Pereira, durante reportagem para o Globo Esporte–PB sobre os 50 anos da inauguração dos dois estádios paraibanos⁴⁴, havia setores inacabados e a separação entre as torcidas era precária.

O jogo seguiu também toda uma programação especializada e milimetricamente organizada para um espetáculo visível a nível nacional. O jornal *A União* publicaria sobre o trânsito, os ingressos, a ordem das solenidades agendadas e tudo que tinha direito sobre a inauguração. A programação oficial tinha em seus planos desfiles de bandas marciais, escolas de samba, oração com Dom José Maria Pires e a entrega da Taça Ernani Sátiro.

⁴³ Referência ao *O Momento*

⁴⁴ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/13407159/?s=0s>

O técnico Pedrinho Rodrigues do Botafogo–PB levou o “Belo” a campo com os seguintes jogadores: Salvino; Mollinas (substituído por Calvet), João Carlos, Celso e Evandro; Odon, Benício e Luisinho; Géo (substituído por Pedrinho), Baltazar e Serginho (substituído por Erasmo). No lado do time da cidade do Rio de Janeiro, Zagallo fez algumas rápidas modificações, mas manteve o time parecido com o que enfrentou o Campinense: Wendell (substituído por Ubirajara); Miranda (substituído por Rogério), Mauro Cruz, Osmar (substituído por Chiquinho) e Ademir; Carbone (substituído por Dodô) e Marco Aurélio; Clemilson, Nilson (substituído por Ferreti), Fischer e Tiquinho. Às 15h o governador chegaria ao estádio e 5 minutos depois discursaria para o público. Depois, de 15h30, daria o pontapé inicial tal como fez em Campina Grande.

A bola rolou e a superioridade carioca foi imediata: Tiquinho marcou aos 30 segundos e Fischer ampliou aos 37 minutos. Porém, aos 44 minutos do primeiro tempo, o futebol tornou-se irrelevante. Um estrondo na arquibancada "geral" (setor leste/sol), interpretado pela multidão como uma bomba, deflagrou o pânico. Quem estava dentro do estádio relatava medo e insegurança. Gritos de que o estádio ia cair ecoavam no local. Não se sabia ao certo se seria uma bomba ou uma parte da estrutura que havia cedido. O grito de "vai cair", alimentado pela campanha prévia e pela visualidade de uma obra escorada, provocou uma debandada humana.

O relato do *Diário da Borborema* captura a dinâmica do terror:

De repente, [...] estoura parte do lado esquerdo da arquibancada leste [...]. Em apenas 30 segundos dez mil pessoas passaram a correr loucamente, numa única direção – campo aberto embaixo. [...] Aí aconteceu o pior: a multidão teve que parar impedida pelo gradil de ferro e o profundo poço que separa a arquibancada do campo. [...] Assombradas e com o medo da morte que julgavam que viesse com o desabamento, centenas de torcedores começaram a pular para o fosso, caindo uns sobre os outros. (*Diário da Borborema*, 11 mar. 1975 apud Mendes, 2016, p. 75).

As imagens publicadas pelo jornal O Norte (11 mar. 1975) mostram corpos amontoados no buraco de concreto e o goleiro Wendell, do Botafogo carioca, carregando uma criança ferida. Aliás, feridos não faltaram, tendo ao todo 32 feridos segundo a imprensa carioca (O Globo, 10 mar. 1975, p.29), onde o caso mais crítico foi de um homem que pulou o fosso e quebrou a perna.

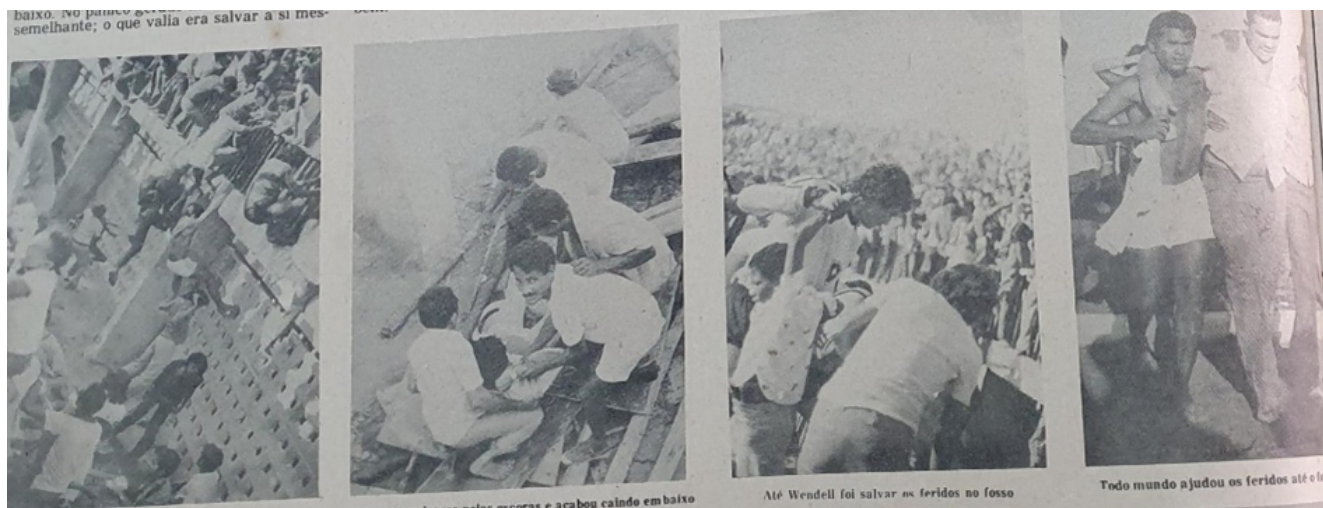


Figura 17: as imagens mostram torcedores pulando, outros socorrendo os feridos, e até o goleiro do Botafogo, Wendell, ajudando os torcedores paraibanos (O Norte, 11 de março de 1975).

No epicentro do tumulto, Ernani Sátyro, assistindo a tudo da tribuna de honra, vociferou contra Ruy Gouveia:

Esse agitador criminoso da subversão foi certamente quem provocou essa bomba e esse grito [...]. Rui Gouveia, que merece a execração pública, porque é o responsável, pelo menos indireto, pelo que aconteceu aqui. [...] [Ele] merece ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional e deveria ser cassado. (O Norte, 11 mar.1975, p.1.).

Na ausência de provas contra o deputado, a fúria maior voltou-se para um cidadão comum. O taxista Carlos Roberto Silva, natural de Natal e residente em Guarabira que foi prestigiar a inauguração acabou sendo preso pelo DOPS–PB, acusado de ter gritado "vai cair". Sua prisão ilustra a busca desesperada por um bode expiatório:

Durante 40 minutos ele negou a intenção de causar pânico: "Quando gritei, foi apenas seguindo o que muitos faziam. [...]". A DOPS informou que a liberação das fotos [...] servirá para que [...] pessoas [...] possam reconhecer Carlos Roberto como o autor do pânico (O Norte, 11 mar.1975, p.1.).

O engenheiro Carlos Pereira, superintendente da SUDEPAR, 50 anos do episódio em entrevista relembrou o momento com um alívio gélido:

Aí todo mundo correu, correu, empurraram o gradil – o gradil não cedeu nada, nada, nada. [...] Eu tive o cuidado de concretar o gradil 45 dias antes da inauguração. E o concreto com 30 dias... os engenheiros dizem, né, que ele resiste até tempestade. [...] Dizem que o concreto armado é o melhor amigo do homem depois do cachorro, né? (Pereira, 2025)

O que antes era divergência sobre condições de inauguração passa a ser batalha de memória, com dois movimentos simultâneos: a produção de versões explicativas que

preservem a legitimidade do evento e a conversão do acontecimento em arma política imediata. A cena do fosso, os feridos, os gritos, a fúria da cúpula governista e aliados.

Tudo que ocorria no estádio de João Pessoa, estava sob uma linguagem de exceção que aparecia como atalho: fala-se em subversão, terrorismo, enquadramento, sem que o estádio, enquanto obra inacabada, precise responder publicamente por sua própria precariedade.



Figura 18: O Momento, 10-16 mar. 1975

Como era de se esperar, foi registrado um relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre o ocorrido, marcado como confidencial, datado de 12 de março de 1975⁴⁵, sem muitas informações novas, mas ainda seguindo a linha do pânico como possível armação e subversão política. O relatório atribui o estopim do tumulto a “um pequeno saco plástico cheio de água jogado por pessoa desconhecida”, e tenta ainda uma criminalização individual, onde o documento registra a prisão imediata de Carlos Roberto Silva, detido sob a acusação de ter gritado “VAI CAIR”. O próprio relatório, contudo, admite a fragilidade da trama ao reconhecer que “não se conseguiu, até o momento, estabelecer uma definitiva co-relação” entre o saco plástico, o grito do taxista e os pronunciamentos do deputado Rui Gouveia”.

⁴⁵ Arquivo Nacional, Fundo SNI, BR_RJANRIO_TT_0_MCP_AVU_0274.



CONFIDENCIAL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Informação.

Ciente. Arquivar-se.

Em 12.3.75. S. S. S. S.

Há vinte dias o Deputado Estadual pela Paraíba, RUY GOUVEIA, em pronunciamento pela imprensa e Assembleia Legislativa, vem fazendo críticas ao Governador da aquele Estado pela inauguração do Estádio "José Américo de Almeida Filho", em João Pessoa, PB, o qual, segundo referido Deputado, não estaria em condições de ser inaugurado, visto que suas instalações, inacabadas como estavam, colocariam em risco a vida dos espectadores que lá comparecessem no dia, para as festividades de inauguração (10.03.75).

Tais alegações foram contestadas pelo Governador daquele Estado, Dr. Hernane Sátyro e também por alguns engenheiros integrados à sua administração, através de pronunciamentos pela imprensa.

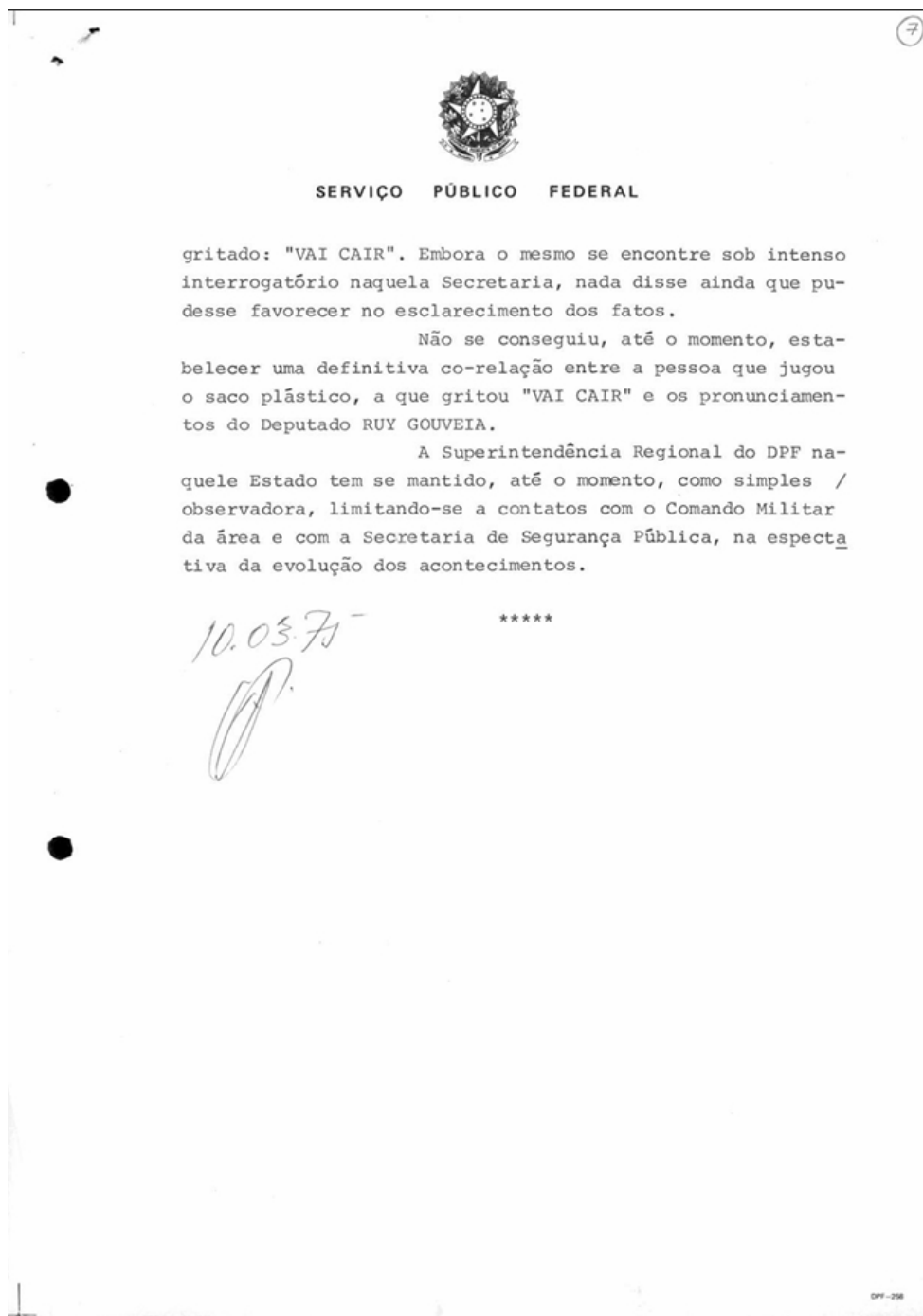
Em razão de aludidos incidentes que antecederam à inauguração, que foram de integral conhecimento público, as festividades se deram em clima de intensa expectativa.

Durante as comemorações, domingo p.p., achando-se as dependências do Estádio tomadas por grande multidão, um pequeno saco plástico cheio de água foi jogado por pessoa desconhecida no meio do povo, provocando um pequeno estouro.

Imediatamente, após referido estouro, um elemento, no meio da multidão, gritou: "VAI CAIR", o que bastou para que o pânico tomasse conta da grande platéia.

Serenados os ânimos, constatou-se que setenta e duas pessoas ficaram feridas em razão dos distúrbios, embora sem maiores gravidades.

A Secretaria de Segurança Pública daquele Estado prendeu, ainda no Estádio, logo após o incidente, CARLOS ROBERTO SILVA, filho de João Venâncio Silva e Maria das Dores Gomes, natural de Natal-RN, motorista de Taxi em Guarabira-PB, o qual teria, naquela ocasião, gritado /



A fim de isentar a estrutura – e seus idealizadores – de qualquer culpa, precisava ser fabricado um culpado individual para um trauma coletivo. E fabricação de um culpado individual (o motorista) serviu para blindar a responsabilidade e negligência. A “subversão” vira a principal cortina de fumaça da segurança nacional.

Assim, "Roma" foi entregue, mas as cicatrizes do processo – a pressa, a insegurança, o autoritarismo e a perseguição política – ficaram gravadas não apenas no concreto dos estádios, mas na cultura política da Paraíba. O legado deixado para o

sucessor, Ivan Bichara, eram dois monumentos que, mal inaugurados, já exigiam reparos, novos laudos e um exaustivo trabalho de esquecimento do trauma inaugural. Ainda havia jogo pela frente.

3.5 Participação no Campeonato Nacional e os legados deixados pelos estádios “gêmeos”

A mudança de comando no governo da Paraíba, em 1975, ocorre sob o signo de uma continuidade cuidadosamente encenada. A inauguração de um novo governo, em uma ditadura já em fase de “distensão” controlada, exige um aparato de legitimação que não se limita aos discursos formais: ele se distribui pela imprensa, pelos rituais cívicos e pelos cenários de sociabilidade massiva. O futebol profissional masculino – desde sua popularização – integra esses cenários. Nele, a política comparece como proximidade, “presença”, patrocínio de festa; e a festa, por sua vez, produz a imagem de uma coletividade que consente.

Após a inauguração festiva dos estádios “Sátyrão” (futuro Almeidão) e “Amigão” (Sátyro em dose dupla), em março de 1975, a Paraíba testemunhou a transição política entre a saída de Ernani Sátyro e a ascensão de Ivan Bichara Sobreira. Mudança que representava mais que a troca nominal no interior da ARENA estadual. Era a intensificação de disputas e contradições entre um projeto de “modernização ufanista” e a realidade de um Estado em crise.

É nessa chave que se lê a sequência de inaugurações e “reinaugurações” dos estádios citados ao longo de 1975. Se, de um lado, a propaganda de obras de Ernani Sátyro foi marcada pelo lema “Construir e Humanizar”, sustentada por uma retórica de grandes empreendimentos que visavam integrar a Paraíba ao “Brasil Grande” do período, de outro, as críticas veiculadas pela imprensa alternativa expunham o custo dessa dramaturgia. O semanário *O Momento* insistia que Ivan Bichara receberia um Estado financeiramente arruinado, com déficit fiscal superior a 200 milhões de cruzeiros, atribuído ao endividamento, a gastos sem cobertura e a obras de fachada – incluindo, expressamente, o peso dos dois estádios (*O Momento*, 10–16 mar. 1975, p. 3). O monumento, assim, aparece como vitrine e como passivo “de peso” a ser administrado.

A eleição indireta de Bichara, chancelada no quadro da presidência de Ernesto Geisel e apoiada por Sátyro, herdou uma ARENA ainda marcada por facções e disputas entre grupos locais. A encenação de consenso, projetada por veículos não necessariamente governamentais, mas operando sob um regime de vigilância e interesses,

ocultava a dimensão social do custo do “desenvolvimento com segurança”, replicado localmente como endividamento crítico (Ricarte, 2020, p. 30–31).

A saída de Sátyro foi amplamente comemorada por Ruy Gouveia, que esperava mudança de ares no novo governo:

Sente-se que, com a mudança de Governo, o povo se desoprime, liberto de um pesadelo que durou quatro anos. [...] Tudo que se fez na Paraíba nestes quatro anos, foi em função da pessoa do governador. [...] Grande é a vida! Mas a vida do povo vai ser bem melhor sem a presença "marcante" do "grande timoneiro"! (O Momento, 10 a 16 de março 1975, p. 2).

Nesse quadro, o futebol se torna um recurso político de primeira ordem: quando o espaço institucional está estreitado (colégio eleitoral, disciplina partidária, vigilância), o gramado permite anunciar, homenagear, justificar e fotografar. A própria inauguração dos estádios revela essa lógica. Ambos foram entregues com problemas de acabamento, sem iluminação definitiva e com pendências estruturais, para garantir a “paternidade” das obras antes do fim do mandato, conforme denúncia da imprensa esportiva nacional (Placar, 28 ago. 1975, p. 28).

Os estádios continuaram a ser mobilizados como organizadores de consenso, ainda que precariamente. Se os amistosos inaugurais não produziram vitórias para os clubes paraibanos e, no caso da capital, foram marcados por caos e quase-tragédia, o passo seguinte foi planejar outro marco importante para as novas praças: os clássicos locais. Afinal, identificação e pertencimento também se fazem nas rivalidades, nas construções de novas tradições, de ritos e também de espaços. Novos ritos bem sucedidosbem-sucedidos, neste caso, também poderiam se transformar em apropriação.

Em João Pessoa, o quarto Botafogo–PB x Auto Esporte (o “BotAuto”) do ano, estrearia sua marca na nova atração da cidade, no – agora sim – Almeidão . O Alvirrubro das Mangabeiras mantinha uma marca de 3 vitórias seguidas contra o Botafogo naquele ano, e queria seu quarto triunfo. O jogo, porém, foi um atropelo por parte do alvinegro que venceu de virada o clássico sem muitas dificuldades pelo placar de 4x1, com gols de Augusto para o Auto Esporte e Chico Matemático , Benício, Manuelzinho e Erasmo para o Botafogo. O clássico pessoense, porém, recebeu um público muito aquém do que se esperava – não se pode, é claro, descartar o ocorrido da inauguração como uma das causas –, e obteve a renda de Cr\$ 23.338,00. Já em Campina Grande, no Amigão, após a

inauguração que terminou em um 0 a 0 burocrático, a rede do estádio só seria batizada dias depois, em 16 de março de 1975, no primeiro "Clássico dos Maiorais" da nova arena.

O jogo válido pelo estadual daquele ano contou com um estádio cheio e com renda superando as expectativas – Cr\$ 114.046,00⁴⁶, e pela primeira vez a bola encontrava o fundo das redes com o gol histórico de Pedrinho⁴⁷, do Campinense, abrindo o placar, mas logo em seguida o Treze empataria a partida, selando um 1 a 1 que inaugurava a rivalidade no novo palco da Rainha da Borborema.

Esse jogo também ganhou uma sobrevida documental, em um contexto de efervescência do cinema Paraibano, e mais especificamente durante o chamado “Terceiro ciclo de cinema na Paraíba” (Nunes, 2013), houve um registro cinematográfico emblemático por parte da atuação de Machado Bitencourt⁴⁸ e da *Cinética Filmes*. Em seu curta-metragem de nome *Crônica de Campina Grande*, lançada em 1976 (mas filmada ainda em 1975), Bitencourt, captura, para além de vários festejos cívicos da cidade, o primeiro Clássico dos Maiorais, o jogo acima citado entre Treze e Campinense, realizado no recém-inaugurado Amigão. Embora o futebol não fosse ali o tema central, a película em Super 8⁴⁹ que capturava a alma da cidade, que aliás seguia uma quase trilogia sobre Campina Grande por parte do autor⁵⁰, aproveitou por adicionar o clássico como representação de como o futebol também opera como segmento de uma identidade bastante significava para a população campinense.

⁴⁶ Disponível em: < <https://jornaldaparaiba.com.br/esportes/amigao-50-anos-relembre-primeiro-classico-dos-maiorais> >. Acesso em: 26 jan. 2026.

⁴⁷ Pai do famoso jogador Marcelinho Paraíba.

⁴⁸ Paralelamente à crise política, um novo movimento cultural surgia nas frestas da "abertura lenta, gradual e segura" de Geisel. O chamado Terceiro Ciclo de Cinema na Paraíba, caracterizado pelo uso da bitola Super 8, floresceu como uma resposta artesanal e independente à cultura oficial do regime. Neste cenário, Campina Grande assumiu um papel de vanguarda através da **Universidade Regional do Nordeste (URNe)**. Como destaca Nunes (2013), a criação do curso de Comunicação Social em 1974 permitiu o aglutinamento de profissionais liderados pelo cineasta **Machado Bitencourt**. Bitencourt fundou a **Cinética Filmes Ltda.**, empresa que conseguiu o raro feito de manter uma produção regular no estado, equilibrando projetos comerciais com documentários de valor cultural (Nunes, 2013, p. 63-64).

⁴⁹ Embora não seja um tópico ao qual se pretenda expandir, encontrar esses registros por meio do Super 8, que era uma bitola acessível e de baixo custo, remonta aos detalhes de que não só Bitencourt, mas tantos nomes mais “subversivos” da cena paraibana, em especial os diretores da cena Queer, ou a “geração bastarda do regime militar” — como define Nunes (2015, p. 66) — subvertesse a censura.

⁵⁰ Bitencourt foi o responsável por registrar a memória visual da Rainha da Borborema naquele período de transição, a exemplo de dois filmes anteriores ao da crônica de 1976, como é o caso de: *O Último Coronel* (1975); *Campina Grande*, da Prensa do Algodão, da Prensa de Gutemberg (1975).



Figuras 19, 22, 23, 24, 25, 26 e 27: Frames retirados do filme *Crônica de Campina Grande* (1976). É possível observar andaimes, estruturas abertas e escombros de obra nas imagens. É possível ver ainda, como o clássico de Campina Grande movia multidões.

Passado o impacto inicial de março, o ano de 1975 reservou outra etapa de legitimação das obras: a inauguração dos sistemas de iluminação. Em agosto, a Paraíba assistiu a uma operação simbólica expressiva, articulando a entrega técnica dos refletores à presença do Flamengo, que apesar de não ser aquele Flamengo tri-campeão carioca, campeão brasileiro, continental e mundial de anos depois, detinha um grande elenco a nível nacional com a geração do ainda novo – mas já craque – Zico, do paraibano e pessoense Júnior e de Geraldo “assobiador” (que teria uma morte prematura no ano seguinte). O evento precisava, além de entreter e alegrar por meio do esporte, conferir aos estádios recém-inaugurados uma aura de centralidade e modernidade para o país inteiro ver, e quem sabe até desfazer da imagem de desorganização que teve inicialmente.



Figura 20: elencos de Treze e Flamengo reunidos

O itinerário rubro-negro serviu para "batizar" as luzes de ambas as praças. Em Campina Grande, em 13 de agosto, o *Jornal dos Sports* destacava o "Mengo com força total" como atração principal da festa dos refletores do Amigão. Era sabido, ainda, que neste período, o Flamengo já possuía a maior torcida do país, e trazê-los para solo paraibano seria juntar o útil ao agradável. No dia seguinte, a cobertura da partida em Campina Grande descreveu o Flamengo como protagonista de uma cena de consagração popular, com direito a dois gols do craque do momento, o “Galinho de Quintino” Zico. “Galera aplaude o Fla na virada: 2 a 1 no Treze” (*Jornal dos Sports*, 14 ago. 1975, p. 13).

A sequência prosseguiu com a ida do Flamengo à capital para o amistoso contra o Auto Esporte, novamente amarrado ao rito de iluminação. Em 16 de agosto, o JS registrou: “Mengo dá outro show e goleia o Auto Esporte”, destacando que a partida integrou a “festa de inauguração do sistema de iluminação” do Estádio José Américo de Almeida, com renda recorde de Cr\$ 174.110,00 e gols de Geraldo, Zico e Luisinho (Jornal dos Sports, 16 ago. 1975, p. 1). O negócio foi bom para todos lados: só pela curta excursão para inaugurar a iluminação em Campina e João Pessoa, o clube carioca embolsou uma cota de “Cr\$ 200 mil, livres de despesas” (Jornal do Brasil, 13 ago. 1975)



Figura 21: Luisinho finaliza para o gol no jogo contra o Auto Esporte. Zico aparece logo atrás. Imagens: Globo Esporte.

Esses amistosos⁵¹ com o Botafogo–RJ, Flamengo, Vasco e no ano seguinte também com o Fluminense, eram parte de uma política pensada de apresentação dos dois estádios da Paraíba. Estádios que precisavam ser reconhecidos e vistos como equipamento moderno e nacionalmente conectados e aprovados. A excursão de clubes de massa funcionava perfeitamente nesses cenários, e permitia ao poder local produzir imagem de normalidade, consumo e festa, mesmo num contexto em que a própria

⁵¹ A recorrência de excursões e amistosos como fonte de receita, no futebol brasileiro das décadas de 1960–1970, eram mais comuns do que parece. A centralidade da bilheteria na economia dos times era o principal fator, para além da internacionalização de sua “marca”. Nesse horizonte, a excursão do Botafogo à África e à Europa antes das inaugurações na Paraíba, em 1975, ou até mesmo durante seus “anos de ouro” com Garrincha, mostravam que disputar torneios mundo afora também podia ser uma alternativa mais lucrativa de arrecadação. Do mesmo modo, no caso do Santos, há registro de que a equipe optou por não disputar a Libertadores em 1966 e 1967, num contexto um pouco mais amplo do que apenas o lado financeiro, mas também em um período em que excursões com Pelé eram economicamente mais vantajosas.

imprensa alternativa insistia no endividamento estatal e nas promessas descoladas da realidade orçamentária (O Momento, 10–16 mar. 1975, p. 3).

Na capital paraibana, o mês de agosto também fora marcado pelo luto. Dias após a festa inaugural dos refletores, a euforia cívica foi interrompida pela tragédia do acidente da Lagoa. Esse acidente ocorreu durante uma tarde durante as comemorações do Dia do Soldado, no dia 24 de agosto de 1975, quando um bote militar “Portada M-2” que transportava estudantes e populares de maneira gratuita durante as comemorações da “Semana da Pátria” submergiu nas águas do Parque Solon de Lucena, vitimando 35 de pessoas, dentre as quais 29 crianças⁵². O “desenvolvimento com segurança” mostrava, da pior forma, suas falhas urbanas.

A dimensão política do estádio também se fazia por conflito, especialmente quando a gestão do equipamento – tarifas, percentuais, controle do mando e custos operacionais – afetava diretamente os clubes. Nem sempre jogar ali se fazia proveitoso. Em vários momentos o Treze, por exemplo, preferiu sua antiga casa, onde já conhecia seus custos e caminhos, do que a nova obra que apesar de moderna, custava aos cofres e ainda não detinha do mesmo apego dos torcedores do “Galo”. Nesse sentido, é emblemática a nota do *Diário de Pernambuco*, em julho de 1975, sobre a decisão do Treze de “trocar o ‘Amigão’ pelo Presidente Vargas”. Segundo o texto, a direção do clube pretendia cancelar jogos no novo estádio e deslocar a praça para o PV (Estádio Presidente Vargas), sugerindo que, “dentro de casa”, o risco de derrota seria menor e mencionando, ainda, a questão financeira relativa a percentuais e condições de uso (*Diário de Pernambuco*, 11 jul. 1975, 2º caderno de esportes, p. 3).

Os episódios nesse decorrer do ano de 1975 são valiosos porque expõe a fricção entre a monumentalidade e a economia cotidiana do futebol local. O estádio passava a ser percebido por atores do próprio campo esportivo como espaço oneroso, sujeito a regras e taxas que poderiam inviabilizar o mando. É encontrado seu limite prático: não basta existir; precisa ser apropriado por clubes que nem sempre controlam as condições do próprio espetáculo. O legado do concreto inclui a disputa por quem paga a conta, quem administra, quem lucra e quem se submete.

⁵² Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2025/08/25/tragedia-da-lagoa-como-aconteceu-acidente-que-matou-35-pessoas-joao-pessoa.ghtml>

Superada a fase dos amistosos festivos, a atenção esportiva do segundo semestre concentrou-se na ascensão do Campinense Clube ao Campeonato Nacional de 1975. A participação representava o ápice do projeto de integração esportiva: finalmente, a Paraíba teria um representante na elite do futebol brasileiro, impulsionado pela infraestrutura de Campina Grande – cidade descrita pela revista Placar como a "Liverpool brasileira", responsável por 40% da arrecadação estadual (Placar, 28 ago. 1975, p. 27)

Antes que a bola rolasse, em entrevista ao *Diário de Pernambuco*, o presidente do Campinense, Crisóstomo Lucena, projetava uma gestão "autofinanciável", baseada na "prata de casa" e em um teto salarial de 40 mil cruzeiros para a folha de pagamento (Diário de Pernambuco, 13 mar. 1975). Planejava-se até uma solução salomônica para o mando de campo: alternar jogos entre o Amigão e o Almeidão, numa tentativa de nacionalizar a torcida e justificar o investimento nos dois equipamentos.

Entretanto, a prática revelou um abismo. Diferentemente dos grandes clubes do Sudeste, dotados de poder midiático e financeiro, o Campinense mesmo com o novo e moderno estádio disponível, mantinha uma estrutura modesta. O elenco baseava-se na união de atletas locais, tendo como figura central o volante Vavá, descrito pela imprensa especializada como possuidor de "visão de jogo e domínio de bola quase perfeitos" (Placar, 28 ago. 1975, p. 28). A chegada de reforços como o goleiro Carlos e o centroavante Jorge Flávio elevou a média salarial de Cr\$ 1.200,00 para Cr\$ 3.000,00, mas tudo isso ainda parecia pouco, cenário agravado pela queda do técnico Baltasar pouco tempo depois por divergências com a diretoria (Placar, 28 ago. 1975, p. 29).

A estreia da Paraíba no Brasileiro, ocorrida em 24 de agosto de 1975 no jogo Campinense x CSA, transformou o Estádio Governador Ernani Sátyro, o "Amigão", no epicentro das esperanças desportivas, mesmo inaugurado "Deus sabe como" (Diário da Borborema, 09 mar. 1985)⁵³ o Campinense e sua torcida marcaram história pelo pioneirismo nessa edição, pois apesar das deficiências estruturais do estádio, o Amigão demonstrou uma densidade social relevante. Entre agosto e novembro de 1975, durante o Nacional daquele ano, o estádio recebeu nove partidas, registrando média de 12.761 pagantes. O pico de mobilização ocorreu em 31 de agosto, contra o Náutico, atraindo 22.180 torcedores e gerando renda recorde de Cr\$ 261.310,00. Os números da campanha,

⁵³ A reportagem em questão, 10 anos depois da inauguração, conseguia tecer comentários um pouco mais críticos em comparação à época.

todavia, desenham uma desigualdade competitiva. Em 16 jogos, o clube obteve um aproveitamento de apenas 12,5%, sem nenhuma vitória conquistada. O "gigante de concreto" funcionou como uma vitrine para a fragilidade do futebol local diante das potências regionais e nacionais, o que pode ser demonstrado pelos dados na Tabela 1:

Indicador	Estatística	Observação
Pontos Conquistados	4	Todos obtidos no Amigão (empates)
Gols Marcados	13	Média de 0,81 por jogo
Gols Sofridos	44	Média de 2,75 por jogo
Saldo de Gols	-31	Pior defesa do grupo

Tabela 1: criada e elaborado com base nas súmulas dos jogos do Campinense no Campeonato Nacional de 1975, de 24 ago. a 01 nov. 1975. (BANDEIRA, 2026)

A análise técnica da época apontava uma fragilidade defensiva "em cascata": o time conseguia equilibrar partidas em casa (empates contra São Paulo e Sport), mas sucumbia fora de seus domínios, sofrendo goleadas expressivas para Vasco (0x4), Bahia (2x5) e Santos (1x5). Socialmente, a campanha marcou o início do que o *Diário da Borborema* classificaria posteriormente como a "decadência do esporte-rei no Estado". A euforia inicial, movida pelo orgulho regionalista, não foi suficiente para sustentar um futebol que, desprovido de vitórias, começava a ver o estádio tornar-se um fardo orçamentário para a recém-criada SUDEPAR. Até por isso, havia uma pressa para mobilizar ainda mais eventos, campeonatos afim de convidar ainda mais o público aos estádios por meio de grandes espetáculos. No dia 18 de novembro, o presidente do CRD se reuniu com Ivan Bichara para conversar sobre a proposta da inclusão de mais um clube paraibano no Nacional. Assis Camelo mencionava justamente o fator dos dois grandes estádios como argumento central (Diário de Pernambuco, 18 nov. 1975, segundo caderno, p.3)

O ano de 1975 encerrou-se, ainda, com disputas institucionais que refletiam a desorganização federativa. No âmbito estadual, um imbróglio jurídico resultou em um polêmico "título trino" (dividido entre Botafogo, Treze e Campinense) que é discutido até o presente momento. Regionalmente, o Torneio José Américo de Almeida Filho – possível precursor da Copa do Nordeste – terminou sem vencedor oficial declarado entre

CRB e Botafogo–PB⁵⁴, reforçando a imagem de um futebol onde a modernidade dos estádios convivia com o amadorismo das gestões das federações e impasses entre clubes, dirigentes, jogadores e outros agentes ativos do contexto futebolístico.

Pegando o fio condutor do que foi mencionado desde o Capítulo 2, em especial o subcapítulo 2.4 sobre Médici, é interessante perceber que não só ruas, praças, conjuntos habitacionais e estádios recebiam essa homenagem nominal. A década de 1970 foi inundada por competições cujos troféus serviam para exaltar a hierarquia da ARENA. A liturgia militar invadiu os gramados para além das obras, e na Paraíba também surgiu através de torneios como o "Governador Ernani Sátiro" (1971/1975), "Carlos Pereira de Carvalho" (1972/73), "Governador Ivan Bichara" (1976) e "Heleno Nunes" (1977/78), este último em homenagem ao almirante–presidente da CBD. Mesmo iniciativas de integração regional, como o agora mencionado "Torneio José Américo de Almeida Filho" (1975/76) operavam dentro da lógica de ocupar o espaço futebolístico a qualquer custo.

A conta dos exageros, porém, muitas vezes batia na porta. Em setembro de 1976, o *Diário de Pernambuco* narrava a suspensão temporária de uma partida entre Botafogo–PB e Bahia, no Almeidão, por falta de energia elétrica. Enquanto a SAELPA alegava "fusíveis danificados" e a necessidade de canibalizar peças do estádio de Campina Grande para suprir a capital, a nota oficial do governo tentava normalizar o apagão como evento fortuito. Uma infraestrutura que, meses após a inauguração, operava no limite do improvisado, passava a mensagem de que ainda causaria muita dor de cabeça aos responsáveis (*Diário de Pernambuco*, 07 set. 1976, p. 15).

Ainda em 1976, Treze e Botafogo estreariam no Nacional daquele ano. Desta vez, como dupla representando a Paraíba. A campanha, porém, seguiu decepcionando. O Treze terminou em último lugar entre todos os 54 participantes da competição. O Botafogo ainda conseguiu acumular 5 vitórias e ficou uma posição abaixo do Cruzeiro,

⁵⁴ O torneio é alvo de confusas discussões históricas. Fontes digitais não oficiais (blogs e tabelas sem curadoria) e até mesmo diretoria do CRB frequentemente citam que o clube alagoano venceu o Botafogo–PB nos pênaltis após dois empates. Entretanto, o que se previa era um jogo “melhor de três”, e não disputa de pênaltis. A competição inclusive foi encerrada sem o terceiro jogo decisivo devido à falta de datas e desentendimentos entre as diretorias (LUCENA, 2021). Portanto, a alegação de título do CRB via penalidades é classificada tecnicamente como um mito historiográfico, embora o clube alagoano pleiteie o reconhecimento junto à CBF por ter vencido o “segundo turno”.

terminando na 32ª posição. Bem aquém de qualquer holofote nacional, é verdade, mas ainda como melhor campanha entre os clubes paraibanos na década.

À medida que a década avançava, o abismo entre o "Brasil Grande" projetado nos estádios e a desorganização política e financeira dos clubes paraibanos tornava-se ainda mais visíveis. Em janeiro de 1978, a *Manchete Esportiva* denunciou que o goleiro Sorriso, do Treze, entrou em greve de fome na concentração do clube em protesto contra três meses de salários atrasados. Não seria a primeira vez que um clube de futebol atrasaria salário, muito menos foi a última. Mas é importante analisar a descrição da reportagem em um cenário de terra arrasada, onde jogadores desesperados chegaram a ameaçar atear fogo na sede do clube (Manchete Esportiva, 17 jan. 1978). Estruturas faraônicas para instituições cada vez mais falidas.

Os clubes paraibanos, cada um em seu tempo e a sua maneira, iam levando, porém, essa tentativa de ascensão via Campeonato Nacional como podiam. Botafogo, Treze, Campinense faziam seu revezamento na competição, e entre 1975–1979 até conseguiam alguns bons resultados, como é o caso do alvinegro da capital que no ano de 1978 obteve a melhor pontuação entre clubes paraibanos, finalizando na posição 25º, com 25 pontos e 9 vitórias, ou do Campinense, que no ano seguinte terminou em 24º lugar, com 19 pontos e 8 vitórias.

A resposta da ditadura e da então CBD ao esvaziamento técnico não foi o fomento à base, mas o inchaço artificial, da grandiosidade e integração nacional a qualquer custo.. Na "Copa Brasil" de 1979 – o campeonato de 94 clubes que mais traduziu a expressão “Onde a ARENA vai mal, mais um time no Nacional⁵⁵” –, a CBD sob o comando de Heleno Nunes, garantiu à Paraíba duas vagas via articulação política. Contudo, a estratégia não conteve a degradação. A virada para a década de 1980 consolidou o fenômeno da "elefantização branca" que já era alertada desde antes da inauguração pelo semanário *O Momento*. E apesar da dissertação ter como recorte temporal a década de 1970, vale a pena mencionar duas reportagens da década seguinte⁵⁶, falando como se encontravam os estádios após 8 e 10 anos das inaugurações.

⁵⁵ Assim como seu complemento “[...] onde vai bem, mais um time também”.

⁵⁶ Apesar da situação do Almeidão e do Amigão, foi na década seguinte que clubes como o Botafogo-PB e Treze alcançaram as suas melhores campanhas ao nível nacional. No dia 6 de março, pela Taça de Ouro, o Botafogo-PB foi ao Maracanã e, contra um Flamengo que baseava a Seleção Brasileira (Zico, Júnior,

Em 1983, a revista *Placar* incluiu João Pessoa no rol das "capitais sem futebol", retratando o Almeidão em um domingo de sol com cavalos pastando em seu entorno, enquanto apenas vinte pessoas assistiam a um jogo amador. O goleiro Carlinhos, do Botafogo–PB, resumiu o isolamento: "Fora do Brasileiro, o jogador desaparece" (*Placar*, 04 fev. 1983, p. 56). O ciclo encerrou-se melancolicamente em 1985, quando o *Diário da Borborema*, ao celebrar a primeira década do Amigão, descreveu-o como "princípio de ruína", com rachaduras, cadeiras quebradas e ferragens expostas. O projeto desenhado inicialmente para 70.000 pessoas converteu-se em um "vazio imenso de concreto", onde a promessa de integração nacional deu lugar ao custo insustentável de manutenção (*Diário da Borborema*, 09 mar. 1985).

Adílio) e que mais tarde seria o campeão da edição, o Belo venceu por 2 a 1, com gol decisivo de Zé Eduardo. A façanha foi amplificada dias depois, em 13 de março, quando o clube derrubou o Internacional (então campeão brasileiro invicto de 1979) pelo mesmo placar no estádio Almeidão. Esses feitos renderam ao clube a alcunha de "Matador de Tricampeões" nas próprias páginas da revista *Placar*. O Botafogo paraibano ainda terminou a competição na melhor colocação da história entre os clubes da Paraíba. O Treze de Campina Grande, dois anos depois, ainda conseguiu o feito de ser campeão da chamada Taça de Prata, a segunda divisão da época, somando mais um grande feito á nível nacional para o Galo da Borborema.



Figura 22: Placar, 04 fev. 1983, p. 56

Em última análise, o Almeidão e o Amigão permanecem na paisagem urbana de João Pessoa e Campina Grande como espaços de muitas memórias em suas respectivas cidades, muitas emoções - felicidade, tristeza, raiva e frustração -, mas também seguem com as cicatrizes permanentes de concreto de um projeto de Brasil. Eles materializaram a ambição autoritária de "Grandeza" e a realidade de um desenvolvimento desigual.

CONCLUSÕES FINAIS

O percurso investigativo trilhado ao longo destes dois anos de mestrado, partindo das raízes históricas do futebol na Paraíba até a entrega dessas arenas em 1975, reitera a premissa de que não existe espaço vazio ou neutro. Grandes eventos e edificações monumentais são, intrinsecamente, espaços de expressão política e, em última instância, lugares de memória. Eles representam a materialização mais perene da modernização conservadora impetrada pela ditadura empresarial–militar no estado.

Este trabalho propôs-se, ciente de suas limitações, a desnudar as engrenagens locais de um sistema repressivo frequentemente analisado apenas sob a ótica dos grandes centros do Sul–Sudeste ou da política partidária *stricto sensu*. O futebol, tantas vezes instrumentalizado, o foi em “dose dupla” na Paraíba. Todavia, não pretendo encerrar esta análise no pretérito ou ignorar a função social do historiador diante das batalhas do presente. O trabalho de memória é, por definição, um labor árduo e que envolve também as camadas de esquecimento institucionalizado, mas que ao mesmo tempo, não pode ser encarado com desesperança, principalmente quando se depara com tantas contribuições brilhantes nos últimos anos.

É nesse sentido que se torna fundamental louvar o trabalho realizado pelas Comissões da Verdade no Brasil. Pelo recorte espacial delimitado, sublinho com maior ênfase a atuação da Comissão Estadual da Verdade da Paraíba e da Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa. Estas comissões, com sensibilidade e rigor, trouxeram à luz informações que por tantos anos foram silenciadas e ocultadas. Mais ainda, menciono a maneira com a qual propuseram a ressignificação do espaço urbano; em especial, destaco a importância do Capítulo 9 do Relatório da Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa (2021), que avança na corajosa proposta de alteração da toponímia de logradouros, escolas e edifícios públicos que ainda homenageiam violadores de direitos humanos e artífices da ditadura.

A manutenção de nomes como os de Ernesto Geisel, Costa e Silva, Médici (loteamento), Castelo Branco, Valentina Figueiredo e Ernani Sátiro, espalhados pela geografia da cidade, é uma afronta aos que se dedicam à preservação da memória da cidade e daqueles que resistiram a tempos tão sombrios. Mantê-los é perpetuar uma violência simbólica continuada; é permitir que a memória daqueles que se impuseram à força no imaginário das novas gerações permaneça, naturalizando a exceção.

O Brasil, e a Paraíba em particular, podem e devem mirar-se em exemplos internacionais que lograram, com maior êxito, desvincular seus espaços de sociabilidade das sombras do autoritarismo. O caso do Estádio Nacional do Chile, em Santiago, talvez seja o maior exemplo: de campo de concentração e tortura em 1973, hoje transformou-se em museu, espaço de memória, preservando arquibancadas vazias e memoriais que impedem o esquecimento, sem deixar de ser, porém, um palco esportivo. Ainda no contexto chileno, o futebol oferece outro exemplo vigoroso de disputa de memória com o CSD Colo-Colo. Durante décadas, o clube carregou o estigma de ter Augusto Pinochet como seu presidente honorário – uma mancha que ligava a instituição popular aos crimes do regime. Contudo, em um movimento de base impulsionado por sócios e torcedores, o clube conseguiu, em 2015, aprovar a retirada do nome do ditador de seu quadro de honra, em um ato de "saneamento moral" e reparação histórica (Matamala, 2015).

Tais exemplos demonstram que as agremiações esportivas e a sociedade civil detêm o poder de disputar a narrativa e recusar a homenagem a tiranos. No Brasil, embora tardiamente, movimentos similares começam a ganhar corpo. A luta pela transformação do Estádio Caio Martins, em Niterói – que funcionou como presídio político após o AI-5 –, em um centro de memória e cultura, aponta para um horizonte onde o concreto do futebol possa servir à educação para a democracia, e não mais ao silenciamento. A Paraíba, com seus estádios nascidos da propaganda, tem diante de si o desafio de também ressignificar esses espaços.

Por fim, espera-se que este trabalho possa iluminar novas possibilidades de investigação. O campo acadêmico permanece aberto e fértil, carecendo sempre de novos olhares, sejam eles voltados para as histórias dos torcedores que ocuparam essas arquibancadas, para o futebol feminino silenciado no período, para o impacto desses "elefantes brancos" na segregação urbana contemporânea, ou para estudos etnográficos sobre as torcidas atuais. Almeja-se que esta dissertação tenha sido frutuosa para a comunidade acadêmica, servindo não como um ponto final, mas como alicerce para que novas pesquisas sigam escavando o passado. É preciso garantir que, se o concreto dos estádios permanece, a memória sobre quem os construiu – e a que custo social – não mais seja soterrada pelo esquecimento. O processo de reparação é difícil e demorado, mas, como se dizia à época da construção dessas obras, "Roma não se fez em um dia".

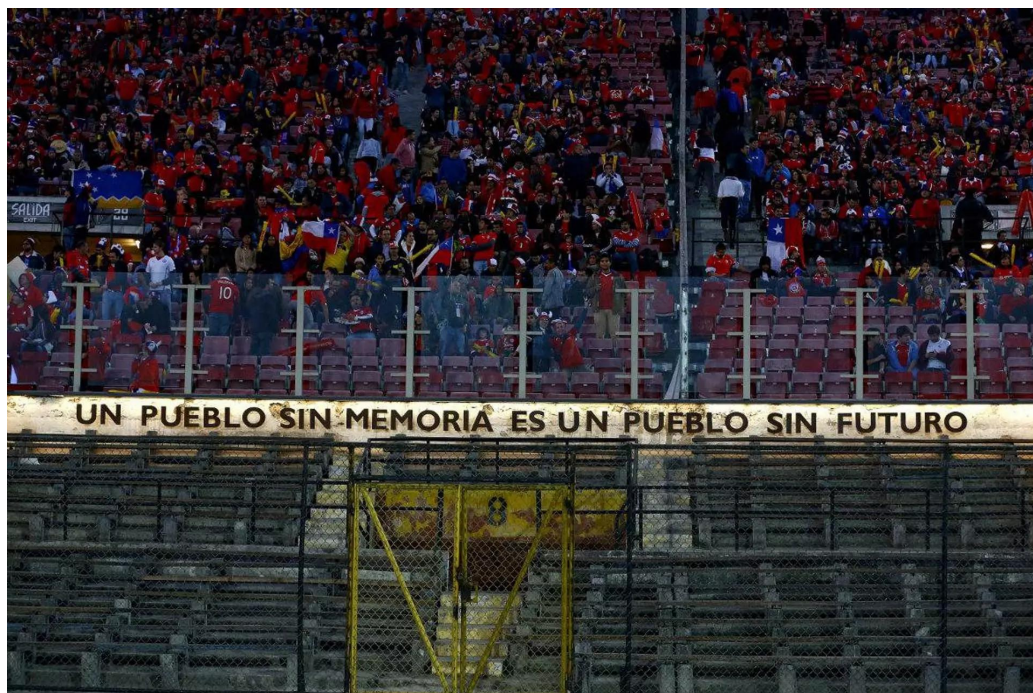


Figura 23: Imagem do Estádio Nacional do Chile, onde as arquibancadas seguem preservadas mesmo após reformas e modernizações do mesmo, a fim de tornar possível o resgate da memória e história daqueles que sofreram nesse mesmo ambiente.

REFERÊNCIAS:

JORNAIS

A BOLA. Lisboa, 10 jul. 1972.

A UNIÃO. João Pessoa, 2 fev. 1967.

A UNIÃO. João Pessoa, 31 mar. 1972.

A UNIÃO. João Pessoa, 31 mar. 1974.

A UNIÃO. João Pessoa, 4 dez. 1974. p. 7.

A UNIÃO. João Pessoa, 8 dez. 1974.

A UNIÃO. João Pessoa, 9 dez. 1974.

A UNIÃO. João Pessoa, 7 mar. 1975. p. 7.

A UNIÃO, João Pessoa, 8 mar. 1975. [Coluna].

A UNIÃO, João Pessoa, 8 mar. 1975. [Coluna].

A UNIÃO. João Pessoa, 9 mar. 1975.

A UNIÃO, João Pessoa, 9 mar. 1975. p. 1. [Editorial].

A UNIÃO. João Pessoa, 11 mar. 1975.

A UNIÃO. João Pessoa, 15 mar. 1975.

A UNIÃO. João Pessoa, 16 mar. 1975.

A UNIÃO. João Pessoa, 2 fev. 1967.

A UNIÃO. João Pessoa, 9 mar. 1975.

A UNIÃO. João Pessoa, 11 mar. 1975.

CAROLINA diz que reformas vêm aí como nova abolição. **Última Hora**, Curitiba, n. 8870, 27 mar. 1964.

CORREIO BRAZILIENSE. Brasília, 24 out. 1973. p. 41-42.

CORREIO BRAZILIENSE. Brasília, 8 nov. 1973.

CORREIO DA PARAÍBA. João Pessoa, 5 ago. 1971. p. 8.

CORREIO DA PARAÍBA, João Pessoa, 28 maio 1973. (Reproduzido do D. Pernambuco).

CORREIO DA PARAÍBA. João Pessoa, 5 ago. 1973. p. 6.

CORREIO DA PARAÍBA. João Pessoa, 19 ago. 1973. p. 1.

CORREIO DA PARAÍBA, João Pessoa, 26 ago. 1973. p. 6.

CORREIO DA PARAÍBA. João Pessoa, 5 mar. 1975. p. 1

DIÁRIO DA BORBOREMA. Campina Grande, 4 jul. 1970.

DIÁRIO DA BORBOREMA. Campina Grande, 7 jul. 1970.

DIÁRIO DA BORBOREMA. Campina Grande, 9 jul. 1970.

DIÁRIO DA BORBOREMA, Campina Grande, 17 out. 1973.

DIÁRIO DA BORBOREMA. Campina Grande, 8 mar. 1974. p. 15.

DIÁRIO DA BORBOREMA. Campina Grande, 1974. [Anúncio SEEBLA].

DIÁRIO DA BORBOREMA. Campina Grande, 19 fev. 1975.

DIÁRIO DA BORBOREMA, Campina Grande, 1 mar. 1975. Caderno Especial.

DIÁRIO DA BORBOREMA. Campina Grande, 8 mar. 1975.

DIÁRIO DA BORBOREMA. Campina Grande, 9 mar. 1975.

DIÁRIO DA BORBOREMA. Campina Grande, 11 mar. 1975.

DIÁRIO DA BORBOREMA. Campina Grande, 15 mar. 1975.

DIÁRIO DA BORBOREMA. Campina Grande, 9 mar. 1985..

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, ed. 002, p. 10, 1970.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, ed. 002, p. 10, 1970.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, ed. 00038, p. 1, 1970.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 25 mar. 1970.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, ed. 00277, p. 11, 1971.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 1 maio 1973.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 28 maio 1973. 2º caderno, p. 2.

- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, ed. 00086, p. 32, 1973.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, ed. 00138, p. 16, 1973.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, ed. 00142, p. 14, 1973.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 17 nov. 1973. p. 5.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 1 fev. 1974. 2º Caderno, p. 3.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 17 mar. 1974.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, ed. 00312, 1974.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, ed. 00272, p. 15, 1974.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 12 maio 1974. p. 2.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, ed. 00063, p. 15, 8 mar. 1975.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, ed. 00064, p. 18, 9 mar. 1975.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, ed. 00065, p. 12, 11 mar. 1975.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 13 mar. 1975.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 11 jul. 1975. 2º caderno de esportes, p. 3.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 18 nov. 1975. 2º caderno, p. 3.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 7 set. 1976. p. 15.
- JORNAL DA PARAÍBA. Campina Grande, 3 jul. 1973. p. 2. Editorial.
- JORNAL DA PARAÍBA. Campina Grande, 6 mar. 1975.
- JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 13 ago. 1975.
- JORNAL DO PIAUÍ. Teresina, 25 ago. 1973.
- JORNAL DOS SPORTS. Rio de Janeiro, 15 mar. 1974. p. 3.
- JORNAL DOS SPORTS, Rio de Janeiro, 5 out. 1974. p. 2.
- JORNAL DOS SPORTS. Rio de Janeiro, 10 out. 1974. p. 7.
- JORNAL DOS SPORTS. Rio de Janeiro, 30 out. 1974. p. 2.
- JORNAL DOS SPORTS, Rio de Janeiro, 14 ago. 1975. p. 13.

JONAL DOS SPORTS, Rio de Janeiro, 16 ago. 1975. p. 1.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 10 mar. 1975. p. 29.

O MOMENTO, João Pessoa, 24 fev. a 2 mar. 1975. p. 3.

O MOMENTO. João Pessoa, 10 a 16 mar. 1975. p. 2, 3 e última página.

O MOMENTO, João Pessoa, 1975. p. 4.

O MOMENTO. João Pessoa, 1975. p. 2. [Editorial].

O NORTE. João Pessoa, ed. 03929, p. 2, 1922.

O NORTE. João Pessoa, ed. 04055, p. 2, 1922.

O NORTE, João Pessoa, 9 mar. 1975. p. 4. [Editorial].

O NORTE, João Pessoa, 9 mar. 1975. [Anúncio].

O NORTE. João Pessoa, 9 mar. 1975. p. 5. [Anúncio SEEBLA].

O NORTE. João Pessoa, 11 mar. 1975. p. 1.

O POTI. Natal, 5 jan. 1974.

ÚLTIMA HORA, Curitiba, n. 8870, 27 mar. 1964.

VOZ OPERÁRIA, Rio de Janeiro, p. 5, abr. 1971.

REVISTAS

FRANCE FOOTBALL. Paris, 20 jun. 1972, ed. 1368, p. 11.

MANCHETE ESPORTIVA. Rio de Janeiro, 17 jan. 1978.

PLACAR. São Paulo, 25 set. 1970, ed. 28, p. 28.

PLACAR. São Paulo, 22 jan. 1971, ed. 45, p. 32–34.

PLACAR. São Paulo, 7 maio 1971, ed. 56, p. 21.

PLACAR. São Paulo, 13 ago. 1971, ed. 74, p. 23.

PLACAR. São Paulo, 29 out. 1971, ed. 85, p. 9–11.

PLACAR. São Paulo, 26 nov. 1971, ed. 89, p. 30.

PLACAR. São Paulo, 1971, p. 30.

PLACAR. São Paulo, 18 maio 1973, ed. 166, p. 45.

PLACAR. São Paulo, 6 jul. 1973, n. 173, p. 35.

PLACAR. São Paulo, 17 ago. 1973, ed. 177.

PLACAR. São Paulo, 21 set. 1973, ed. 184, p. 32.

PLACAR. São Paulo, 2 nov. 1973, ed. 189, p. 43–44.

PLACAR. São Paulo, 1973, [pós-ed. 157], p. 26.

PLACAR. São Paulo, 1973, p. 67.

PLACAR. São Paulo, 14 mar. 1975, ed. 259, p. 10.

PLACAR. São Paulo, 8 ago. 1975, ed. 280, p. 48–49.

PLACAR. São Paulo, 22 ago. 1975, ed. 282, p. 26–29.

PLACAR. São Paulo, 28 ago. 1975, p. 27–29.

PLACAR. São Paulo, 10 out. 1975, ed. 289, p. 51.

PLACAR. São Paulo, 4 fev. 1983, p. 56.

WORLD SOCCER. Londres, abr. 1972, p. 12.

WORLD SOCCER. Londres, abr. 1972, p. 34.

WORLD SOCCER. Londres, ago. 1972, p. 5.

WORLD SOCCER. Londres, jan. 1973, p. 12–13.

WORLD SOCCER. Londres, dez. 1973, p. 21.

WORLD SOCCER. Londres, mar. 1974, p. 49–50

DOCUMENTOS ONLINE

ALMEIDÃO E AMIGÃO 50 ANOS: rivalidade entre João Pessoa e Campina fez estádios nascerem. **A Palavra Online**, 25 abr. 2025. Disponível em: <https://apalavraonline.com.br/22883-2/>. Acesso em: 26 jul. 2025.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações. [Informação sobre o técnico de futebol João Saldanha]. 8 maio 1970. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Código de Referência: **BR DFANBSB V8.MIC GNC, AAA.70012340**. Arquivo Nacional, Brasília, DF. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp?proc=br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_70012340_d0001de0002.pdf. Acesso em: 7 ago. 2025.

LEAL, Ubiratan. **Relembre a Taça Independência, a Minicopa que reuniu 20 seleções em 12 cidades brasileiras**. Trivela, 9 jul. 2022. Disponível em: <https://trivela.com.br/azaro-es-eternos/relembre-a-taca-independencia-a-minicopa-que-reuniu-20-selecoes-em-12-cidades-brasileiras/>. Acesso em: 7 ago. 2025.

MEMÓRIA ESPORTIVA: O Estádio Amigão. **Retalhos Históricos de Campina Grande**, mar. 2009. Disponível em: <https://cgretalhos.blogspot.com/>. Acesso em: 26 jul. 2025.

O ESTÁDIO Presidente Vargas. **Retalhos Históricos de Campina Grande**, out. 2009. Disponível em: <https://cgretalhos.blogspot.com/2009/10/o-estadio-presidente-vargas.html>. Acesso em: 26 jul. 2025.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Catálogo da Imprensa Alternativa**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/catalogo_imprensa_alternativa.pdf. Acesso em: 26 jul. 2025.

VÍDEO Histórico: O Primeiro "CLÁSSICO DOS MAIORAIS" do Estádio Amigão. **Retalhos Históricos de Campina Grande**, mar. 2011. Disponível em: <https://cgretalhos.blogspot.com/>. Acesso em: 26 jul. 2025.

RELATÓRIOS

JOÃO PESSOA (Município). Comissão Municipal da Verdade. **Relatório Final**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020.

PARAÍBA (Estado). Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória. **Relatório Final**. João Pessoa, 2017.

RIO DE JANEIRO (Estado). Comissão da Verdade do Rio. **Relatório**. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

TESES, DISSERTAÇÕES E TCCS

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. **O regime militar em festa: a comemoração do sesquicentenário da independência brasileira (1972)**. 2009. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ARAUJO, José Arimatéia da Silva. **Imagens sedutoras da cidade: uma arqueologia das marcas imagéticas na produção do espaço urbano em Campina Grande/PB**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

BANDEIRA, Gabriel Luar Calado. **Desafiando as linhas da repressão: a Imprensa Alternativa e seus impactos na Paraíba durante o período da Ditadura Militar (1964–1985)**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa.

CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. **A ameaça vermelha: o imaginário anticomunista na Paraíba (1917–1937)**. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

CASTRO, Alexandre Augusto Bezerra da Cunha. **Interfaces rodoviário-urbanas na produção da cidade: estudo de caso do contorno rodoviário de João Pessoa-PB**. 2014. 152 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

CHAIM, Aníbal Renan Martinot. **A Bola e o Chumbo: Futebol e política nos anos de chumbo da ditadura militar brasileira**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

CRISPIM, J. F. R. **O anticomunismo católico no Brasil no pré-golpe de 1964: Os casos da Paraíba e do Rio Grande do Sul**. 2023. 25f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2023.

FERREIRA, Jilton Joselito de Lucena. **O radiojornalismo esportivo de Campina Grande: uma análise a partir do arquivo pessoal do cronista esportivo Joselito Pereira de Lucena (1950-2011)**. 2022. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2022.

FINO, Patrícia; HINTZE, Helio. **Jogada de Médici: o uso da loteria esportiva pelo regime militar brasileiro**. Revista Rua, Campinas, v. 23, n. 2, p. 267–289, nov. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20396/rua.v23i2.8651143>. Acesso em: 7 ago. 2025.

MARTINS, Jéssica Éveny Cardoso. **ERNANI SÁTYRO: manifestações políticas, interesses oligárquicos e participação nos jogos de poder da Paraíba (1963–1975)**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras.

MENDES, Valber Nunes da Silva. **"Festa, alegria e futebol": o governo Ernani Sátyro e a construção dos estádios "o Amigão" e o Almeidão" (1975)**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande.

MENDES, Valber Nunes da Silva. **Um Homem da Revolução: A atuação política de Ernani Sátyro como Governador da Paraíba (1970–1975)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande.

NASCIMENTO, Isabela Ottoni Penna do. **Democratização e Justiça de Transição: os casos de Argentina e Brasil em perspectiva comparada**. 2017. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília.

RICARTE, Michell Alves de Almeida. **A política econômica do Governador Ivan Bichara Sobreira na Paraíba (1975-1978)**. 2020. 104f. (Trabalho de Conclusão de Curso - Monografia), Curso de Licenciatura em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande – Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2020. Disponível em: <https://dspace.sti.ufcg.edu.br/handle/riufcg/23311>

SANTOS, Daniel de Araujo dos. **Futebol e Política: a criação do Campeonato Nacional de Clubes de Futebol**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro.

SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia. “**Mais uma profícua etapa da caminhada revolucionária**”: clubes de futebol em tempos de Ditadura Civil–Militar no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 44, n. 97, e284358, 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472024v44n97-04>. Acesso em: 7 ago. 2025.

SOBREIRA, Dimitri da Silva Bichara. **Poder local, partido político e ditadura militar: a Aliança Renovadora Nacional (Arena) na Paraíba (1969–1979)**. 2021. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. **O desgaste e a recuperação dos corpos para o capital: acidentes de trabalho, prevencionismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964–1985)**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SOARES, M. T. D. B. **A Política Paraibana Vigia**: políticos e militantes sob os olhos do SNI (1964 a 1985). 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

SOUSA, Yona Kaluana Ferreira de. **NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE: A ADMINISTRAÇÃO DE EVALDO CAVALCANTE CRUZ E A CONSTRUÇÃO DO PDLI DE CAMPINA GRANDE – PB (1973–1976)**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande.

SOUZA, Pablo Eduardo da Rocha. **O campo e o jogo: uma história do Estádio Castelão (1963–1991)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

LIVROS, CAPÍTULOS E ARTIGOS

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História Vol. I. Princípios e conceitos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean–Pierre; SIRINELLI, Jean–François (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

BOTTOMORE, Tom (ed.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOYKOFF, Jules. Toward a Theory of Sportswashing: Mega-Events, Soft Power, and Political Conflict. **Sociology of Sport Journal**, v. 39, n. 4, p. 342–351, 2022.

BRUM, Maurício. **La Cancha Infame**: a história da prisão política no Estádio Nacional do Chile. Porto Alegre: ZOUK, 2017.

CABO, Alvaro Vicente G.; TRUPPEL, P. **Argentina/78** – Uma Copa do Mundo política, popular e polêmica. Curitiba: Appris, 2018.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas Catedrais**: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964–1988. Niterói: Eduff, 2014.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Os empreiteiros de obras públicas e o golpe civil de 1964. **História (Goiânia)**, v. 20, n. 1, p. 4–22, jan./abr. 2015.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e (orgs.). **Empresariado e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

CITTADINO, Monique. Regime militar na Paraíba: a política local nos anos de chumbo(1966–1971). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ANPUH, 2003. p. 1–9.

CITTADINO, Monique. **Pedro Gondim**: Um governador entre Deus e o Diabo. In: DANTAS, Elder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino e SILVA, Rodrigo F. de C. (orgs.). **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

CITTADINO, Monique. **Poder local e Ditadura Militar**: o Governo João Agripino - Paraíba (1965-1971). Bauru: Edusc, 2006.

CITTADINO, Monique. **Populismo e Golpe de Estado na Paraíba (1945 – 1964)**. João Pessoa: Universitária/UFPB/Ideia, 1998.

CRUZ, W. M. et al. A pesquisa sobre o futebol no Brasil: análise dos grupos de pesquisa e da produção científica recente. **Movimento**, v. 28, p. e28057, 2022.

CORDEIRO, Janaína. **A ditadura em tempos de milagre**: comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O monumento e a cidade**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Geografia cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

DUARTE, F. L. Aproximações exploratórias entre Antonio Gramsci e o esporte. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 34, n. 2, p. 297–311, 2012.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

EVANGELISTA, Diogo Prado. Revolução burguesa dependente e contrarrevolução no Brasil. **Revista Katálýsis**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 86–98, jan./abr. 2021.

FRAGA, Gerson Wasen. **Uma triste história de futebol no Brasil: o Maracanço – nacionalidade, futebol e imprensa na Copa do Mundo de 1950**. Passo Fundo: Méritos, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. v. 1. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. Teoria, metodologia e possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. **Revista Escritas**, v. 7, n. 1, p. 03–17, 2015.

LIMA, João David Ferreira. A categoria ideologia em Marx e a questão da falsa consciência. **Revista Katálýsis**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 557–577, set./dez. 2019.

MALAIA, João Manuel Casquinha; FORTES, Rafael. ‘Brasil–grande, estádios gigantesco’: toponímia dos estádios públicos da ditadura civil–militar brasileira e os discursos de reconciliação, 1964–1985. **Tempo**, Niterói, v. 27, n. 1, p. 165–183, jan./abr. 2021.

MANEIRO, Cristian Damian. Futebol e ditadura no Uruguai: o Mundialito a partir de Bourdieu e Elias. **Revista da ALESDE**, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 4–14, 2013.

MASCARENHAS, Gilmar. **Entradas e bandeiras: a conquista do Brasil pelo futebol**. Rio de Janeiro: Editora Uerj, 2014.

MASSARANI, Diano. Futebol e Integração Nacional: um estudo da construção de representações sobre a nação brasileira durante o governo Médici (1969–1974). **Revista de História do Esporte**, 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Culturas políticas na História: novos estudos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes: o Golpe de 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

MOURA, Sandra Regina; BARRETO, Emília. Os critérios de noticiabilidade no jornalismo de resistência na Paraíba: uma análise dos jornais Edição Extra e O Furo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 11, n. 1, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

NUNES, Paulo. Golpe civil–militar e repressão no imediato pós–golpe: os casos da Paraíba e de Minas Gerais. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 15, n. 22, p. 1–22, 1º sem. 2014.

NUNES, Pedro. **Terceiro ciclo de cinema na Paraíba**: tradição e rupturas. In: AMORIM, Lara; FALCONE, Fernando. (Org.). Cinema e memória: o super-8 na Paraíba nos anos 1970 e 1980. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013. p. 56-84

OLIVEIRA, A. E. A. de. Marxismo e questão regional. **Lutas Sociais**, v. 19, n. 35, p. 112–128, 2015.

SANTOS, Breno Augusto de Oliveira. E. P. Thompson: o debate das classes e o sujeito na história. **Ideias**, Campinas, SP, v. 10, e019010, p. 1–32, 2019.

SANTOS, Joel Rufino dos. **História política do futebol brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **Ditadura militar no Brasil**: a vez e a voz dos perseguidos. João Pessoa: Ed. UFPB, 2019.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. **Corpos para o Capital**: acidentes de trabalho, precarização e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964–1985). Jundiaí: Paco, 2019.

SILVA, M. G. da. Intelectuais, cultura política e ditadura no Brasil. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 13, n. 144, p. 36–43, maio 2013.

SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. O Partido Comunista Brasileiro na Paraíba: luta de massas entre a democracia e o autoritarismo. In: SILVA, R. F. de C.; NUNES, P. G. A.; DANTAS, E. S. (Org.). **Golpe Civil–Militar e ditadura na Paraíba**: história, memória e construção da cidadania. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. p. 62–77.

SOBREIRA, Cinthya. Estádios de Futebol na Paraíba: Interações entre Expressividade Arquitetônica e Concreto Armado Aparente. In: Vi Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós–Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 6., 2020, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPARQ, 2020.

SOUSA, Fabrício de. **O sequestro da independência**: a ditadura militar e as comemorações do sesquicentenário em 1972. João Pessoa: Editora do CCTA, 2022.